17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII | FLORIANÓPOLIS, 25 DE ABRIL DE 2013 | NÚMERO 6.540

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidednte
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE
Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL
Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos -Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII
NESTA EDIÇÃO: 44 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

P L E N Á R I O

ATA DA 009ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 19H
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI
HOMENAGEM À ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL EM SANTA CATARINA

SUMÁRIO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Ressalta que a OAB e o Poder Legislativo são instituições irmãs que defendem a justiça social, a livre explanação das ideias e o cumprimento das leis.

PAULO MARCONDES BRINCAS - Parabeniza a OAB/SC e discorre sobre a Caasc.

AMAURI JOÃO FERREIRA - Salienta a independência da OAB, sua participação na vida pública do país e a coragem dos advogados para enfrentar todo tipo de desafio em nome da lei e dos direitos dos brasileiros.

ARI CÂNDIDO MARTINS FILHO - Explica os motivos que levaram os Correios a homenagear a OAB/SC com um selo alusivo aos seu 80 anos.

TULLO CAVALLAZZI FILHO - Agradece e renova o compromisso de continuar na defesa da justiça, da liberdade, das prerrogativas dos advogados e dos honorários advocatícios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta, em nome de sua excelência, o sr. presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, a presente sessão especial, justificando que o mesmo deverá chegar a esta Casa em poucos minutos, tendo em vista o retorno de uma viagem que fez durante o dia.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa.

Excelentíssimo senhor procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, neste ato representando sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Sérgio Torres Paladino, neste ato representando o senhor presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Barreto Dutra;

Excelentíssimo senhor presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, entidade homenageada nesta noite, Tullo Cavallazzi Filho;

Excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, procurador Lio Marcos Marin;

Excelentíssimo senhor presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, Paulo Marcondes Brincas;

Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador César Faria;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ex-deputado estadual, conselheiro Salomão Ribas Júnior;

Excelentíssimo senhor diretor regional adjunto dos Correios de Santa Catarina, Ary Cândido Martins Filho.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares desta Casa, para o lançamento do selo personalizado alusivo aos 80 anos da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, sob a regência do maestro Eduardo Serafim.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Desembargador Fernando Carioni;

Desembargador e ex-deputado João Henrique Blasi;

Ex-desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi;

Defensor público-geral do Estado, ex-deputado Ivan Ranzolin;

Presidentes das subseções da Ordem dos Advogados de Santa Catarina que estiveram reunidos em colegiado nesta tarde;

Conselheiros que fazem parte da seccional da OAB de Santa Catarina;

Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina - Caasc;

Celso Sedin Júnior, secretário da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina;

Rafael de Oliveira Graff, tesoureiro da Caasc;

Luiz Mário Bratti, diretor-tesoureiro da OAB/SC;

Lauro Cordeiro, gerente comercial do jornal *Notícias do Dia*;

Cláudio de Souza Vieira, diretor executivo do Grupo RIC;

Júlio Marcelino, procurador do município de Florianópolis, neste ato representando o prefeito Cesar Souza Júnior;

Deputado federal Ronaldo Benedet, a quem convidamos para fazer parte da mesa.

A seguir teremos a apresentação de vídeo institucional, relatando o histórico dos 80 anos da OAB, seccional de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Senhoras e senhores, registramos ainda a presença do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, sr. Paulo Borba, e da sra. Gyance Carpes, neste ato representando o presidente da Associação dos Conselhos de Organização Profissional, Flávio Flores.

Senhoras e senhores, tendo em vista que o presidente desta Casa ainda não chegou em função do atraso do voo, regimentalmente devo continuar presidindo esta sessão, razão pela qual não posso me afastar da presidência da sessão, o que me leva a não ocupar a tribuna e pronunciar-me desta mesa.

Mas antes, senhoras e senhores, além de cumprimentar toda a mesa de autoridades, cumprimento a imprensa que se faz presente e os demais convidados.

Quero ainda cumprimentar as advogadas e os advogados e fazer uma homenagem particular a uma pessoa. Vou-me permitir, inclusive, quebrar o protocolo para contar uma pequena historinha, até porque o vi e o cumprimentei na hora em que adentrei ao plenário.

E quem é essa pessoa? Ela é por demais conhecida da minha família, nasceu no mesmo bairro em que nasci, amigo pessoal principalmente dos meus dois irmãos mais velhos, Murilo Magno Vieira e Mauri Roberto Vieira, também advogados e infelizmente já falecidos. Juntos jogaram muita bola e até hoje essa pessoa a que me refiro é um craque de futebol. Foi aluno da minha mãe, e eu terminei sendo seu aluno na Universidade Federal de Santa Catarina.

Comecei a faculdade de Direito ainda na rua Esteves Júnior e só saí dali para me formar na primeira turma do novo Centro Socioeconômico da UFSC e foi justamente essa pessoa que assinou comigo a primeira petição a que dei entrada no fórum de Florianópolis. Tratava-se de uma medida cautelar de afastamento do cônjuge varão do lar do casal. Tenho até hoje cópia dessa petição assinada por mim e por ele. Já lá se vão 33 anos!

Senhoras e senhores, presto minha homenagem especial a João Leonel Machado Pereira e através dele homenageio todos os advogados e advogadas que se fazem presentes nesta sessão especial.

Peço ao professor João Leonel que, por gentileza, levante-se!

(Palmas)

Dr. João Leonel, considero-o uma das grandes figuras da advocacia de Santa Catarina e da educação do Direito também. Muito obrigado por sua presença!

(Passa a ler.)

"Esta Casa tem a honra de receber nesta noite uma das instituições mais respeitadas do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, comemora seus 80 anos neste ano, pois foi fundada em 1º de janeiro de 1933 e enobrece esta Casa lançando aqui o selo comemorativo alusivo ao seu aniversário.

Esta Casa e a OAB têm muito em comum. Ambas defendem a justiça social e os direitos humanos e o mais importante é que comungam que as leis devem ser cumpridas.

Além da própria função de orientação e resguarda dos profissionais do Direito, a OAB ainda se ocupa com muita propriedade da fiscalização dos poderes constituídos. Com isso ganha a sociedade, que tem na observação forte da OAB uma fiel parceira da democracia.

Então, a comemoração dos 80 anos da OAB de Santa Catarina também tem que ser valorizada e respeitada por nós, os legisladores, pois defendemos os mesmos conceitos.

Não bastasse isso tudo, ainda defendemos a livre explanação das ideias. Aqui mesmo, neste plenário onde estamos realizando esta homenagem, acontecem diariamente inúmeros debates quando as palavras ganham corpo com os apontamentos dos demais membros deste Parlamento. Assim também faz a OAB, promovendo e incitando a sociedade ao desenvolvimento. Em particular, sinto-me orgulhoso em prestar esta homenagem, pois, como sabem, também levo comigo, com muita honra, a carteira da OAB n. 3.461. E lá se vão 33 anos de formado e de carteirinha na mão...

Lembro-me da época em que a sede da OAB era ainda na rua Trajano, no centro da capital; depois passou para a rua Padre Miguelinho, num casarão ao lado da catedral onde hoje funciona a Casa da Memória.

Ainda hoje, ao cumprimentar o conselheiro Salomão Ribas Júnior, tirei uma dúvida que pairava na minha cabeça - se havia sido ou não o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis quem havia feito a cessão de uso do imóvel, e ele me confirmou que sim. Lembro-me bem do espaço interno e lá estava instalada, inclusive, a Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Lembro ainda hoje do dia da inauguração e do madeiramento interno daquela casa que hoje abriga a Casa da Memória. Só no final de 1995 a OAB passou a ocupar a sede atual, na Agronômica, bairro onde eu e João Leonel nascemos e onde minha filha, advogada, também nasceu.

Há muito tempo frequento a OAB e sinto-me em casa nessa instituição que acolhe os seus nas épocas de dificuldades e nas vitórias da nossa profissão.

Seja com o fundador da OAB de Santa Catarina, o deputado, senador e presidente da República, o saudoso Nerêu de Oliveira Ramos, até os dias de hoje, com o atual presidente Tullo Cavallazzi Filho, foram milhares de vezes em que a OAB serviu de referência para que a cidadania fosse respeitada. Justamente em um ano histórico para a seccional da nossa OAB de Santa Catarina, grandes desafios lhe serão impostos. E aqui quero abrir um pequeno parêntese.

Como advogado e conhecedor da realidade do nosso estado, sempre fui um entusiasta do modelo da Defensoria Dativa em Santa Catarina, principalmente em razão da sua capilaridade e pelos benefícios que trouxe para todos os catarinenses.

Mas como também sou cumpridor de leis, como o Supremo Tribunal Federal determinou, como esta Casa aprovou e como o estado adotou o modelo da Defensoria Pública, temos o desafio de ajudar a implantá-la. Também é desafio a solução para os pagamentos atrasados da Defensoria Dativa de Santa Catarina.

(Palmas)

Esta Casa não pode omitir-se, pois tem que, ao lado da Ordem dos Advogados do Brasil e de outras instituições, cobrar fortemente do atual governo uma solução rápida para o pagamento da situação ora pendente. Mas a OAB também tem que estar à frente de todo o processo de investigação do malfadado contrato de concessão das rodovias federais feito com a Autopista Litoral Sul, que é danoso para Santa Catarina e para todos nós, catarinenses.

Cito, dr. Tullo Cavallazzi Filho e demais membros da diretoria da OAB/SC, somente esses dois de muitos imbróglios que v.sas. têm pela frente para ser resolvidos. Mas tenho absoluta certeza de que trabalharão exaustivamente para a resolução dos problemas, até porque recordo das palavras do nosso presidente Tullo Cavallazzi Filho no ato de sua posse, de que os desafios serão vencidos.

Disse o nosso presidente naquela oportunidade que assumia o compromisso de presidir o Conselho Seccional da OAB com serenidade, mas também com a firmeza que se impõe neste momento de retomada, sempre com o diálogo precedendo as decisões, que serão tomadas unicamente em nome da justiça, da defesa da sociedade e dos advogados, sem receio de impopularidade.

Meus colegas, acredito que a OAB de Santa Catarina continuará levando, tanto para a nossa sociedade, quanto para os próprios advogados, a certeza da lisura de seus atos. Podemos dizer que este Parlamento e a OAB são e continuarão sendo parceiros. Mesmo independentes e mesmo quando houver discordância de opiniões, comuns em um processo democrático, sempre se irá sobressair o desejo de ver uma sociedade mais justa, mais humana, mais solidária e cada vez mais sólida em seus princípios.

Então, posso afirmar, com toda a minha convicção, que a comemoração dos 80 anos da seccional da OAB também são a comemoração dos 80 anos da defesa dos direitos constitucionais de todos nós, catarinenses, que moramos em um dos 295 municípios desta terra abençoada, que se chama Santa Catarina.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Quero fazer, com satisfação, o registro da presença dos desembargadores Ricardo Roesler e Ronei Danieli.

Convido para fazer uso da palavra o dr. Paulo Marcondes Brincas, presidente de Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina.

O SR. PAULO MARCONDES BRINCAS - Senhor deputado Marcos Vieira, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa e presidindo a sessão em homenagem à nossa OAB;

Senhor João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do Estado, meu querido amigo e colega da UFSC, neste ato representando o governador do estado;

Senhor Tullo Cavallazzi Filho, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Santa Catarina, meu amigo pessoal, colega de tantos desafios que temos pela frente;

Senhor desembargador Sérgio Paladino, representando o Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Senhor Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça, representando aqui o Ministério Público Estadual;

Senhor deputado federal Ronaldo Benedet, advogado da região sul do estado;

Senhor vereador César Faria, presidente da Câmara Municipal de Florianópolis,

Meu prezado colega, amigo Salomão Ribas Júnior, presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Senhor Ary Martins, nosso digníssimo representante da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

Senhores dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil, colegas presidentes de subseção, conselheiros estaduais, delegados da Caasc - temos aqui mais de 150 colegas do interior prestigiando esta sessão;

Senhores deputados;

Senhores magistrados;

Prezados representantes do Ministério Público.

Senhoras advogadas;

Meus amigos e amigas, que feliz ideia, que sessão maravilhosa na casa da liberdade, na casa da cidadania! Uma homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil no Parlamento brasileiro, duas instituições que na essência estão ligadas ao estado democrático de direito, ao exercício da liberdade e ao exercício da democracia. A sociedade catarinense é em grande parte devedora da Ordem dos Advogados do Brasil.

A nossa instituição hoje faz 80 anos e todos nós, que vivemos num estado democrático, que temos liberdade de falar, de assomar à tribuna da Assembleia Legislativa, devemos isso em grande parte à Ordem dos Advogados do Brasil e à advocacia brasileira.

Está completando também neste ano 65 anos de existência uma instituição coirmã, que é a Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina. Em 2013 comemoramos 80 anos da OAB/SC e 65 anos da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina.

Permitam-me fazer uma referência à instituição que presido, em homenagem a todos os advogados que compõem a Caixa de Assistência, em particular aos 150 colegas que vieram do interior representando a Caasc.

A nossa instituição foi criada inicialmente com uma finalidade previdenciária para os advogados em todo o âmbito nacional. Desenvolveu-se muito a partir dali. Da Caixa de Assistência nasceram os hoje ativos OABPrev, o OABCred e a OABMed.

Muito se faz e muito se projeta para o futuro também da Caixa de Assistência. Estamos criando uma coordenação nacional da Caasc para harmonizar todos os serviços no país inteiro, de forma que a Caixa de Assistência em Santa Catarina preste serviços equivalentes aos prestados no país inteiro, ganhando mais eficiência de serviços com essa uniformidade.

Estamos reduzindo custos e abrindo completamente a administração financeira da Caixa de Assistência. Já tomamos a iniciativa de disponibilizar o *website* de todas as relações de despesas, receitas e movimento financeiro. e a partir de agora, com a colaboração do tesoureiro Rafael Graff, a quem agradeço, estamos criando o portal de transparência.

Seguindo o exemplo do que o dr. Brat projetou para a OAB, estamos projetando também para a Caixa de Assistência. Nesse portal de transparência queremos colocar não apenas as receitas e despesas de forma detalhada, mas todas as notas fiscais, todos os cheques emitidos e todos os estratos de conta corrente e de todas as aplicações financeiras da Caixa de Assistência.

Daqui para frente a ordem é: não existe uma informação que esteja disponível à diretoria da Caixa que não possa estar disponível a qualquer catarinense. Se o dinheiro não nos pertence, se os recursos são da advocacia, todos os advogados têm o direito de saber em detalhes como esses recursos são geridos. Esse é um compromisso de respeito pelo erário, pela gestão dos recursos e principalmente a retomada da vanguarda. Nós queremos que a nossa instituição tenha uma transparência ímpar na república brasileira, a fim de retomar a vanguarda no que diz respeito aos ideais republicanos.

A Ordem dos Advogados do Brasil e a Caixa de Assistência dos Advogados são instituições que respiram os ideais republicanos. Vamos praticá-los. Vamos exercê-los até as últimas consequências. Vamos honrar as nossas credenciais como advogados. Vamos honrar a instituição e a memória daqueles que combateram os piores momentos, a ditadura, que lutaram pela liberdade.

Estamos iniciando uma gestão e esperamos que daqui a três anos possamos entregar essa instituição mais sólida, mais forte, mais democrática e mais republicana à sociedade. Esse é o nosso compromisso, compromisso com as gerações futuras.

A Ordem dos Advogados do Brasil já estava aqui antes nós. São 80 anos de história e estará depois que formos embora. É maior do que todos nós. Todos nós que temos algum cargo na Ordem dos Advogados temos o dever e a obrigação de transformá-la numa instituição mais forte, mais republicana do que a recebemos.

Parabéns à Ordem dos Advogados!

Parabéns à advocacia brasileira, à advocacia catarinense e a todos os colegas que estão aqui nos prestigiando! Mão à obra! Vamos trabalhar pelo futuro dessa instituição!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Ordem do dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, pela passagem dos seus 80 anos, promovendo com exclusividade a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados, com objetivo de defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, buscando uma sociedade mais justa e igualitária para o bem-estar da comunidade.

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da homenagem ao dr. Tullo Cavallazzi Filho, neste ato representando a OAB/SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagem também às personalidades e entidades que muito contribuíram nesses 80 anos da OAB/SC.

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da homenagem ao dr. Luis Carlos Cancellier de Olivo, neste ato representando o Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, originando a primeira Faculdade de Direito do estado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da homenagem ao jornalista Roberto Alves, neste ato representando a Associação Catarinense de Imprensa, entidade parceira da OAB nas lutas pelas liberdades e na defesa do estado democrático de direito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da homenagem ao conselheiro Salomão Ribas Júnior, presidente do Tribunal de Contas do Estado, neste ato representando o ex-governador e deputado constituinte Antônio Carlos Konder Reis, aqui lembrado pela valiosa contribuição à advocacia brasileira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da homenagem ao dr. Leoberto Baggio Caon, neste ato representando seu pai, o deputado Evilásio Neri Caon, *in memoriam,* cujo mandato foi cassado pelo regime militar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado federal Ronaldo Benedet para acompanhar o deputado Marcos Vieira na entrega das demais homenagens.

Convido para receber a homenagem o dr. Aloísio Blasi, aqui representando todos os ex-presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Fernando Carioni, representado todos os advogados que ingressaram na magistratura por meio do quinto constitucional.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Amauri João Ferreira, ex-presidente da

OAB/SC, que promoveu a interiorização da entidade e viabilizou a construção de sua sede própria.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. João Leonel Machado Pereira, por sua postura ética e combativa, aqui representando todos os advogados catarinenses em atividade.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a dra. Solange Donner Pirajá Martins, ex-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, neste ato representada por seu neto, Pedro Cherem Pirajá Martins.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o advogado e ex-presidente da nossa seccional, dr. Amauri João Ferreira.

O SR. AMAURI JOÃO FERREIRA - Sr. presidente desta sessão, deputado Marcos Vieira, meu amigo pessoal, em nome de quem quero saudar todas as autoridades aqui presentes já nominadas pelo cerimonial.

Meu caro presidente da OAB, hoje à tarde, aproximadamente às 15h30, recebi um telefonema da Ordem perguntando se eu poderia falar em nome dos homenageados, o que para mim representa uma honra, porque sou advogado e todos os advogados não se podem furtar quando chamados a usar a palavra.

Por isso, meus queridos homenageados, quero aqui relembrar uma passagem muito importante. Em 1991, um advogado que não tinha tradição na advocacia de Florianópolis e de Santa Catarina intrometeu-se no meio dos famosos e concorreu à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, e foi vitorioso. À época se baseou numa trilogia. A nossa chapa chamava-se Independência, Participação e Coragem. Por que esse nome? Porque independência é o primado da OAB como representante das entidades civis que têm vanguardeado todos os movimentos democráticos deste país. Como participação, naquela época a OAB/SC praticamente se cingia a Florianópolis e a outras cidades maiores. Nós, então, fizemos uma proposta de integrar todos os advogados de Santa Catarina, porque nunca reconhecemos essa restrição.

Coragem. Coragem porque a OAB realmente enfrenta todos os desafios. Temos, por exemplo, a criação da Ordem dos Advogados do Brasil em 1930, quando estávamos em plena ditadura, e da Ordem dos Advogados de Santa Catarina em 1933, também dessa forma. Forjados nesses princípios é que tivemos a oportunidade de conduzir a OAB durante duas gestões. E muito nos orgulha estar aqui representando o nosso colega presidente da OAB e os homenageados desta sessão.

Sr. presidente, srs. advogados, sras. advogadas, srs. funcionários, no primeiro dia de lançamento da candidatura de Tullo Cavallazzi Filho eu lhe disse: “Tullo, nós vamo-nos engajar na tua candidatura, mas queremos que a Ordem dos Advogados do Brasil volte aos trilhos, porque os advogados estão reclamando”.

Sr. presidente, para finalizar, quero dizer que não podemos esquecer as tradições de luta da Ordem, mas também temos que olhar para um futuro melhor para os advogados que estão começando uma carreira que a cada dia se torna mais difícil. Temos que agir com pulso firme para conduzir o destino da nossa instituição como ela merece e como, tenho certeza, será conduzida por vossa senhoria.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Neste momento, teremos o lançamento do selo personalizado alusivo aos 80 anos da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Convido o sr. Gustavo Sanfelici para dar continuidade à solenidade.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Gustavo Sanfelici) - Senhoras e senhores, neste momento damos início à solenidade de lançamento do selo personalizado alusivo aos 80 anos da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Agradecendo a oportunidade, dirigimos nossa respeitosa saudação ao deputado Marcos Vieira, presidente desta sessão, ao sr. Tullo Cavallazzi Filho, presidente da OAB de Santa Catarina, e às demais autoridades que compõem a mesa.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos emite selos postais para homenagear e promover personalidades, fatos históricos, eventos e instituições marcantes no contexto histórico e sociocultural de nosso estado e país.

Para marcar os 80 anos da OAB seccional Santa Catarina, os Correios têm a honra de lançar, neste momento, o selo personalizado alusivo às comemorações.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Palmas)

Como vimos, a folha que antecede o selo traz imagens de diversas cidades de Santa Catarina, as quais, com seus pontos turísticos e simbologias, juntam-se aos Correios para homenagear esses 80 anos da OAB no estado.

O selo personalizado é composto por duas partes: na primeira, à esquerda, a ponte Hercílio Luz, ponto turístico situado na capital e monumento do povo catarinense, prenuncia a bela arte que prestigia e homenageia este evento. Na segunda parte temos em destaque a logomarca dos 80 anos da OAB de Santa Catarina, com o *slogan* Compromisso com o Advogado.

Para o lançamento do selo personalizado, convidamos o diretor regional adjunto dos Correios em Santa Catarina, sr. Ary Cândido Martins Filho, a se posicionar junto à mesa para o ato de obliteração.

(Procede-se ao ato de obliteração.)

(Palmas)

Convidamos para a primeira obliteração o sr. deputado Marcos Vieira e o presidente da OAB/SC, dr. Tullo Cavallazzi Filho.

(Procede-se à primeira obliteração.)

(Palmas)

Convidamos para a segunda obliteração o sr. Marcus Antônio Luiz da Silva, vice-presidente da OAB de Santa Catarina.

(Procede-se à segunda obliteração.)

(Palmas)

Convidamos para a terceira obliteração a sra. Ana Cristina Ferro Blasi, secretária-geral da OAB de Santa Catarina.

(Procede-se à terceira obliteração.)

(Palmas)

Convidamos para a quarta obliteração a sra. Sandra Krieger Gonçalves, secretária-geral adjunta da OAB/SC.

(Procede-se à quarta obliteração.)

(Palmas)

Convidamos para a quinta obliteração o sr. Luiz Mário Bratti, tesoureiro da OAB/SC.

(Procede-se à quinta obliteração.)

(Palmas)

Convidamos para a gentileza de seu pronunciamento o sr. Ary Cândido Martins Filho, diretor regional adjunto dos Correios em Santa Catarina.

O SR. ARY CÂNDIDO MARTINS FILHO - Cumprimento todas as autoridades presentes, os homenageados, os advogados.

É uma satisfação ter uma parceria com uma instituição tão renomada e importante para a sociedade catarinense e para o Brasil.

Assim como esta Casa, a OAB de Santa Catarina, no seu papel fundamental de estabelecer a cidadania e promover a justiça, os Correios do Brasil estão presentes em todos os municípios para a integração nacional, desenvolvendo um papel social fundamental.

É uma honra para nós estar presente nesta festa maravilhosa, dando esse presente também aos advogados e advogadas. Os Correios se colocam à disposição das instituições e da sociedade brasileira e agradecem pela oportunidade.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Gustavo Sanfelici) - Em nome da diretoria regional dos Correios em Santa Catarina parabenizamos os dirigentes da OAB de Santa Catarina, os funcionários, as autoridades, a imprensa e todos os convidados.

Agradecemos a presença de todos no lançamento do selo personalizado alusivo aos 80 anos da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Neste instante damos por encerrado o lançamento do selo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Registramos honrados a presença do desembargador Nelson Martins.

Neste momento fará uso da palavra o dr. Tullo Cavallazzi Filho, presidente da OAB, seccional de Santa Catarina.

O SR. TULLO CAVALLAZZI FILHO - Excelentíssimo deputado estadual proponente desta sessão, Marcos Vieira;

Excelentíssimo procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor primeiro-vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Sérgio Torres Paladino, neste ato representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Barreto Dutra;

Excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Lio Marcos Marin;

Excelentíssimo senhor presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, Paulo Marcondes Brincas;

Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador César Faria;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Júnior;

Excelentíssimo senhor deputado federal Ronaldo Benedet;

Excelentíssimo senhor diretor regional adjunto dos Correios em Santa Catarina, Ari Cândido Martins Filho;

Peço licença às demais autoridades aqui presentes para, na pessoa de v.exas., também cumprimentá-las, cumprimentando em especial os advogados e advogadas de Santa Catarina, que detêm ou não cargo perante a nossa gloriosa OAB, sobretudo e em especial os nossos ex-presidentes.

Senhoras e senhores, foi em 1º de janeiro de 1933 que o advogado Nerêu de Oliveira Ramos, então ex-deputado e um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina, aberta no ano anterior, assumiu o cargo como o primeiro presidente eleito da seccional catarinense da OAB. E lá se vão 80 anos. E a OAB, seccional Santa Catarina, transformou-se em uma instituição de grande representatividade, respeitada por todos, lembrada e ouvida nos momentos críticos, quando é necessário um posicionamento firme na defesa da sociedade e do estado democrático de direito. Tem primado sempre, como dito aqui, da tribuna, com muita felicidade, pelo nosso ex-presidente Amauri Ferreira, pela independência para assumir posições firmes, muitas vezes contrárias aos poderes constituídos e pelo destemor para agir em defesa da democracia, mesmo quando as atitudes necessárias para isso são impopulares.

Quero repetir aqui os nossos grandes presidentes e reafirmar que é ela, a OAB, a tribuna da sociedade civil, pois sempre defende, insistentemente, o estado democrático de direito, a Constituição e as liberdades civis.

Nós, advogados e a OAB, somos protagonistas, não somos coadjuvantes!

As homenagens que os advogados de Santa Catarina e a OAB recebem hoje nesta Casa Legislativa, por proposição do deputado e também advogado Marcos Vieira, e aceita em unanimidade por seus pares, é justa e revela o sentimento do povo catarinense.

Cumpre-nos, sr. presidente, agradecer e firmar o nosso compromisso com a sociedade de que continuaremos fortes da defesa da justiça e da liberdade.

Mas antes de falar do passado, peço licença para falar-lhes um pouco do presente e do futuro, um pouco somente, não muito, sobre os nossos desafios, dos desafios da OAB de Santa Catarina, os desafios da advocacia.

Completamos ontem 100 dias à frente da nossa OAB. O nosso compromisso com a sociedade nos trouxe temas palpitantes e urgentes como, por exemplo, a segurança pública.

Agimos firmemente e posicionamos a OAB na defesa das prerrogativas dos advogados e também no direito da população catarinense de ter dias mais seguros.

Marcamos nossa presença no interior do estado empossando todas as diretorias das 43 subsecções da OAB, ouvindo, na oportunidade, os advogados, seus anseios, prestando, sobretudo, conta dos nossos atos, fruto do nosso compromisso, como aqui lembrado pelo presidente da Caixa de Assistência dos Advogados, Paulo Brincas, de máxima transparência. Essa, aliás, tem sido a tônica dessa gestão.

Iniciamos ainda, antes mesmo da posse, uma importante negociação com o governo do estado de Santa Catarina para recebimento dos créditos dos nossos defensores dativos, e tenho certeza absoluta de que seremos exitosos nessa luta. Os advogados podem esperar do governo do estado e dos poderes constituídos essa parceria necessária para a continuidade dessa prestação que tanto brilhantismo tem dado aos advogados catarinenses, por isso, fruto desta homenagem.

Ainda em parceria com o Conselho Federal da OAB, obtivemos a suspensão da implantação do processo judicial eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho, mantidas apenas as sete comarcas que já receberam a implantação, até que haja uma discussão ampla da matéria com os advogados.

Também junto ao Conselho Federal firmamos e expandimos o espaço da OAB de Santa Catarina. Posicionamos lá cinco advogados da presidência de comissões federais e ainda uma conselheira federal conduzida à vaga do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, a nossa advogada Gisela Gondin Ramos.

(Palmas)

Aqui, especificamente neste fato do CNJ e da participação do Conselho Federal, posso frisar com toda certeza que escrevemos mais uma página da história da OAB. É o melhor posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, perante o Conselho Federal, em 80 anos.

Internamente, democratizamos todos os espaços políticos da Ordem, o Conselho Seccional, o Colégio de Presidentes e as Comissões Temáticas, esta última, com quase todas já preenchidas em função da reaproximação de advogados à sua casa, a OAB.

Reorganizamos ainda o Tribunal de Ética e Disciplina, numa arrojada reestruturação apoiada pelo Conselho Seccional, hoje presidido por Leonel Machado Pereira.

(Palmas)

Democratizamos também a gestão da Escola Superior de Advocacia, criando 43 diretorias regionais e uma farta pauta de cursos, dentre eles, inclusive, pós-graduações de elevados níveis.

Acolhemos e participamos da instalação da Academia Catarinense de Letras Jurídicas. Tudo isso em 100 dias!

Temos também, aos valorosos servidores da OAB, mesmo diante de algumas dificuldades, despendido toda a nossa atenção, modificando para muito melhor o ambiente de trabalho e o atendimento aos advogados catarinenses.

Isso é somente o começo, é verdade, em relação à grande história de 80 anos da nossa entidade, mas tudo, podem ter certeza, foi realizado com muita responsabilidade, respeito e amor à Ordem dos Advogados do Brasil. Tudo isso se dá em razão daquilo que motiva esta noite de homenagens: o reconhecimento de que temos nós, diretores - eu, Tullo Cavallazzi Filho; Marcus Antônio Luiz da Silva, vice-presidente; Ana Cristina Ferro Blasi, nossa secretária-geral**;** Sandra Krieger Gonçalves, nossa secretária-geral adjunta; e Luiz Mário Bratti, nosso diretor tesoureiro -, o reconhecimento de que temos que honrar e dar continuidade, junto com o nosso Conselho Seccional, à bela história traçada e escrita por nossos antecessores.

E é da metade desse caminho, exatamente na comemoração dos 40 anos da OAB de Santa Catarina, que extraio do discurso do então presidente João José Ramos Schaefer, a quem, em nome de todos os advogados, quero também homenagear, um trecho que aponta as importantes conquistas obtidas por nossos antecessores ao longo dessa luta e que ainda hoje são bandeiras pétreas de nossa classe. Disse ele em seu discurso de comemoração dos primeiros 40 anos da nossa entidade:

'Na defesa da liberdade do exercício da profissão e do pleno reconhecimento das prerrogativas legais dos advogados estão as maiores e mais expressivas vitórias da entidade.'

Eu penso, senhoras e senhores, que essas continuam sendo as nossas maiores lutas. Tenho certeza de que a garantia das prerrogativas profissionais dos advogados e a defesa de seus honorários advocatícios devem ser uma luta também da sociedade, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Prova disso é que iniciaram em Santa Catarina os trabalhos da Defensoria Pública, aqui também citados pelo eminente presidente, serviço de essencial e relevante importância constitucional.

Todavia, como já afirmado e reconhecido publicamente, de nada adiantará esse serviço se os milhares de honrosos advogados e advogadas espalhados pelo território catarinense não se fizerem presentes num sistema de cooperação.

Então, encerro assim, sr. presidente, reafirmando, em nome dos advogados de Santa Catarina e da OAB, o nosso sincero agradecimento a esta Casa Legislativa. E faço um convite a todos utilizando as palavras do advogado e professor Norberto Ungaretti a respeito dos 80 anos da OAB - ele que se manifestou hoje num dos jornais de circulação no estado de Santa Catarina:

'Essas oito décadas de atividades devem ser uma festa nacional, porque o Brasil é muito devedor à OAB pela defesa intransigente e permanente das liberdades e dos direitos civis.'

Festejem conosco, pois! Esse é o nosso convite!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, bem como a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, sob a regência do maestro Eduardo Serafim.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à audiência pública com o presidente da Celesc, realizada no planalto norte.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Elogia o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo trabalho em prol do planalto norte.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Registra a presença de jovens participantes do projeto Crescer, de Itajaí.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do vereador Vilmar Timóteo Rosa de Oliveira, de Abelardo Luz.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Lamenta a morte de Afonso Dresch, em Treze Tílias.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Garuva.

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Comunica à Casa sua filiação ao Democratas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Homenageia o Instituto Geral de Perícias.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Corrobora a posição do deputado Maurício Eskudlark quanto ao IGP.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Coloca sua posição sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó.

Partidos Políticos

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Faz um breve relato sobre o movimento Saúde+10.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Destaca os graves problemas da saúde em SC.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comunica a instalação da CPI da Telefonia.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pede apoio a projeto de sua autoria que visa dar mais transparência aos serviços públicos de saúde; sugere a criação de associação de ajuda às mães de viciados em drogas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apoia a iniciativa do deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Chama a atenção para a situação crítica do rio Itajaí em função do lixo que é depositado em seu leito.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda variados assuntos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de várias autoridades municipais.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Relata sua atuação à frente da comissão de Pesca e Aquicultura.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Informa a presença de Douglas Taylor, estudante de Relações Internacionais na Carolina do Norte/EUA, que está estagiando em seu gabinete.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discorre sobre o desenvolvimento da II Conferência Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, o próximo orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Romildo Titon, srs. deputados e sras. deputadas, público presente neste plenário, público que nos assiste pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores, na última sexta-feira tive a satisfação de presidir, em Canoinhas, uma reunião de trabalho de deputados que representam o planalto norte com o presidente da Celesc, Cleverson Siewert, ocasião em que foram apresentados às lideranças políticas e empresariais da região, bem como aos presidentes dos sindicatos, os projetos institucionais daquela instituição para melhorar a qualidade da energia elétrica fornecida aos consumidores locais.

O planalto norte é uma das regiões que ainda apresentam os maiores índices de desligamento de unidades consumidoras provocados por panes no sistema de fornecimento de energia elétrica. E como todos bem sabem e fiz questão de dizer na abertura daquele encontro, a energia elétrica é essencial nos tempos de hoje, quase tanto quanto a água.

O assunto demanda tanta preocupação que eu e os colegas Darci de Matos, Silvio Dreveck e Maurício Eskudlark, diante das constantes queixas que nos eram formuladas, diante da constatação dos problemas enfrentados por produtores rurais, pelos empresários e pelos cidadãos comuns, levamos o assunto ao presidente da Celesc.

Cleverson Siewert esteve em meu gabinete há algumas semanas para uma primeira conversa e logo se prontificou a ir a Canoinhas para uma audiência pública, que acabou sendo realizada nas dependências da Câmara Municipal, onde compareceu mais de uma centena de pessoas.

Estavam presentes prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de Canoinhas, Porto União, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Irineópolis e Itaiópolis; também compareceram representantes das secretarias de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e Mafra, da Fatma e do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, além de dirigentes da Celesc e da gerência regional da empresa, isso sem contar a representação do empresariado.

O mais importante daquela audiência foi a explanação gabaritada feita pelo presidente Cleverson, que detalhou os problemas e sinalizou com ações que são esperadas pela comunidade do planalto norte. Afinal, a nossa região é uma das que infelizmente apresentam dificuldades para se desenvolver e tem muitos municípios com IDH muito baixo, o que significa dizer que precisa avançar com a certeza de um fornecimento de energia elétrica de qualidade, capaz de dar segurança para quem se dispõe a investir para mudar a região e viabilizar seu desenvolvimento econômico e social.

A Celesc está investindo R$ 30 milhões para a implantação de uma nova linha de transmissão - 138 mil volts - entre Canoinhas e Papanduva. O investimento envolve a melhoria das subestações e o próprio presidente da Celesc admitiu que dos sete conjuntos de subestações que fazem parte do sistema da regional da Celesc de Mafra, quatro estavam violados, que é o termo técnico para qualificar que tinham grandes possibilidades de apresentar falhas em seu funcionamento.

No momento ainda há problemas sérios em dois conjuntos, tanto é que em Irineópolis, por exemplo, é comum a queda de energia especialmente no meio rural. Esse é um problema muito sério, pois, somente para citar dois exemplos, a fumicultura e a avicultura, que garantem a rentabilidade dos produtores rurais, vêm sendo prejudicadas pela má qualidade do fornecimento de energia elétrica.

No período da colheita do fumo, quando o produtor precisa da estufa para secar as folhas, coisa que garante um melhor preço para sua produção, costuma faltar energia elétrica em função do aumento da demanda. O mesmo vale para a avicultura, que hoje é uma atividade totalmente mecanizada, pois os sistemas de fornecimento de água e de ração, assim como a ventilação e o aquecimento e controle de cortinas, dependem da energia elétrica que, ao faltar, desequilibra a atividade a ponto de comprometer os ganhos do produtor.

O representante da Tyson Foods, de Itaiópolis, disse que a empresa vincula a abertura de 150 novos aviários, ao custo médio de R$ 450 mil cada um, à melhor qualidade da energia e que se as propriedades já cadastradas ganharem ligação por rede trifásica, a empresa financiará equipamentos para os produtores.

Nesse sentido, o presidente da Celesc disse que a empresa faz um grande esforço para automatizar o sistema com religadores de autocomando, com a finalidade de garantir rápidas recomposições de redes. Há também um planejamento em curso para garantir a substituição das linhas rurais de monofásicas para trifásicas.

Esse tema foi, inclusive, motivo de moção de autoria deste deputado, aprovada por unanimidade nesta Casa, sugerindo que o programa Luz para Todos também se dedique à instalação de redes trifásicas no meio rural.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte de um minuto ao nobre deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Antônio Aguiar, lamento interromper o seu pronunciamento, mas quero dizer que Santa Catarina tem, senão 100%, perto disso de propriedades rurais com fornecimento de energia de qualidade de má qualidade, que não atende às necessidades atuais.

Fico feliz que o planalto norte seja uma região é o lugar que pode expandir tanto a avicultura, como a suinocultura, e com isso, deputado Antônio Aguiar, continuar permitindo que o estado de Santa Catarina seja o segundo produtor de aves e o maior produtor de suínos do país. A próxima etapa é, sem dúvida nenhuma, reestruturar a energia elétrica que chega às propriedades agrícolas.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela proposição da audiência pública e pela forma como o presidente da Celesc fez sua explanação no planalto norte. Acho que foi fruto do trabalho de v.exa. para atender à região e da boa administração da Celesc, que vai, com certeza, melhorar a qualidade da luz que chega aos catarinenses.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, deputado, a estratégia da direção da Celesc é garantir recursos do Pacto por Santa Catarina para essa finalidade. O projeto da Celesc envolve um planejamento estadual de R$ 300 milhões, mas o presidente Cleverson entende que o governo vai garantir um aporte de R$ 50 milhões, o que já será bom para a questão das subestações.

Quanto à linha de transmissão, o problema do Iphan terá que ser resolvido, pois depende desse órgão o licenciamento para fazer com que o fornecimento de energia elétrica seja continuado.

Quero dizer-lhes que foi importante o presidente da Celesc ter estado em Canoinhas numa grande audiência, já que ele deixou claras três ações fundamentais: a instalação da subestação de Irienópolis, que atenderá Porto União, Canoinhas e o interior, principalmente; a conclusão da subestação de Papanduva, onde estão sendo investidos R$ 30 milhões; e a reforma da subestação do município de Canoinhas.

Portanto, são três subestações que devem ser feitas e há uma atenção especial da Celesc para o planalto norte, que precisa de investimentos em energia elétrica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, quero registrar a presença no plenário de 30 jovens que fazem parte do projeto Crescer, de Itajaí. Trata-se de um projeto protagonizado pela professora Maria Elizabete Bittencourt, presidente, e também por Sandra Mara de Andrade, assessora executiva do projeto. Esse projeto dá oportunidade para que alunos do ensino médio tenham a primeira experiência de emprego como jovens aprendizes.

Portanto, é com muita alegria que os recebemos, hoje, na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os cumprimentos desta Casa a todos os jovens. Sejam bem-vindos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria somente de registrar a presença do vereador Vilmar Timóteo Rosa de Oliveira, o popular Maluf, do município de Abelardo Luz, nosso amigo, companheiro e defensor da segurança pública, que está na capital na busca da concretização de seus projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vindo, vereador!

Inscrito o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, vimos à tribuna nesta tarde para, lamentavelmente, registrar a perda do nosso grande amigo, do grande amigo de Santa Catarina, Afonso Dresch, da cidade de Treze Tílias, que foi prefeito várias vezes e secretário de estado.

(Passa a ler.)

"Afonso Dresch, de 64 anos, faleceu na madrugada desta segunda-feira, dia 15, por volta das 1h30, quando sofreu um infarto.

Nascido em 17 de novembro de 1948, no município de Luzerna, filho de Afonso Edmundo e Gertrudes Dresch, teve uma vida atuante na política, no empreendedorismo e no turismo. Era casado com Ivone Elisabeth Dresch e dessa união nasceram três filhos, Fábio, Cinthia e Rafael.

Afonso foi sócio fundador da Lacticínios Tirol Ltda., em 1974, e sócio gerente e diretor da Tirol de 1974 até 1983. Desde 1983, quando saiu da diretoria, sempre acompanhou a administração da empresa.

Era conhecido também pelo empreendedorismo e inovação de suas ações. Atualmente era sócio membro do Conselho de Administração da Lacticínios Tirol Ltda. e também diretor-geral do Treze Tílias Park Hotel Ltda.

Seu corpo será velado a partir das 16h na Câmara de Vereadores de Treze Tílias e o enterro acontecerá amanhã à tarde, às 16h.

O atual prefeito do município, Mauro Dresch, decretou luto oficial de três dias, em virtude do seu falecimento.

Dentre as principais obras que realizou em sua vida pública em Treze Tílias, pode-se destacar a campanha de estilização da cidade, com construções e reformas das residências em estilo típico austríaco. Também viabilizou que Treze Tílias fosse a primeira prefeitura do interior do estado a criar uma secretaria de Turismo e Cultura.

Afonso Dresch ainda incentivou o uso de trajes típicos e fomentou a construção de prédios públicos, como a prefeitura municipal, o ginásio de esportes de Treze Tílias, as pontes cobertas, os portais e a rodoviária em estilo típico austríaco. Além disso, foi o idealizador da Sociedade Cultural Artística Papuan, a Socap.

Quando prefeito de Joaçaba criou a Fundação de Turismo do Vale do Contestado - CONTTUR -, com o objetivo de fomentar e integrar o turismo regional, com abrangência dos municípios de Piratuba a Caçador, tendo, inclusive, sido o seu primeiro presidente, na gestão 1994 a 1996.

Foi reeleito presidente da CONTTUR para o triênio 1997 a 2000, período em que realizou eventos regionais e internacionais, participando, inclusive, como palestrante.

Formado em administração de empresas, possuía uma vasta experiência profissional iniciada em 1968, como sócio subgerente na empresa Bemaluz Ltda., em Luzerna, na qual trabalhou até 1973.

De 1983 até 1988 exerceu pela primeira vez a função de chefe do Poder Executivo do município de Treze Tílias. Foi

presidente da Ammoc (Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense) de 1985 a 1986.

Em 11 de outubro de 1986 foi agraciado com o título de cidadão honorário de Treze Tílias.

De 1989 a 1990 administrou o empreendimento Condomínio Treze Tílias Park Hotel, onde ainda Afonso atuava como diretor-geral.

De 1991 a 1992 foi secretário de estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento de Santa Catarina; de 1993 a 1996 esteve à frente da administração municipal de Joaçaba; e de 1997 a 2000 governou pela segunda vez o município de Treze Tílias.

Afonso Dresch recebeu, em outubro de 2008, a condecoração Monsenhor Reitmeier pelos relevantes serviços prestados ao município de Treze Tílias, por intermédio de suas ações na vida privada, bem como pública, uma vez que exerceu por duas vezes a função de prefeito municipal.”

Srs. deputados, lamentavelmente perdemos uma pessoa extraordinária, que além de tudo o que já registramos era um grande desportista. Promovia grandes cavalgadas com a participação de centenas de pessoas, tendo feito, inclusive, o trajeto de Curitiba a Treze Tílias.

Era um homem empreendedor, destemido, que enfrentava situações adversas com muita confiança no futuro.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Não tenho dúvida, deputado, que o nosso amigo Afonso Dresch era um grande homem. Santa Catarina perde, sim, um grande líder, um grande empreendedor, uma pessoa que cuidava do seu trabalho, que cuidava dos seus empreendimentos, mas se preocupava também com o lazer, preocupava-se com a felicidade alheia.

Neste momento temos que nos juntar à sua família para dar-lhe força a fim de que suporte essa perda irreparável.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, sr. deputado.

Ontem estivemos em Treze Tílias até a chegada do corpo à Câmara Municipal, onde ocorreu o velório. Lá estavam grande parte da sociedade política e empresarial, funcionários municipais e populares aguardando ansiosamente a chegada.

Afonso Dresch era um homem muito querido, muito benquisto, pois apesar de rico preocupava-se com a sociedade de Treze Tílias. Um exemplo era o seu apoio irrestrito ao Corpo de Bombeiros Voluntários da cidade, que ele ajudou a crescer e a manter. Trata-se de um homem que realmente vai deixar saudades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, sr. deputado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Garuva, José Chaves, nosso grande amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vindo, sr. prefeito.

Com a palavra o sr. deputado Narcizo Parisoto, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários da Casa, telespectadores da TVAL, público presente.

(Passa a ler.)

“Venho à tribuna, nesta tarde, comunicar que passo a representar o Democratas nesta Casa.

Tenho a consciência tranquila de haver realizado, dentro das minhas forças, um bom trabalho parlamentar e partidário, sempre atento às causas sociais dos trabalhadores e das famílias catarinenses. Foram 11 anos da minha vida dedicados à estruturação partidária e à participação política com coerência e seriedade, zelando pelo bom nome e pela tradição trabalhista. Tenho certeza de que obtive sucesso e tiro essa conclusão através do reconhecimento dos quase 50 mil eleitores que me confiaram o voto, a quem procuro representar dignamente nesta Casa.

Algumas pessoas podem acreditar que é possível fazer política diminuindo a importância ou até mesmo excluindo a vontade popular, que a política pode ser conduzida exclusivamente nos gabinetes, em reuniões restritas. Esquecem que a democracia é feita com a representatividade que trouxemos das urnas, com os ideais próprios, alguns conflitantes, com certeza, mas legítimos e imprescindíveis.

Quero virar uma página desagradável da minha vida. Colocar ponto final. Mas antes, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero dizer que todas as minhas questões e discordâncias levei para a apreciação da Justiça Eleitoral que as reconheceu e por unanimidade decidiu ser justa a minha causa para a minha desfiliação partidária.

Aos amigos e companheiros que angariei nesses 11 anos no antigo partido, quero dizer que os nossos vínculos de amizade, respeito e consideração permanecerão com toda certeza. As marcas das vitórias e as conquistas não poderão ser esquecidas e apagadas jamais. Aos diversos partidos que me convidaram, agradeço honrado pela consideração, respeito e amizade. Confesso que algumas manifestações às vezes me tocaram profundamente pelo reconhecimento e respeito ao parlamentar Narcizo Parisotto.

Procurei ouvir muito minhas bases, lideranças e amigos nesse período de dois a três meses e decidi optar por um projeto mais adequado e possível, considerando a nossa realidade. Estou retornando para o partido no qual nasci na política. Em 1986 fui candidato a deputado federal, ficando como suplente na época, pelo então PFL. Assim, estou voltando às minhas raízes políticas. Em 1988 fui o vereador mais votado do município de Chapecó e em 1992 fiz uma votação expressiva, bem maior, na mesma cidade, quando fui o mais votado. Em 1994 candidatei-me a deputado estadual e assumi, já de cara, como primeiro suplente. De lá para cá militei permanentemente, tanto é que já estou no sétimo mandato, cinco nesta Casa e dois na minha cidade.

Quero aqui deixar registrada a maneira carinhosa com que alguns partidos me convidaram para ingressar nas suas fileiras. Mas, como expliquei, a realidade do momento me levou a tomar essa decisão, que me pareceu acertada ao ver a multidão que me esperava, todos me dando as boas-vindas ao Democratas, quando cheguei a Chapecó na semana passada. Foi um movimento muito além do que eu esperava e que há muito anos não via na minha terra natal.

Em 14 de maio de 1986 filiei-me pela primeira vez a um partido político. Agora, na presença de membros da executiva nacional, estadual, de prefeitos e vice-prefeitos, filiei-me novamente e senti-me honrado.

Quero dizer aos democratas e aos amigos que deixei no partido do qual saí, que amizades profundas que conquistei na cidade de Chapecó. Todos podem ter certeza de que haverei de continuar representando com respeito, carinho e responsabilidade a família catarinense.

Aos nobres colegas desta Casa quero dizer que continuarei sendo o mesmo parlamentar que há cinco mandatos está nesta Assembleia, período no qual não fiz nenhum inimigo, não levantei a voz com ninguém e ninguém levantou a voz comigo.

Sou um homem de paz, um homem de harmonia, um homem que conta muitas vezes até dez para falar. Não sou muito afeito a subir a esta tribuna, mas admiro quem a ocupa, quem se manifesta, quem discursa, quem defende suas ideias publicamente. Eu sou acomodado, fico quieto, mas atento a tudo que acontece nesta Casa.

Com certeza hei de melhorar a cada dia, ampliando a amizade com todos os deputados, a quem deixo o meu respeito, o meu abraço. Cumprimento ainda todos os que nos assistem e nos ouvem.

Por fim, agradeço ao sr. presidente a oportunidade a mim concedida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Volnei Morastoni, com a palavra a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Dirce Heiderscheidt, com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Luciane Carminatti, com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, população e amigos que nos acompanham pela TVAL e na própria Assembleia Legislativa, quero fazer um registro especial sobre os quase 100 anos do Instituto Geral de Perícias, IGP, esse órgão público tão importante para a Justiça, para a Segurança Pública e para o estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O Instituto Geral de Perícias, o nosso IGP, foi criado em 31 de janeiro de 2005 pela Emenda Constitucional n. 39, do estado de Santa Catarina, que lhe deu autonomia funcional e administrativa e vinculou-o diretamente à secretaria da Segurança Pública.

Atualmente está estruturado em quatro institutos, a saber: o Instituto de Análises Forenses - IAF; o Instituto de Criminalística - IC; o Instituto de Identificação Civil e Criminal e o Instituto Médico Legal - IML. Conta ainda com a sua própria academia de perícia, o Icape, e com sua própria corregedoria.

O hoje denominado Instituto Geral de Perícias teve sua origem no Instituto Médico Legal e de Identificação, criado em 1917, no governo de Fúlvio Aducci, sendo o primeiro órgão a executar os trabalhos periciais de exames de corpo delito e de identificação humana em Santa Catarina, denominando-se naquela época Gabinete de Identificação e Serviço Médico Legal.

Em 1918, no governo de Felipe Schmidt, foi nomeado o primeiro médico legista de Santa Catarina, o dr. Carlos Corrêa.

Em 1938, na gestão do governador Nerêu de Oliveira Ramos, através do Decreto-Lei n. 258, o Gabinete de Identificação e Serviço Médico Legal passou a denominar-se Instituto de Identificação e Médico Legal.

Os trabalhos desenvolvidos por esse órgão abrangiam toda a criminalística. Os médicos legistas realizavam os exames de lesão corporal e necropsias; já os peritos criminais realizavam os levantamentos dos locais de crime, existindo ainda exames laboratoriais e de identificação."

Esse instituto vem sofrendo alterações legais e algumas melhorias e reestruturações. A Lei n. 547, de 31 de dezembro de 1970, dispôs sobre uma nova estrutura para o IGP. A seguir, a Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da administração pública do estado de Santa Catarina, previu a nova estrutura diretiva do IGP, com diretor-geral, uma diretoria adjunta e uma corregedoria.

Ainda no aspecto histórico, é importante comentar sobre o cargo de diretor-geral do Instituto Geral de Perícias, independentemente do nome que o órgão tinha à época. Vários foram os diretores do IGP no período de sua existência: alguns eram delegados de polícia e outros, funcionários do próprio quadro. Atualmente o IGP é dirigido pelos peritos. Tivemos como perito criminal o sr. Celito Cordioli, assumindo, em 2003, no último período, o delegado Ricardo Feijó.

Com a autonomia da perícia catarinense, em 2005 o IGP passou a ser dirigido pelo perito criminal Giovani Eduardo Adriano, nosso amigo, grande diretor; de janeiro de 2011 até a presente data o IGP tem como diretor-geral o perito Rodrigo Tasso.

Fiz esse breve histórico do IGP para homenagear o Instituto Geral de Perícias, que infelizmente tem sido muito atacado. Em alguns momentos chegou a ter sua perícia contestada, como foi o caso do suicídio do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó. O suicídio é um acontecimento difícil, a família nunca o aceita como algo possível de acontecer com o seu familiar. A família sempre fica pensando que a pessoa não tinha motivos para se suicidar e fica arrumando culpados.

No caso do vereador de Chapecó, por questões políticas até desta tribuna o IGP foi atacado. Foi atacado também da tribuna do Congresso Nacional, alegando que não poderia ser suicídio, mas um crime político. Mas o IGP agiu com a isenção de sempre, sem qualquer interferência administrativa ou política e fez um laudo comprovando que o vereador Marcelino Chiarello havia se suicidado. Duvidaram da sua isenção e competência e enviaram a Chapecó um perito da Polícia Federal, que acabou por confirmar o laudo do IGP.

Não se pode misturar a questão legal e jurídica com questão política. E o IGP mais uma vez, como se diz na gíria, deu um banho, responsável que é e um dos melhores institutos do país, fez uma perícia que acabou sendo confirmada pelos peritos trazidos pela PF.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. fala sobre esse assunto com muita legitimidade, porque vem da Polícia Civil.

Aproveito a oportunidade para parabenizar os peritos do IGP pelo trabalho que têm feito, não apenas neste caso, mas ao longo das últimas décadas em Santa Catarina.

Infelizmente, deputado Maurício Eskudlark, o IGP continua sendo o patinho feio da Segurança Pública de Santa Catarina. Temos feito veementes discursos nesta tribuna e é preciso que o secretário César Grubba tenha um olhar mais atento e carinhoso para o IGP. E cito como exemplo o IGP de Blumenau, que está em situação deplorável. É preciso que uma ação rápida que valorize os técnicos que lá trabalham.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Ismael dos Santos. Reconhecemos o trabalho importantíssimo que o IGP tem feito no estado de Santa Catarina, pois apesar das inúmeras dificuldades tem demonstrado competência, esmero, dedicação e, acima de tudo, responsabilidade.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Gostaria apenas, deputado Maurício Eskudlark, de fazer um registro com relação ao laudo emitido pela Polícia Federal em Chapecó, porque na verdade, deputado Maurício Eskudlark, há dois laudos. O primeiro deles foi feito por um médico que é do IGP, que tem 22 anos de profissão, que nunca teve nenhum laudo questionado e que atesta homicídio; já o segundo laudo aponta suicídio.

Por isso estamos solicitando também o trabalho de um perito técnico da USP, para que, de posse desses dois laudos, emita um terceiro que tire as dúvidas ainda existentes.

Não questionamos o IGP, mas muitos fatos, argumentos e elementos não foram considerados e o único médico que de fato viu o cadáver logo depois do ocorrido foi o médico do IGP.

Então, precisamos dizer que continuamos no processo de investigação, porque entendemos que muitas coisas não foram devidamente esclarecidas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Infelizmente, sr. presidente, o pior cego é aquele que não quer ver, talvez por questões políticas. Lamento isso, mas o IGP merece os nossos parabéns, pois tem agido com competência, com idoneidade e tem feito um trabalho que orgulha o nosso estado.

Por isso, a nossa homenagem à direção e a todos os técnicos do IGP.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PSDB.

Não havendo deputados do PSDB inscritos para falar, passaremos ao tempo destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de fazer um breve relato sobre um encontro que ocorreu na semana passada, na quarta-feira, no dia 10 de abril, em Brasília, para fazer um balanço do movimento nacional Saúde+10, que está sendo protagonizado por mais de uma centena de entidades de todo o Brasil. Esse movimento é capitaneado pela Associação Médica Brasileira, pelos Conselhos Federais de Medicina, pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, pela OAB e pela CNBB.

O objetivo desse encontro era fazer a contagem das assinaturas que estão sendo colhidas em todo o Brasil para compor 1,5 milhão de assinaturas a fim de dar guarida ao

projeto de lei de iniciativa popular que será apresentado ao Congresso Nacional, a fim de que a união aplique 10%, no mínimo, da sua receita bruta corrente em saúde.

Foi um encontro que começou às 9h defronte à catedral de Brasília. Depois todos os participantes caminharam pela Esplanada dos Ministérios e fizeram uma manifestação diante do ministério da Saúde, chegando, ao final, ao Congresso Nacional.

Até o dia 5 de abril o número de assinaturas estava em 1,250 milhão. Portanto, ainda faltam em torno de 250 mil assinaturas para completar o mínimo exigido por lei.

Eu também estive na sede do Conselho Nacional de Saúde levando um último aporte de assinaturas que havia chegado ao meu gabinete através da comissão de Saúde da Alesc - mais 7 mil assinaturas -, sendo que em Santa Catarina elas devem chegar a 80 mil. O Conselho Nacional de Saúde remete essas assinaturas ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Federal de Psicologia, que se colocaram à disposição para proceder a uma auditoria para validá-las e assim já retirar do montante aquelas que, eventualmente, não estejam de acordo com a lei.

Estivemos em seguida no Congresso Nacional, numa audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, com o presidente da comissão de Constituição e Justiça e com o presidente da comissão de Seguridade Social, uma vez que seguridade social inclui saúde, previdência e assistência social. Por coincidência, o deputado dr. Rosinha é um colega meu, médico pediatra, que também fez o curso de Medicina em Curitiba, eu na Universidade Federal do Paraná e ele na PUC. Depois nos encontramos novamente fazendo residência em Pediatria. Ele foi deputado estadual no Paraná, hoje já está no seu terceiro mandato de deputado federal e preside a comissão de Seguridade Social.

Também quero aproveitar a oportunidade, deputada Ana Paula Lima, para destacar o grande trabalho realizado pelo deputado Décio Lima na comissão de Constituição e Justiça. Ele está merecendo efusivos elogios dos parlamentares catarinenses, como também de parlamentares de outros estados e de vários setores da Câmara dos Deputados, pela maneira como está dando uma dinâmica nova para a CCJ. E podemos dizer que ela é a comissão mãe, a mais importante de todas as comissões da Câmara dos Deputados, como também desta Casa.

Por isso, é importante que enquanto continuamos coletando assinaturas até 1º de maio. Como as centrais sindicais do nosso país estão aderindo massivamente desse movimento, presumimos que com as festividades, as comemorações, com os grandes encontros do dia 1º de maio conseguiremos agregar centenas de milhares de assinaturas a esse grande Movimento Saúde+10.

Quero registrar que aqui na Casa continua em aberto o abaixo assinado para que os deputados, servidores e todos os que visitam a Alesc possam apor sua assinatura e participar desse histórico projeto de lei de iniciativa popular.

Assim, ao mesmo tempo em que os Conselhos Federal de Medicina e de Psicologia estarão auditando as assinaturas e com essas assinaturas novas que ainda virão, nós já estaremos preparando o ambiente na Câmara Federal para recepcionar, ainda no mês de maio, esse grande abaixo assinado, pois todos sabem que a união precisa alocar mais recursos financeiros na saúde.

Temos problemas de gestão? Temos! Grande parte dos problemas da saúde no país, nos estados e nos municípios é de gestão. Aqui mesmo ficam cada vez mais evidentes os problemas de gestão, até por algumas informações preliminares que transpareceram de uma entrevista que o governador concedeu, nos últimos dias, falando de uma empresa espanhola que realiza um estudo detalhado sobre a situação da saúde para apontar propostas de solução.

Apesar disso, sempre dissemos aqui que precisamos também de mais dinheiro para a saúde, dinheiro esse que virá, acredito eu, em decorrência do movimento Saúde+10. Por quê? Porque a união precisa colocar mais recursos financeiros na saúde. Já temos, é verdade, grandes iniciativas do ministro Alexandre Padilha. E um exemplo são as Redes de Atenção à Saúde, que agora começam a desabrochar na Grande Florianópolis e que logo chegarão também à região de Joinville. É dinheiro novo que vem, é melhoria substancial no pagamento dos procedimentos.

Portanto, há um canal por onde corre o dinheiro do ministério da Saúde para os estados. Mas temos que nos sintonizar com o ministério para as Redes de Atenção de Urgência e Emergência, para as Redes de Atenção Psicossocial na área da prevenção e no tratamento dos dependentes químicos. Precisamos implantar a Rede Cegonha na área materno-infantil, porque ao fazê-lo, o Hospital São José, de Tijucas, por exemplo, que está fechando as portas, poderá ser um hospital de retaguarda na Grande Florianópolis quanto à Rede de Atenção de Urgência e Emergência dos hospitais de ponta. Um estabelecimento como o Hospital São José, de Tijucas, situado na Grande Florianópolis, poderá ser um hospital de retaguarda, que receberá recursos novos valiosos.

Neste momento cresce o movimento pelo aumento dos valores da tabela do SUS. Mas não é somente a correção dessa tabela que resolverá o problema. Eu concordo que na média e baixa complexidade também é preciso rever a tabela do SUS. Mas além da tabela do SUS já há disponíveis as Redes de Atenção e temos que entrar em sintonia com o ministério da Saúde para implementá-las.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Gostaríamos de registrar a presença do vereador Thiago Silva, da capital. Seja bem-vindo a esta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo oradores do PPS que queiram ocupar a tribuna, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado presidente, caro colega Kennedy Nunes, srs. deputados e sras. deputadas aqui presentes.

Gostaria de fazer uma fala, mais uma vez um tanto heterodoxa, no sentido de reconhecer a importância da publicação que o Grupo RBS e outros veículos de comunicação têm dado sobre alguns problemas fundamentais da sociedade catarinense.

Hoje, no horário do almoço, foi destinado um tempo largo para as famílias e amigos dos desaparecidos da Grande Florianópolis. Mas quero referir-me especificamente ao trabalho que o Grupo RBS tem feito acerca das agruras da população catarinense pobre com relação ao péssimo atendimento na área da saúde.

Tem sido constante, desde o ano passado, a veiculação de matérias a esse respeito. Já fiz esse registro aqui e quero continuar registrando a importância que representa o fato de os grandes meios de comunicação discutirem os assuntos fundamentais da sociedade. E um deles é justamente a dificuldade imensa do conjunto da população que cada vez encontra mais dificuldade para ter acesso ao serviço público de saúde em nosso estado.

O Hospital Infantil Joana de Gusmão, que já foi visitado por comissão desta Assembleia Legislativa umas quatro vezes só na atual legislatura e que tem sido acompanhado pelos meios de comunicação, tem uma problemática que não se resolve. A reforma já tem mais de dois anos e não acaba, pelo contrário, só aprofunda o desmoronamento do hospital, pois até naquilo que dizem que já está pronto ou que já deveria estar pronto há muito tempo percebe-se goteiras.

Gostaria de fazer o registro de que a minha posição - e creio que esta é a posição de todos os deputados - não é contra os servidores. Pelo contrário, temos até atendido ao seu pedido de socorro, no sentido de falar do assunto, porque quem acompanha um pouco pelo menos essa situação percebe e emociona-se com a vontade, com o entusiasmo, com o nível de comprometimento dos profissionais de todos os níveis, a ponto de continuarem trabalhando mesmo quando há goteiras dentro da sala de cirurgia em que estão realizando procedimentos difíceis e altamente sofisticados.

Tentar entender essa realidade, saber por que ela chegou à atual situação é o mais difícil, porque temos visto e todos têm acompanhado também pelos meios de comunicação o governo anunciando que vai construir novos hospitais na Grande Florianópolis.

Ora, há um hospital em Biguaçu que está quase pronto - e já era para estar pronto! Fala-se em fazer outro hospital em

Palhoça, não é que Palhoça não mereça ou não precise, mas há o regional, ali ao lado, abandonado!

Qual é a lógica? Qual é a intenção? Por que se fala em construir hospitais novos na Grande Florianópolis quando os existentes da rede pública estadual têm leitos fechados e serviços cirúrgicos que estão deixando de ser realizados por falta de pessoal, de equipamentos, por falta de telhados?

Qual é a lógica? Esse é um debate que vamos precisar aprofundar. Essa é uma reflexão que vamos precisar fazer para tentar entender qual o objetivo do governo do estado na questão da saúde pública da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

Lembramos aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que consta da pauta da Ordem do Dia a votação dos vetos, para a qual se faz necessário quórum qualificado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente desta sessão, v.exa. que já pertenceu ao quadro dos progressistas, foi nosso grande parceiro e continua sendo, embora em outra agremiação partidária.

Quero também saudar os colegas deputados e deputadas e agradecer-lhes por assinarem nosso requerimento solicitando a instalação da CPI da Telefonia. Todos os 40 parlamentares da Casa apuseram sua assinatura no documento que visa instalar uma CPI que averigue por que o usuário do nosso estado vem sendo tão mal atendido.

A exemplo das Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul, do Maranhão, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Rondônia e de outros estados, vamos, amparados no art. 24 da Constituição Federal, instalar em Santa Catarina a CPI da Telefonia.

O nosso objetivo é defender o usuário que vem sofrendo em virtude dos péssimos serviços prestados pelas operadoras de telefonia, notadamente os call *center*, que são um verdadeiro desastre. Além disso, há ausência de sinal em muitas regiões, há queda de sinal, ou seja, com frequência a ligação é interrompida e a sua retomada é muito difícil.

Para se ter uma ideia, há 15 anos tínhamos 800 mil usuários de telefonia móvel. Hoje temos 265 milhões de telefones móveis. Segundo informações das próprias empresas, deputado Kennedy Nunes, os investimentos cresceram apenas 63% daquilo que seria necessário para atender à atual demanda.

Segundo a Anatel, nos próximos dois anos é preciso investir R$ 380 bilhões! Em 2000 o país tinha 200 mil usuários de internet fixa. Em 2012 chegou a 20 milhões, ou seja, um aumento de 9.900%. Em 2008 os usuários de banda larga fixa eram quatro milhões. Em 2012 esse número saltou para 52 milhões, representando 1.200% de aumento. De 2000 a 2012, foram investidos R$ 219 bilhões, mas a receita das operadoras cresceu 237%! Repito: de acordo com Anatel será preciso investir R$ 380 bilhões nos próximos dez anos para que o setor atenda à demanda de telefonia e de internet, pois 70% dos lares brasileiros ainda não estão conectados com a internet.

A velocidade média de banda larga é de apenas 4,9 *megabytes*. Nosso país tem apenas cinco mil antenas, o mesmo número que a Itália, deputado Maurício Eskudlark. Não saberia dizer neste momento qual é a população da Itália, mas em comparação com a do Brasil, que é um país continental, vê-se logo que cinco mil antenas é muito pouco.

Outro dado interessante é que o Brasil possui a segunda maior tarifa de celular do mundo, deputado José Milton Scheffer, só perde para a África do Sul, que tem a mais cara do planeta.

É verdade que o usuário não tem reclamado muito do valor. Tem, sim, reclamado com frequência, nas audiências públicas que fizemos em Florianópolis, Blumenau e outras cidades, da má qualidade do atendimento e do serviço, que não estão de acordo com aquilo que ele paga.

Para concluir, quero dizer que nos próximos dias estaremos trabalhando na instalação da CPI, para que ela se torne uma realidade em favor da população catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado, esse assunto é de estrema importância para todos os usuários do sistema de telefonia móvel.

Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria de inicialmente expressar a minha solidariedade às vítimas do atentado à bomba ocorrido em Boston durante a sua maratona, no final da tarde de ontem.

Eu trabalhei, deputado Kennedy Nunes, no início da década de 90, como pintor nos Estados Unidos e tive a oportunidade de presenciar, pelo menos em duas ocasiões, a Maratona de Boston, que é uma das mais antigas do mundo. Na ocasião, mais de 130 brasileiros disputaram aquela maratona.

Ontem, infelizmente, pelo menos duas bombas, que, segundo jornalistas, estavam armazenadas em panelas de pressão deixadas dentro de lixeiras, explodiram matando três pessoas e ferindo mais de 100.

Fica aqui a nossa solidariedade, pois mesmo num mundo imperfeito, como cidadãos, somos convocados a buscar a paz com base na justiça, na liberdade e na solidariedade.

Sr. presidente e srs. deputados, nesta tarde estamos dando entrada a mais um projeto de lei de nossa autoria, desta feita ligado à área da saúde. Trata-se de um projeto modesto, que procura estar afinado com os desafios que a sociedade enfrenta no que diz respeito à prestação de serviços no âmbito da saúde, pois sabemos que a transparência na área da prestação de serviços públicos é essencial.

Por isso, é imprescindível a adoção de mecanismos que dotem os espaços de atendimento ao cidadão na área de saúde com as informações básicas necessárias. E a nossa proposta basicamente assegura aos usuários dos estabelecimentos públicos de saúde a informação sobre os profissionais escalados para aquele dia de trabalho.

Nós tivemos em Blumenau, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que é enfermeira, um caso trágico de uma criança que foi levada a um espaço de pronto atendimento e que infelizmente foi a óbito.

Assim, a nossa proposta, srs. deputados, vai na seguinte esteira: que os hospitais, os prontos-socorros, os ambulatórios, as unidades de atendimento, enfim, todos os estabelecimentos públicos de atenção à saúde, em especial aqueles credenciados ao SUS, sejam obrigados a divulgar em local visível nas entradas principais de acesso ao público o nome dos profissionais escalados para o atendimento dos pacientes naquele turno. Nome do funcionário, sua inscrição profissional, de preferência sua fotografia, sua função, sua especialidade e o horário de atendimento.

Estamos dando entrada no dia de hoje a esse projeto de lei e esperamos que ele obtenha sucesso nas diferentes comissões, em especial na comissão de Saúde, para que venha a debate neste plenário.

Sr. presidente e srs. deputados, tenho ainda alguns projetos que dizem respeito ao combate e à prevenção às drogas no estado de Santa Catarina, como também à reabilitação.

Já pensei em organizar - e acho que ainda há tempo - uma espécie de associação das mães dos dependentes químicos. Acho que é algo interessante. Minas Gerais desenvolve esse projeto que vem dando certo. Acho que há espaço para criarmos em Santa Catarina uma associação para as mães dos dependentes químicos, porque às vezes elas não sabem a quem recorrer.

Existe ainda a disposição do governador Raimundo Colombo de criar um telefone 0800 para que, de qualquer parte deste estado, quem tenha problema na família com dependentes químicos possa acessar e ter as devidas orientações.

Falo isso porque hoje as drogas basicamente se dividem em três grandes grupos: as naturais, simbolizadas pela maconha e pela cocaína; as semissintéticas, dentre elas o próprio *crack*, e as sintéticas, que infelizmente estão muito presentes nas baladas neste estado e no país.

Acompanhávamos hoje, em um dos jornais deste estado, o desabafo de uma mãe - e quero parabenizar a jornalista Camila Guerra pela excelente reportagem - inconsolável, que perdeu uma filha de 17 anos. Ela relembrava os momentos antes da festa e os sonhos da jovem, que foi mais

uma vítima das drogas e agora das drogas sintéticas. Infelizmente, Santa Catarina passou a ocupar o primeiro lugar no ranking de produção de drogas sintéticas.

Santa Catarina, com apenas 1% do território nacional, com somente 3% da população brasileira, alcançou essa triste estatura de ocupar o primeiro lugar no ranking de consumo de drogas sintéticas. E aí está o depoimento nos jornais dessa mãe desesperada: a filha chegou em casa por volta das 3h30min de domingo, acompanhada do namorado, de uma prima e de um amigo. A mãe percebeu que a menina estava com dificuldade para respirar. Levou-a para o pronto atendimento na cidade de Joinville. Chegando lá ela vomitou sangue e morreu nos braços da avó.

Chamou-me a atenção que, no preâmbulo dessa história, o padrasto implorou para a menina não ir à balada, mas ela insistiu em ir. Foi a última vez mesmo, porque nunca mais voltou, disse a mãe chorando enquanto mostrava o quarto da garota.

Segundo o namorado, a prima e o amigo, a primeira coisa que fizeram na balada foi comprar uma “bala”, o *ecstasy*. Depois de degustar, se assim podemos dizer, essa bala, a prima e o amigo teriam ingerido alguns comprimidos também. A prima disse que de repente a viu virar os olhos quando estava abraçada ao namorado. Perguntou se ela estava bem, que respondeu que estava em paz. Em seguida a adolescente teria contado que havia ingerido mais um comprimido. Então, o segundo *ecstasy* levou a óbito essa garota de apenas 17 anos.

Fica o desabafo da mãe e a nossa consciência cada vez maior da luta por uma Santa Catarina sem drogas. É essa a nossa meta! É essa a nossa bandeira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pelo tempo restante do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O pronunciamento do deputado Ismael dos Santos é sempre interessante, principalmente pelos temas abordados.

Eu, que faço para da frente parlamentar e acompanho os problemas das drogas toda a minha vida, acho que é a primeira vez que encontro uma pessoa tão empenhada no Parlamento catarinense na questão do combate e prevenção às drogas.

Acho louvável a iniciativa de formar uma associação para ajudar as mães de usuários de drogas, porque quando as famílias detectam o problema e tentam encontrar uma solução, deparam-se com muitas dificuldades. Muitas vezes o filho quer ser internado, mas a família não sabe a quem recorrer. O estado como um todo não tem, através do SUS, esse tipo de atendimento.

Por isso, conte com o nosso apoio, deputado, e parabéns pelo pronunciamento!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sra. deputada, srs. deputados, venho a esta tribuna para falar um pouco sobre o rio Itajaí. É um assunto pertinente, principalmente no período próximo ao inverno, o período das chuvas, ocasião em que a comunidade de um modo geral fica mais preocupada.

Eu gostaria de falar sobre um trabalho que uma empresa está fazendo naquela região com o nosso apoio, referente à limpeza do rio Itajaí, principalmente quanto ao lixo doméstico.

Todos sabem que o lixo doméstico, industrial e hospitalar é um problema grave que precisa ser enfrentado com decisão pela administração, com relação a medidas que devam ser colocadas em prática.

Nosso estado não é exceção. Além de termos um dos piores índices nacionais de coleta e tratamento de esgoto, tenho observado na região que represento o gigantesco volume de lixo lançado pela população diretamente no rio Itajaí, lixo esse que desce até a foz, compondo um quadro desolador.

Peço à assessoria que projete no painel as fotos que trouxemos.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Lembro-me das imagens mostradas pela imprensa e testemunhadas por mim *in loco duran*te a última enchente ocorrida no vale do Itajaí, no final de 2011. O elevado nível das águas do rio foi arrastando consigo todo o lixo depositado no fundo dos quintais das casas, dos terrenos baldios, levando toneladas de dejetos e rejeitos até o oceano Atlântico, que em função das correntes marítimas acabaram sendo depositadas nas praias do litoral de Santa Catarina e até do Paraná.

Srs. deputados, tomei conhecimento de uma iniciativa que busca a conscientização da população do alto vale do Itajaí, alertando para o perigo de jogar lixo no rio Itajaí e incentivando a comunidade a utilizar o serviço de coleta disponível.

O consórcio empresarial Salto Pilão, proprietário de uma usina, realizou importante e amplo diagnóstico da situação do lixo em nove municípios do vale do Itajaí, depois de navegar quase 200km pelo leito dos rios Itajaí-Açu e Itajaí Oeste. O relatório que tive a oportunidade manusear mostra imagens impressionantes acerca de uma situação caótica existente mesmo depois da grande enchente que mencionamos.

A análise desses documentos levou os proprietários da usina a alocar recursos financeiros para desenvolver uma ampla campanha de educação ambiental na região, em 2013, com os seguintes *slogans:* O rio Itajaí-Açu pede a sua ajuda. A saúde do rio está em nossas mãos. A campanha vai até outubro e abrange os municípios de Alfredo Wagner, Chapadão do Lajeado, Ituporanga, Aurora, Rio do Sul, Lontras, Rio do Oeste, Laurentino e Taió e conta com folhetos, cartazes, vídeos educativos, anúncios em jornais, rádio e televisão. Além disso, equipes estarão percorrendo as cidades, as escolas, os sindicatos e realizando reuniões para fazer um trabalho de conscientização.

Ressalte-se o apoio fundamental oferecido pelas prefeituras à campanha, com a cessão de equipamentos para coleta de lixo, assim como o engajamento incondicional dos veículos de comunicação do alto vale do Itajaí na veiculação de anúncios e na realização de entrevistas.

Assim, colegas, conclamo todos, particularmente aqueles que atuam no vale do Itajaí, a trabalharem no sentido de obter a adesão de mais entidades, para que somem esforços à iniciativa da Usina Salto Pilão. Trata-se de um desafio para todos nós, políticos e administradores, no sentido de obter uma resposta imediata das comunidades ribeirinhas. Não é possível que as comunidades do alto vale continuem a poluir o rio que fornece água para o consumo da população.

Nós, descendentes de alemães, de italianos, de poloneses, sempre fomos exemplo de superação, educação e zelo pelo meio ambiente no vale do Itajaí. Não percamos, portanto, a oportunidade que nos é dada pela Usina Salto Pilão e seus parceiros. Vamos trabalhar juntos para perpetuar iniciativas que recuperem aquele grande rio, que é um símbolo de luta de todos os catarinenses.

Era isso o que tinha a relatar na tarde de hoje. Eu diria que é trágica a situação do rio Itajaí em função do lixo depositado no seu leito em nossa região.

O restante do tempo do nosso partido, sr. presidente, será utilizado pelo deputado Antônio Aguiar.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quero saudar o presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, os srs. deputados e as sras. deputadas, e destacar a importância do fórum realizado nesta Casa ontem, com a presença de mais de 800 pessoas. O nosso plenário este lotado, assim como o *hall* de entrada da Casa e o local de discussão.

Estiveram presentes o secretário de estado da Educação, professor Eduardo Deschamps; sua secretária adjunta, Elza Moretto; os palestrantes, os presidentes de entidades e os responsáveis pela educação.

Tivemos a oportunidade de perceber a angústia do professor em querer habilitar-se, em querer adquirir mais conhecimentos. E para isso o governo tem que dar condições, mas o secretário Eduardo Deschamps está atendendo a essa demanda. Tenho certeza de que o governo estadual e o governo federal estão com a firme determinação de fazer com que a educação avance significativamente, não só em Santa Catarina, onde o índice de alfabetização é um dos maiores do Brasil, mas em todo o país.

Quero reportar-me também à audiência pública referente à energia elétrica. Já nos pronunciamos anteriormente sobre o assunto, mas quero salientar que o planalto norte está fazendo a sua parte, apoiado pelos deputados Silvio Dreveck, Darci de Matos e Maurício Eskudlark, que estiveram presentes a uma grande audiência pública realizada no município de Canoinhas, com a presença do presidente da Celesc, Cleverson Siewert, que deu muitas explicações e informou que já tem recursos disponíveis - R$ 50 milhões - para as obras necessárias à nossa região.

Assim, esperamos que a subestação de Irineópolis se torne realidade e que a reforma da subestação de Canoinhas se realize e que a linha de transmissão entre Canoinhas e Papanduva seja completada.

Sabemos que o Iphan colocou obstáculos à continuidade desse empreendimento, mas não se pode parar uma obra simplesmente porque foram achadas algumas pedras diferentes. É preciso ser responsável, pois o interesse público tem que estar em primeiro lugar.

A arqueologia é importante? É. Eu respeito a arqueologia, mas ela não pode impedir que as comunidades tenham acesso à energia elétrica. Acho que fornecer energia aos lares e às indústrias é muito mais importante do que descobertas arqueológicas do Iphan!

Gostaria ainda de falar que hoje, na reunião da bancada do PMDB, esteve presente o nosso presidente Eduardo Pinho Moreira. Foi uma reunião importante, que mostrou a unidade do partido e na qual foram debatidos os caminhos que estão sendo traçados para o partido e como ele vai-se posicionar nas próximas eleições.

Nós, do PMDB, fazemos parte no governo federal juntamente com o PP, com o PT e com outros partidos. Hoje, os deputados estaduais começaram a traçar um rumo diferenciado para as próximas eleições e por isso desejo parabenizar a maneira como o presidente Eduardo Pinho Moreira se pronunciou diante da bancada do nosso partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, foi-nos apresentado o requerimento que pede a formação de uma CPI para investigar as empresas que operam a telefonia em Santa Catarina.

Informo que as formalidades exigidas pelo Regimento Interno e pela Constituição foram devidamente cumpridas.

(Passa a ler.)

"Comunicamos que esta Presidência dá por recebido o requerimento e não havendo dúvida, considera-se aceito e determina-se a sua publicação, fixando o prazo de duas sessões ordinárias para a indicação dos membros pelas bancadas, nos termos do que dispõe o art. 41 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das sessões, em 16 de abril de 2013."

Assim sendo, a distribuição das sete vagas para a composição da CPI da Telefonia será a seguinte: duas vagas para a bancada do PMDB; uma vaga para a bancada do PSDB; uma vaga para a bancada do PP; uma vaga para a bancada do PT; uma vaga para a bancada do PSD e uma vaga a ser definida entre as bancadas do Democratas, do PPS, do PDT e do PCdoB.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0129/2012, de autoria do deputado Altair Guidi, que dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, conforme acordado anteriormente, hoje deveremos ter a votação dos vetos. Sendo assim, vamos fazer a verificação de quórum.

Convoco os deputados que se encontram nos seus gabinetes a comparecerem ao plenário para a referida votação.

Peço aos srs. parlamentares que marquem no painel a sua presença, para que possamos proceder à verificação de quórum.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, desejo reforçar o pedido de v.exa. para que os deputados que se encontram na Casa compareçam ao plenário.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, enquanto os deputados estão registrando a sua presença, quero informar que amanhã a comissão de Turismo e Meio Ambiente, as 11h, na sala de imprensa, fará uma importante reunião com a presença do presidente da Fatma.

Então, convidamos os deputados que fazem parte da referida comissão a comparecerem à citada reunião.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fica registrado o convite do eminente deputado Neodi Saretta.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	presente
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	presente
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	presente
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	presente
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	presente
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	presente
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	presente
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	presente

Srs. deputados, temos apenas 21 deputados em plenário.

Consulto os srs. líderes para saber se transferimos para outra sessão a votação dos vetos.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sugiro transferirmos a votação dos vetos para outro dia até por uma questão regimental.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concordamos com o deputado Aldo Schneider, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a concordância dos srs. líderes, transferimos a votação dos vetos para a próxima terça-feira.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0123/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a estadualização do trecho da SC-447 na divisa entre os municípios de Balneário Gaivota e Sombrio, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0254/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias que administram rodovias no estado de Santa Catarina a divulgarem os valores arrecadados e investidos com a cobrança do pedágio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0201/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0202/2013, 0203/2013 e 0204/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0296/2013, 0298/2013, 0299/2013, 0300/2013, 0301/2013, 0302/2013, 0303/2013, 0304/2013, 0305/2013, 0306/2013, 0307/2013, 0308/2013, 0309/2013, 0310/2013, 0311/2013, 0312/2013, 0313/2013, 0314/2013 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0315/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0316/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0318/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0319/2013, 0320/2013 e 0321/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0322/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; e 0324/2013, de autoria do deputado Reno Caramori.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0317/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito municipal de Florianópolis, sugerindo providências urgentes para a recuperação da camada asfáltica da rua Jorge Luiz Fontes, no trecho entre o fórum e a rua Silva Jardim, mais precisamente no ponto de ônibus.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0323/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas TIM, OI, Vivo e Claro, solicitando a instalação de antenas e expansão de rede de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0021/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à Celesc, manifestando repúdio à má prestação do serviço de distribuição da energia elétrica e solicitando providências para a sua melhoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0022/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à empresa de telefonia móvel Vivo, manifestando repúdio à má prestação de serviço no que diz respeito à qualidade e cobertura do sinal de celular e solicitando providências para a sua melhoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0023/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, apelando por medidas emergenciais de apoio e disponibilização de recursos financeiros destinados ao único hospital veterinário público no estado, sediado no município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, encontra-se sobre a mesa um requerimento de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt pedindo a suspensão da sessão por dez minutos para ouvirmos o presidente da IFA - Federação Internacional sobre o Envelhecimento.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa dos vereadores Lenoir Luiz Povala e Márcio Maximino Bortoloto, do município de Descanso, bem como do prefeito Hélio José Daltoé.

Registramos ainda a presença dos vereadores Marcos Bratz e Dirlei de Almeida, do município de Caibi, além do prefeito Manfried Rutzen e do vereador Ivanir José Bertotti do município de Riqueza, e do ex-vereador Mário Paiter do município de Palmitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Valmir Comin.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Silvio Dreveck, com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu me inscrevi para dizer à população catarinense, aos srs. deputados e deputadas e a todos os que nos acompanham de que na última sexta-feira ocorreu, em Chapecó, um importante ato de apoio e de socorro aos municípios, deputado Sargento Amauri Soares, posto que lá foram entregues mais de 50 tratores acoplados com distribuidores de água ou de adubo orgânico. Inicialmente foram atendidos cerca de 50 municípios, mas no total serão contempladas 100 cidades.

Num convênio firmado no ano passado por uma comissão de trabalho articulada com entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, com a nossa participação e de vários parlamentares desta Casa, foram viabilizados recursos da ordem de R$ 10 milhões junto ao ministério da Agricultura. Em virtude de todo o processo licitatório, somente afora foi possível entregar as referidas máquinas aos municípios catarinenses, em cerimônia realizada na Efapi, em Chapecó.

Esse ato importante contou com a participação da secretaria da Agricultura, através do secretário João Rodrigues, que também participou da articulação com o governo federal. Estive no final de semana em vários municípios e vi que as máquinas estão expostas.

Então, foi mais uma importante ação, entre outras tantas, do governo federal. Dos R$ 30 milhões que viabilizamos para Santa Catarina à época, os R$ 10 milhões para a Defesa Civil foram liberados imediatamente; agora mais esses R$ 10 milhões foram utilizados na aquisição de máquinas agrícolas, faltando somente a liberação de mais R$ 10 milhões destinados à construção de poços artesianos para vários municípios.

Outra questão importante que ontem ficou definida de uma vez por todas

foi a compra de área para implantação de uma aldeia no município de Bandeirantes, com o intuito de pôr fim a um conflito que já dura mais de dez anos nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

Ontem cedo, em audiência da qual participaram a Funai, os indígenas da aldeia guarani, o governo do estado e os prefeitos de Cunha Porã e Saudades, foi acertada a compra de uma área para os indígenas e o documento foi assinado pelo Ministério Público Federal e pela Funai. Mesmo que seja um assentamento provisório, esperamos que agora se consiga avançar e resolver esse conflito definitivamente, pois que se abre uma perspectiva, principalmente para os agricultores familiares.

Assumimos em 2013 a comissão de Pesca e Aquicultura e estamos realizando seminários sobre o Plano Nacional de Aquicultura e Pesca, divulgando as políticas e os encaminhamentos acerca das licenças ambientais para a construção de açudes, de tanques-redes e para a produção de ostras e mariscos no litoral.

Já fizemos três seminários e a intenção agora é realizarmos no mínimo mais dez. Na próxima quinta-feira faremos mais dois seminários regionais, um no município de Maravilha e outro em São José do Cedro, no extremo oeste.

Estivemos em Governador Celso Ramos na última quarta-feira à noite, numa grande reunião com os maricultores, discutindo licenças ambientais e agregação de valor. Já temos a demanda por uma audiência pública em Passo de Torres, no sul do estado, onde há um problema grave. Em função dos bancos de areia, os barcos entram e ficam encalhados, causando inclusive, a morte de pescadores e a perda da produção.

Temos também um convite para um ato, no dia 25, no sul do estado, onde os pescadores e maricultores estarão reunindo-se para reivindicar a implementação de políticas para o setor. É uma área na qual Santa Catarina tem um grande potencial, seja nos açudes, na agricultura familiar no oeste, nos tanques-redes, nas hidrelétricas e barragens e na maricultura.

O governo federal tem uma determinação muito clara: dobrar a produção de pescado no país nos próximos anos. Estivemos com o ministro dias atrás discutindo as políticas do ministério. Dia 19 estaremos reunidos com o Consórcio Intermunicipal em Quilombo, a fim de discutir a infraestrutura para a industrialização do pescado, para a aquisição de máquinas para os tanques, a fim de viabilizar mais uma alternativa de renda para a agricultura familiar.

Então, deputado Sargento Amauri Soares, é um desafio muito grande para o nosso estado, é um desafio muito grande para este deputado que preside a comissão e que deseja ajudar o desenvolvimento dessa atividade, que tem como grande gargalo a questão ambiental, as licenças ambientais.

Por isso estaremos visitando todas as regiões do estado, sempre realizando seminários e audiências públicas destinados a debater esse tema, na tentativa de ajudar o setor a continuar produzindo e a melhorar sua produtividade nos próximos anos.

Era isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero aproveitar este momento para anunciar a presença de Douglas Gledhill Taylor, estudante norte-americano, que cursa Relações Internacionais na Universidade da Carolina do Norte, na cidade de Belmont.

Douglas está aqui através de convênio com o laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina, programa de pós-graduação em Sociologia Política. Douglas estará fazendo estágio em meu gabinete nos próximos meses, para entender o funcionamento do Poder Legislativo no Brasil e ao final fará um relatório analisando as relações entre os poderes em nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência também registra da visita do pastor de Angola, sr. Jorge Mundiendil, a quem dá as boas-vindas.

Inscrita para falar em Explicação Pessoal a deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI -Primeiramente, sr. presidente, quero fazer referência ao lançamento, no dia de ontem, da II Conferência Nacional da Educação, que aconteceu nesta Casa. Tivemos a primeira em 1998, quando as entidades organizadas chamaram uma conferência. A partir dela, o governo federal convocou, em 2008, a I Conferência Nacional da Educação, já como política de estado. Agora estamos na segunda, que está acontecendo em vários municípios, estando prevista para o mês outubro a etapa estadual, que apontará os grandes desafios que temos em relação à implantação do Sistema Nacional de Educação e discutirá o regime de colaboração, as competências e a cooperação de cada ente federado.

Então, trata-se de um grande desafio e acreditamos que a sociedade precisa cada vez mais se organizar e participar desse momento.

Mas quero fazer a minha manifestação de hoje especialmente com relação a 14 de abril, dia em que se comemora o Dia Nacional da Luta pela Educação Inclusiva.

A data foi instituída em 2004, pelos Conselhos de Psicologia, com o objetivo de mobilizar os psicólogos para a política que vem sendo construída em prol da inclusão de pessoas que historicamente são excluídas do processo educacional no Brasil.

Atendendo à Constituição Federal de 1988, que em seu art. 206 diz que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o governo federal instituiu, em 2003, o Programa de Educação Inclusiva, assegurando o direito à diversidade. O programa tem como objetivo disseminar em todo o território nacional a política de inclusão no sistema regular de ensino dos alunos com deficiência.

Em janeiro de 2008, o ministério da Educação publicou a Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, que considera a educação especial como modalidade que perpassa todos os níveis e modalidades da educação básica e também como atendimento educacional especializado. Além disso, outras legislações, como o ECA e a LDB, também regulamentam a educação inclusiva no Brasil, assegurando que crianças com deficiência auditiva, visual, mental, física, transtorno hipercinético, déficit de atenção, hiperatividade ou transtornos globais do desenvolvimento tenham acesso ao ensino público especializado.

Em Santa Catarina, o processo de inclusão dos educandos com deficiência na rede regular de ensino foi oficializado em 1987, com a deflagração da matrícula compulsória, que determinou às escolas do sistema a obrigatoriedade da matrícula de todas as crianças em política de educação especial.

Quais os desafios da educação inclusiva?

1º) A responsabilidade dos estados, do distrito federal e dos municípios;

2º) A necessidade de subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de transformação do sistema educacional brasileiro em um sistema inclusivo;

3º) A sensibilização e o envolvimento da sociedade em geral e da comunidade escolar em particular;

4º) A preparação de gestores e educadores dos municípios polos para dar continuidade à política de educação inclusiva;

5º) A preparação de gestores e educadores para atuarem como multiplicadores nos municípios de sua área de abrangência;

6º) O desenvolvimento de projetos de formação de gestores e educadores para dar continuidade ao processo de implementação de sistemas educacionais inclusivos.

Que barreiras ainda percebemos no ensino inclusivo?

1º) Atitudes negativas em relação à deficiência;

2º) Invisibilidade na comunidade das crianças com deficiência que não frequentam a escola;

3º) O custo disso;

4º) O acesso físico;

5º) A dimensão das turmas;

6º) A pobreza;

7º) A discriminação por gênero;

8º) A dependência (alto nível de dependência de algumas crianças com deficiência dos que as cuidam).

Que avanços percebemos em relação à educação inclusiva?

Bem, a educação especial no país tem 752.305 matrículas, somando os estudantes em escolas regulares e especiais. Conforme dados do censo da educação superior de 2009, 13.617 cursos superiores incluíram a disciplina de libras como disciplina obrigatória nos cursos de graduação.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, que está em tramitação no Congresso Nacional, prevê a manutenção e o aprofundamento do Programa Nacional de Acessibilidade nas Escolas Públicas, para a adequação arquitetônica, a oferta de transporte acessível, a disponibilização de material didático acessível e de recursos de tecnologia assistiva, além da oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e língua brasileira de sinais - libras.

Também prevê que se deva fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

Srs. deputados, fazemos esta manifestação porque em 2002, quando assumimos a secretaria da Educação de Chapecó, realizamos, com certeza, uma das maiores políticas de inclusão numa rede regular de ensino. E poderia aqui citar tanto a aprovação da lei que garantiu o sistema de libras na rede municipal de ensino, quanto a contratação de intérpretes de libras e a garantia de cursos de libras às comunidades, aos pais, aos alunos e professores, enfim, a todos os que desejassem ter acesso a ela.

Garantimos, ainda, a construção de uma escola municipal de surdos em Chapecó e fizemos a aquisição dos primeiros ônibus adaptados às pessoas com deficiência. Quero esclarecer que essa compra significa um grande compromisso, porque somente a acessibilidade encarece bastante o preço dos veículos.

Além disso, houve uma parceria muito forte com as entidades que trabalhavam com a educação especial no município, aqui citando o belíssimo trabalho do Centro de Atividades Psicofísicas Patrick - Capp -, que até hoje faz um ótimo trabalho de ecoterapia, bem como outras atividades terapêuticas de atendimento às pessoas com deficiência. Também foi ampliada a parceria com a Apae e realizado um grande trabalho de fortalecimento da educação especial na rede regular de ensino.

Acho que essa tarefa é de toda a sociedade e gostaria muito que cada vez mais tivéssemos iniciativas como essa no âmbito dos municípios, do estado e da união.

Nesta semana recebi o pedido de uma professora que tem um filho cursando Farmácia numa universidade - e não vou citar o nome por uma questão de ética -, uma vez que o jovem, com baixa visão, está com dificuldades de conseguir entender o conteúdo das aulas.

Conversei com o reitor, que manifestou sua preocupação no sentido de que o ensino superior precisa olhar com mais cuidado o tema da inclusão e garantir que os alunos que chegam à graduação, à especialização, ao mestrado ou ao doutorado tenham todo o apoio em termos de equipamento, mas também de capital humano preparado para atender a esse desafio.

Muito obrigada, sr presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à reunião na comissão de Turismo e Meio Ambiente com o presidente da Fatma, Gean Loureiro.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito da questão ambiental.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à energia solar.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra que a Igreja Luterana de Brusque completa, no dia de hoje, 150 anos de sua implantação.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se aos investimentos no estado catarinense.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta preocupação sobre a realidade do quadro das contas públicas do estado de Santa Catarina.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Defende a educação a distância; pede providências para o Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda a questão da demarcação de terras indígenas.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra investimentos no estado de Santa Catarina.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à questão da economia do Brasil; aborda a necessidade urgente do transporte ferroviário.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Faz observações a respeito do problema existente no Canal do Linguado, em São Francisco do Sul.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Defende a participação de um maior percentual de mulheres no Corpo de Bombeiros.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende a participação de um maior percentual de mulheres no Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de me manifestar sobre alguns assuntos. O primeiro deles diz respeito à reunião que tivemos na data de hoje, na parte da manhã, reunião que tive a satisfação de presidir, na comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, onde recebemos o presidente do órgão ambiental catarinense, Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, Fatma.

O presidente Gean Loureiro apresentou as suas metas, as suas prioridades e também ouviu os questiona-

mentos e as sugestões que nós deputados daquela comissão técnica apresentamos.

Assim, esperamos que esse debate iniciado nesta manhã tenha outros momentos de desdobramentos, dadas as necessidades que temos de agilizar os processos de análises ambientais em Santa Catarina.

O próprio presidente nos colocou que apenas no órgão de recursos, em termos de recursos, temos mais de 1.700 processos no Conselho Estadual do Meio Ambiente. Há a discussão de se criar um tribunal administrativo, um tribunal ambiental, de mudar alguns procedimentos, de fazer ações que agilizem realmente a análise desses processos.

Há também questões que são de esclarecimentos para a sociedade. E cito como exemplo a questão da averbação da reserva legal, que já é uma exigência extinta pela lei federal e que nós ainda temos alguns cartórios de Santa Catarina exigindo isso.

Fizemos essa colocação ao presidente Gean Loureiro que nos relatou um expediente encaminhado à desembargadora Salete Sommariva, para que ela possa encaminhar aos cartórios catarinenses orientação no sentido de que não façam mais essa exigência. Inclusive a Fundação do Meio Ambiente já retirou das suas normativas os itens que se referiam às exigências da chamada averbação em cartório da reserva legal, já que isso foi extinto pela lei federal vigente neste país e aprovado no novo Código Florestal Brasileiro.

Então, julgamos importante o debate ocorrido e, com certeza, deveremos retornar em outras ocasiões para debater as adaptações que o Código Florestal de Santa Catarina deverá receber em relação à nova legislação federal, O Código Florestal Brasileiro, que é posterior, até porque alguns itens são confrontantes entre os dois e deverão ser adaptados na legislação de Santa Catarina.

Então, a nossa comissão técnica dará o parecer final quando tramitar esse projeto. Por isso estamos atentos e solicitamos que possamos participar ativamente dos debates para a elaboração do projeto e também quando tramitar por esta Casa, para estarmos inteirados das discussões.

Sr. presidente, o segundo assunto que quero apresentar nesta Casa é uma reunião que nós iremos realizar na próxima sexta-feira, no município de Itá, onde estaremos com representantes das prefeituras lindeiras às barragens, especialmente ali da barragem do Itá, não apenas de Santa Catarina, mas também do Rio Grande do Sul, debatendo sobre a questão da aplicação e destinação dos recursos da chamada compensação financeira dos recursos hídricos arrecadados pelo estado.

Muitas pessoas chamam isso de *royallties,* mas *royallties* se relacionam quando é a barragem de Itaipu, e nesse caso o nome técnico correto é compensação financeira dos recursos hídricos.

Queremos debater lá e para tanto criamos nessa comissão, nesta Casa, uma Frente Parlamentar da destinação dos recursos hídricos. Convido os deputados que se desejarem fazer presentes para às 14h, na sexta-feira, irem a Itá, onde estaremos para debater a possibilidade de o estado destinar esses recursos para as regiões diretamente que tratam do mesmo assunto no Rio Grande do Sul, especialmente com a Amubi, Associação dos Municípios Lindeiros da Barragem de Itá, uma entidade que abre essa barragem, uma entidade que está na linha de frente da organização desse evento. Estaremos lá debatendo para estabelecer mecanismos e convencimento ao governo, no sentido de que aplique prioritariamente esses recursos na região.

Estarei lá através de meu gabinete e com o gabinete do nosso deputado federal Pedro Uczai, com o apoio da prefeitura de Concórdia. Portanto, estaremos promovendo na sexta-feira um debate importante sobre o nosso movimento regional para falarmos sobre a expansão da universidade federal da Fronteira Sul e a criação de um campus em Concórdia, que é uma luta de há muito tempo.

Acompanhamos, desde a criação da universidade, toda a luta para criar a universidade. Agora, temos a luta para essa expansão. E já apresentamos ao ministro da Educação o projeto de expansão com áreas prioritárias nas áreas das engenharias. Estivemos duas vezes conversando sobre esse assunto com o ministro da Educação e com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti. E na sexta-feira vamos fazer mais essa reunião para consolidar essa organização, essa força, e estabelecermos os nossos próximos passos em relação a essa luta que julgamos tão importante.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, eu estava acompanhando o pronunciamento do deputado Neodi Saretta com referência à questão ambiental.

Estávamos discutindo do Código Ambiental em nível de Santa Catarina e de Brasil. E Santa Catarina deu uma contribuição muito grande, principalmente na defesa do meio ambiente e na proteção dos proprietários de unidades próximas aos rios, às fontes d'água, buscando agir com muita consciência, preservando aquelas propriedades, que pela necessidade dos seus agricultores tiveram que fazer algum tipo de desmatamento, fazendo a proteção e claro protegendo o meio ambiente de novos danos, aliás, procurando sempre o melhor.

Temos uma polêmica criada no município da nossa querida cidade de Balneário Camboriú com referência ao deslizamento ocorrido na conhecida Estrada da Rainha, no final da avenida Atlântica, no pontal norte, no acesso da Praia dos Amores à Praia Brava.

Eu sou vizinho e morador dessa área, portanto, sei que essa obra causou muita polêmica. Até temos algumas imagens, fotos de Balneário Camboriú e do Morro da Rainha, mas a equipe técnica não consegue colocar no ar. Infelizmente, a população teve que se manifestar. Inclusive, existe um movimento muito grande na cidade e uma preocupação com o que está acontecendo. Vi e coletei várias páginas de jornais de Balneário Camboriú e região.

Tivemos uma obra em que os técnicos e engenheiros dizem que é importante, que foi o novo acesso ao Edifício Terraço da Rainha. Até entendo o cuidado dos técnicos e engenheiros ambientais, a respeito de os deslizamentos com as últimas chuvas não causassem um dano ainda maior ao meio ambiente, aos edifícios, aos moradores, e até para que as pessoas não corressem risco de vida. Mas paralelo à obra de acesso aos Terraços da Rainha há um segundo acesso. E li as informações dos técnicos, do Ministério Público, agora com o promotor José de Jesus Wagner que trata da questão ambiental no município de Balneário Camboriú, e de ações que foram iniciadas pelo promotor Rosan da Rocha, que sempre foi um defensor das questões do município, especialmente das questões do meio ambiente.

O Ministério Público já interditou, já liberou, e tem que liberar, porque a situação na Estrada da Rainha é caótica. As imagens são chocantes dos cortes que ocorreram no Morro da Estrada da Rainha e também do dano que já houve e que pode ser pior.

Então, há a necessidade de que obras sejam realizadas para proteger e evitar que um evento de maiores proporções venha a ocorrer. No último sábado, houve uma manifestação de populares em defesa do Morro da Rainha, pedindo providências, pedindo proteção, ação das autoridades. E no próximo sábado, às 10h, haverá uma nova mobilização. Então, é importante que a administração municipal, que o meio ambiente e o Ministério Público tenham atenção para solucionar essa questão.

É grave o dano causado ao meio ambiente, não sei se poderia ser evitado, se ações poderiam ter sido realizadas, mas infelizmente se deixou chegar a essa situação. Até não entendi o que se pretendia fazer ali, porque tem a Estrada da Rainha, foi feito um acesso aos Terraços da Rainha, um acesso necessário, houve um estudo ambiental, pelo que sei, houve discussão e aprovação do Ministério Público e da prefeitura municipal, e uma segunda obra que agora entendi é um acesso entre a Estrada da Rainha e acesso aos Terraços da Rainha, para novas obras e novos empreendimentos na parte esquerda quando se sobe o Morro da Rainha.

Essa é uma preocupação que temos, pois sabemos da mobilização da população. No sábado já houve uma manifestação que acompanhei das 10h ao meio-dia, e no próximo sábado haverá uma nova mobilização.

Então, essa é a nossa preocupação, porque o município de Balneário Camboriú é uma cidade bela por natureza, que tem no turismo sua grande fonte de riqueza; por isso, tem que preservar o meio ambiente e a sua beleza natural.

Temos a certeza do envolvimento da administração municipal, também do Ministério Público, na questão ambiental e dos empreendimentos envolvidos nessa obra, para encontrarem a melhor solução em defesa da nossa querida cidade de Balneário Comburiu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença neste plenário do prefeito de Nova Erechim, Valmir Pirovano, do PT; do vice-prefeito Romeu Frozza, do PMDB, e do secretário da Administração Gilson Pagliarini, que nos estão visitando hoje em nossa Casa Legislativa.

Quero agradecer a presença deles e desejar a eles boas-vindas a este poder.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do deputado Dirceu Dresch, esta presidência deseja também boas-vindas às autoridades aqui presentes.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, estive no início da semana, na segunda-feira e na terça-feira, em São Paulo, participando de um evento sobre energia solar, política de governo federal e produção distribuída. O que é isso?

O governo federal regulamentou em decreto a possibilidade de um consumidor gerar energia na sua casa e o excedente distribuir na rede, reutilizando-a depois à medida que necessitar. Isso já é fartamente utilizado na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, principalmente no Japão. Em Ottawa, é a cidade com a melhor performance mundial de produção de energia distribuída.

Nós, no Brasil, estamos andando muito lentamente nesse processo. Se considerarmos que em torno de 70% da matriz energética mundial advêm de combustíveis fósseis e de que 68% no Brasil são de energia renovável, a grande maioria proveniente de hidrelétricas, podemos analisar que não demos a devida atenção para isso. Mas o nível de crescimento do Brasil está exigindo a garantia de energia firme, por exemplo, através de usinas termoelétricas, a gás ou a carvão, como será novamente colocado o carvão para reaproveitamento, no próximo leilão, na produção de energia. E para Santa Catarina isso é bom porque existe tecnologia que permite o controle da emissão do CO2, o que não dava anteriormente porque não havia patamares adequados.

O que verificamos em São Paulo é que os recursos que existem hoje provenientes para esse segmento de energia distribuída, para que possam ser produzidas nas casas, precisam de um estímulo, e o Ceará é o estado que tem a legislação mais avançada no que tange à tributação do ICMS. E Santa Catarina, que tem um dos maiores pólos tecnológicos, não tem nada do ponto de vista de legislação de estado que permita evoluir e acelerar esse processo. Porque o governo federal também possibilitou que através do BNDES, do cartão Construcard e de linhas de cartão, pudéssemos utilizar recursos da ordem de até R$ 1 milhão em empréstimos para incentivar essa economia. E aqui em Santa Catarina basicamente ninguém sabe, mas somos um estado avançado.

Como a partir de janeiro o estado brasileiro possibilitou isso, estaremos puxando mais esse debate em Santa Catarina.

Inclusive, fazendo projetos de lei e promovendo debates com o governo para que possamos estimular, através da redução do ICMS, o desenvolvimento de uma cadeia produtiva nesse segmente tecnológico, porque precisamos ter a geração de emprego e renda com a mão de obra de quem vai fornecer os serviços, de quem vai fazer a manutenção, de quem vai, efetivamente, desenvolver esse segmento no estado de Santa Catarina mostrando ao cidadão que o que ele investe nos dias de hoje se paga em torno de oito ou nove anos, que é um tempo razoável, mas à medida que a tecnologia evolui, logicamente, os custos para a geração dessa energia têm diminuído, a exemplo do que acontecia com a energia eólica, quando no último leilão foi comprada a R$ 80,00 o megawatts/hora, mas nos primeiros leilões chegou a custar R$ 360,00, se não me engano. Hoje na energia solar já estamos chegando a patamares de R$ 160, R$ 170, R$ 180, mas a tendência é que esses custos diminuam cada vez mais, mas se não desenvolvermos a cadeia produtiva da energia solar em Santa Catarina o Brasil, que é o grande exportador do silício, que é a matéria-prima dos painéis solares, em que se usa monocristal de silício, automaticamente, não vai continuar produzindo toda a matéria-prima para os painéis produtores de energia solar, porque exportamos silício e importamos placas, e a única empresa brasileira que hoje está produzindo chama-se Tecnometal, e está para ser inaugurada outra que não é nada mais do que uma montadora de painéis, ela não produz as células fotoelétricas aqui no país.

Então, nesse seminário, fizemos um convite ao representante do BNDES, porque aqui em Santa Catarina estaremos reunindo segmentos, para que venha demonstrar as linhas de créditos existentes, não apenas para isso, mas também na inovação tecnológica, com a participação de representante da empresa de planejamento energético, que é vinculada ao ministério, colocando as perspectivas de desenvolvimento para o país do ponto de vista energético.

Gostaria, ainda, de dizer que a nossa bancada está acompanhando todas as plenárias do Partido dos Trabalhadores nas regiões em relação ao debate que se faz quanto ao processo eleitoral que o PT terá neste ano, porque em novembro teremos as eleições do futuro presidente estadual dos municípios e também do Brasil. Dessa forma, torna-se importante registrar que o PT é o único partido que nacionalmente e na América Latina, elege os seus presidentes através dos seus filiados, e que, segundo o regimento do partido, 50% da sua direção deve ser formada por mulheres e, se o candidato a presidente do partido for homem, a vice-presidente tem que ser mulher, também compartilhando a questão de gêneros. E também há a questão das quotas de 6% da executiva: negros, índios etc.

Mas o importante é que nessas quatro plenárias que participamos no alto vale e em Curitibanos, percebemos claramente que o nosso partido em cada estado tem um novo contexto e, se alguém imagina ou ousa afirmar que aqui em Santa Catarina vai chegar alguém e dizer o caminho que temos a seguir, pode escrever: vai se dar mal. Se alguém acha que a nacional vai chegar a Santa Catarina e definir os nossos rumos como caciques, escrevam: aqui estamos construindo uma nova história de partido com uma discussão muito madura, e eu não me lembro, na minha vida pública, de o PT tê-la empreendido.

Por isso, deputado Dirceu Dresch, estou muito satisfeito por participar dessas plenárias. E vamos continuar participando, nesse final de semana, no sul do estado e também na região de Lages.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Jailson Lima, quero agradecer pela oportunidade do aparte e parabenizá-lo pela fala tanto sobre a questão das energias renováveis, que é um tema que também temos debatido muito, como também sobre a questão da construção do partido.

O PT em Santa Catarina tem uma grande responsabilidade de pensar um projeto de estado ousado e não um projeto de governo ou um projeto de poder político somente, mas um projeto que mexa com o futuro de Santa Catarina e a estrutura de estado de fato. Então, deputado, esse é um grande desafio.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Sr. presidente, gostaria de cumprimentar a deputada Ana Paula Lima e o deputado Décio Lima, que acompanharam todas as plenárias do alto vale, que foram plenárias magníficas, uma no município de Dona Emma, com o prefeito Egon Gabriel Júnior; outra em Rio do Campo, com o prefeito Rodrigo Preis; outra em Rio do Sul; e outra na cidade de Ituporanga.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, hoje, fazer uma referência muito especial, cumprimentando os pastores Claudio Schefer e Edélcio Tetzner, da Comunidade Luterana de Brusque. Em nome do seu presidente, sr. Sergio Kuchenbecker, quero cumprimentar todos os membros da Comunidade Luterana de Brusque. Em nome da Comunidade Luterana de Brusque, gostaria de saudar todos os membros das diversas comunidades espalhadas pelo estado, que sei que dão uma contribuição muito importante para a formação da nossa sociedade.

A Igreja Luterana de Brusque completa, no dia de hoje, 150 anos de sua implantação especificamente em Brusque. Todos nós já conhecemos um pouco da

história de Martinho Lutero, que nasceu em 1493 e morreu em 1546. Em 1507 foi ordenado sacerdote da Congregação Agostiniana, e depois, como padre, questionou, à época, algumas condutas que a Igreja Católica tinha no mundo inteiro, especificamente no caso na Europa, na Alemanha. Ele defendeu os seus princípios e compilou, à época, as chamadas 95 teses, teses essas muito importantes que serviriam, em princípio, para dar uma revitalizada e fazer uma reflexão também das condutas da Igreja Católica que já vinham há séculos sendo questionadas. E naturalmente no final de século XV e início do século XVI, especificamente em mil quinhentos e pouco, o ano dos grandes descobrimentos, enfim, o período em que o mundo inteiro questionava as condutas da humanidade, alguns conceitos que a humanidade tinha das diversas coisas, inclusive da religião, Martinho Lutero escreveu e colocou sob a porta da igreja as 95 teses que achava importantes e teria a igreja que absorvê-las para poder modificar e ganhar novamente a credibilidade, ganhar a função religiosa que teria que ter.

Naturalmente, diante daquilo tudo que lhe foi ameaçado, ser excomungado, por exemplo, ele teria que retirar, negar aquelas teses que estavam publicadas. E a afirmação dele se tornou célebre por ter dito que não podia negar a sua convicção.

Esse é apenas um pequeno relato da história de Martinho Lutero. E dali nasceu então a Igreja Luterana que é grande, forte, em muitos lugares de colonização alemã. E no caso de Brusque, a história de Brusque já passa de 160 anos, 163 anos. E a comunidade organizada como igreja, como comunidade religiosa, completa hoje 150 anos.

Em Brusque, iniciou no domingo passado uma celebração civil e religiosa lembrando a data. E hoje acontecem alguns encontros por conta de ser exatamente o dia 17 o dia que completam os 150 anos.

Então, quero destacar algumas das ações importantes que a comunidade evangélica teve, fez e faz. E graças a essas ações Brusque hoje é o que é.

Destacamos, por exemplo, a questão religiosa, através da igreja, a interação com todas as comunidades com envolvimento desde a sua fundação, o envolvimento e relacionamento próximo dos pastores, do pastor, com todos os membros da comunidade. É comum ouvir o pastor dizer que na cidade de Brusque tem 4.500 famílias e que conhece todos os seus membros - é o pastor que conhece todas as suas ovelhas. E essa interação religiosa é muito importante, principalmente na complementação da educação que as famílias dão às suas famílias, desde a fundação, como disse, até agora, a complementação da educação, da formação das pessoas, que sem dúvida é um elemento muito importante nesse trabalho.

A segunda grande ação é através da escola. Hoje mesmo temos o Colégio Cônsul Carlos Renaux, que é justamente um colégio de 1ª a 8ª séries, com o segundo grau. Temos muitas pessoas que nasceram em Brusque, estudaram nesse colégio e hoje são importantes em outros lugares de Santa Catarina e do Brasil, pela qualidade da educação.

A terceira grande ação da comunidade luterana é o hospital. Há muito anos tivemos primeiro a maternidade, depois, o hospital. E agora temos a Maternidade Hospital Evangélico que durante muitos anos atendeu, ou atendia, pelo SUS e convênios. Atualmente tem a filantropia, atende a todos os convênios, atende particular e também faz inúmeros atendimentos gratuitos para compensar o benefício da filantropia.

Destaco que todas essas ações, seja a influência religiosa, seja a influência da educação e a sua colaboração na saúde, essas três grandes ações são voltadas para toda a comunidade de Brusque, há muito tempo.

Não importa qual a religião para poder estudar no Colégio Cônsul Carlos Renaux ou ter acesso ao Hospital Evangélico. A comunidade luterana de Brusque sempre esteve à disposição de toda a comunidade de Brusque.

Hoje, Brusque tem mais de 100 mil habitantes, aproximadamente 20 mil são luteranos, e toda sociedade, a cidade inteira, teve um resultado, um benefício, pelas inúmeras ações que foram realizadas pela igreja, pela escola, pelo hospital e pelos membros da comunidade que iniciaram principalmente inúmeras atividades industriais, atividades comerciais e promoveram o desenvolvimento de Brusque.

Tudo isso foi fruto da interação da comunidade luterana, da comunidade católica, que fez com que a nossa cidade de Brusque fosse o resultado dessa grande interação, da participação da comunidade luterana em Brusque.

Por isso, queremos destacar, em nome de algumas pessoas ilustres de Brusque, dos seus líderes religiosos e comunitários, líderes da comunidade luterana, todos os luteranos, agradecer a eles pela grande contribuição que deram para o desenvolvimento social e econômico da cidade de Brusque.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, gostaria de registrar mais uma reunião que aconteceu no dia de hoje com o governador Raimundo Colombo, para a apresentação dos investimentos que Santa Catarina receberá nesses dois próximos anos referentes ao Pacto por Santa Catarina.

Grandes obras estão sendo realizadas; são mais de R$ 9 bilhões investidos no nosso estado, e hoje tivemos mais uma reunião com a demonstração de onde e como esses recursos estão sendo investidos, principalmente na área do transporte, com a recuperação e ampliação da malha viária do estado, com muitos recursos para quase todas as rodovias estaduais.

Na área da saúde são grandes investimentos, com a construção de policlínicas, com investimentos no Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, da ordem de R$ 50 milhões, investimentos importantíssimos para a nossa região do vale, da foz do rio Itajaí, região de Balneário Camboriú.

Sabemos o problema que é a saúde pública em nível de Brasil, de estado, de município e as dificuldades que são enfrentadas.

Estivemos há poucos dias com o governador, no município de Itajaí, e estavam presentes os deputados Volnei Morastoni e Dado Cherem, onde a obra foi apresentada.

Também houve o valor de R$ 50 milhões para o Hospital Regional de Chapecó, no oeste, que não é somente uma ampliação, é quase uma construção nova, que o governo do estado está investindo para atender a toda a região. Então, são grandes obras tanto no litoral da cidade Itajaí como também no município de Chapecó, nas mesmas proporções.

São policlínicas construídas em quatro cidades de Santa Catarina: Criciúma, Joinville, Caçador e São Miguel d'Oeste, e a recuperação com investimentos em várias outras áreas hospitalares. São investimentos também na área da educação; são mais de 230 escolas estaduais recebendo recursos. A situação era difícil, nós sabemos que são estabelecimentos que, no seu dia a dia, enfrentam desgastes; então, teremos a recuperação de muitas e a construção de novas unidades educacionais.

Teremos a construção do colégio estadual, no bairro das Nações, no município de Balneário Camboriú, uma obra reivindicada há muito por essa comunidade. Uma obra muito importante com um projeto arquitetônico muito prático, que será um dos grandes investimentos para essa região.

É o governo estadual também presente na área da Justiça e Cidadania com grandes investimentos, como no local onde antes tínhamos o antigo São Lucas. Na área da Segurança Pública são mais de 1.000 pontos de câmaras de monitoramento, mais de 1.600 viaturas sendo adquiridas, coletes balísticos, pistolas, enfim, estamos equipando nosso estado.

Nunca se investiu tanto, além de tudo o governo do estado está quitando algumas dívidas. O governo chegou a pagar R$ 100 milhões, dos quais 97% são juros. Foram apenas R$ 3 milhões de abatimento em dívidas que o estado possuía.

É uma administração preocupada com o estado, com o equilíbrio das finanças, em quitar as dívidas; não é uma administração de festas, é muito responsável com os recursos dos catarinenses. Então, por isso é sempre importante registrar esses investimentos que o Pacto por Santa Catarina trouxe e que irá representar muito para a nossa população.

Falávamos anteriormente sobre a questão ambiental de Balneário Camboriú. Passamos a mostrar algumas imagens da Estrada da Rainha que é uma área central desse município.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

E lamentavelmente hoje está como esta foto na parte de baixo.

Então, tivemos, no último fim de semana, uma mobilização dos moradores, dos defensores de Balneário Camboriú. Como já disse, houve a intervenção do próprio Ministério Público, de engenheiros ambientais, das empresas que estão realizando as obras, porque é inadmissível um dano desse ao meio ambiente, um dano desse ao município que tem as suas riquezas principalmente voltadas para o turismo e para o lazer. É uma obra que preocupa, pois existe risco aos moradores próximos e a toda população de Balneário Camboriú.

No próximo sábado, às 10h, a comunidade novamente estará reunida cobrando providências e também preocupação com esse dano ao meio ambiente, à população e ao município.

Gostaria de registrar que o promotor dr. Rosan da Rocha e o dr. Wagner têm interagido com a comunidade buscando ações judiciais necessárias para que não haja mais prejuízos à comunidade e a todo estado de Santa Catarina, porque é um prejuízo grave ao meio ambiente.

Agora, uma boa notícia é o anúncio do governo do estado em relação à obra de construção do Colégio Estadual, no bairro das Nações, em Balneário Camboriú. E o lado triste é a preocupação com esse dano ambiental, com esse fato ocorrido na Estrada da Rainha, em Balneário Camboriú.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a líder da bancada, Deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente! Cumprimento o deputado Padre Pedro Baldissera que preside esta sessão ordinária, a deputada Angela Albino, os srs. parlamentares e quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Sr. presidente, srs. parlamentares e público que nos assiste, além das boas novas relatadas pelo deputado Maurício Eskudlark, dos recursos que estão sendo investidos em Santa Catarina graças ao governo federal, na ordem de R$ 9,4 bilhões, os quais podem realizar obras na área da saúde, como foi bem falado aqui pelo deputado, as policlínicas, o socorro aos hospitais, a exemplo do Marieta Konder Bornhausen que vai ter um aporte de R$ 52 milhões, as obras em infraestrutura na recuperação das estradas estaduais catarinenses, na educação haverá a recuperação de algumas escolas.

Isso tudo foram investimentos da nossa presidente Dilma Rousseff que estendeu a mão para o estado de Santa Catarina, para o governo do estado fazer essas obras com recursos federais.

A outra boa nova que trago, sr. presidente, é a Portaria de n. 168/2013, publicada no Diário Oficial da União, sobre as contratações do programa Minha Casa, Minha Vida, as quais podem incluir agora a construção de escolas. É mais um bom motivo, um bom exemplo da presidente Dilma Rousseff para todos os municípios do nosso país. Aí fica um alerta aos nossos prefeitos que podem agora contratar a construção de escola pelo programa Minha Escola, Minha Vida.

Também venho aqui, sr. presidente, no horário de nosso partido, para dizer que acompanhei com atenção, na semana passada, as declarações, deputado Maurício Eskudlark, do nosso secretário de estado da Fazenda, sr. Antônio Gavazzoni, e fiquei muito preocupada sobre a realidade do quadro das contas públicas do estado de Santa Catarina.

Por isso, as obras que estão acontecendo no estado de Santa Catarina são com recursos do governo federal, porque o secretário Gavazzoni, numa matéria de jornal, dizia o seguinte: “O quadro é grave no estado de Santa Catarina”. Admitiu o secretário da Fazenda Antônio Gavazzoni, do PSD, ao ser indagado sobre o balanço do governo estadual no mês de março. As despesas com o pessoal do poder Executivo atingiram a cifra de R$ 6,91 bilhões, representando 47.15% da receita corrente líquida.

Assim, srs. parlamentares, isso é um alerta, extrapolou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 46.55%. É a primeira vez que o estado de Santa Catarina ultrapassa o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela primeira vez é extrapolado esse limite. Se as despesas atingirem 49% da receita, o governo federal não transfere e não pode transferir mais recursos. Os contratos serão suspensos e vetados novos convênios e novos financiamentos. O quadro é grave.

Eu quero contribuir um pouco, sr. presidente, com o governo do estado de Santa Catarina, pois acho que os deputados de Oposição fazem críticas para orientar o governo. Essa é a minha contribuição para o governador Raimundo Colombo que tem que fazer uma análise de um ângulo diferente. E falo aqui do inchaço da máquina pública estadual.

Santa Catarina é um dos territórios menores da nossa federação, mas é o estado que mais possui secretarias de estado em relação aos outros estados da nossa federação. É o estado que possui o maior inchaço da máquina pública. Chegamos ao absurdo, srs. parlamentares, de ter 25 secretarias de estado aqui, na capital do estado, mais 36 secretarias de Desenvolvimento Regionais, mais 31 sociedades de economia mista, que são as autarquias e as fundações. Isso mesmo, são 61 secretarias que infelizmente, quero aqui admitir (o governador e os parlamentares sabem disso), não cumprem a missão de bem atender ao povo catarinense. A estrutura das secretarias regionais é uma vergonha, elas só têm uma função, a de garantir a estrutura política para as eleições. Estão inchadas de cargos comissionados.

Eu vou fazer esse detalhamento com mais precisão na próxima semana, para que todo o povo catarinense entenda o que são as secretarias de desenvolvimento regional. Mas hoje vou apresentar alguns números. Em 2004, quando foram criadas as secretarias regionais, elas tinham um custeio de R$ 72 milhões. Em 2011 esse valor subiu para R$ 337 milhões, apenas para custeio das secretarias. Em 2004 as regionais tinham uma folha de pessoal de R$ 19 milhões. Em 2011 ultrapassam R$ 100 milhões, só com folha de pagamento. Em 2004 os investimentos das regionais somavam R$ 58 milhões, menor do que o custeio. Em 2011 R$ 268 milhões, valores que vem caindo a cada ano.

Vejam, srs. parlamentares, que o custeio e a despesa com pessoal ultrapassam em muito os investimentos das secretarias regionais onde elas se localizam, basta ver no gráfico. Do ponto de vista público e financeiro, as secretarias regionais são uma aberração, é um ralo para a evasão dos recursos públicos. O governador sabe disso e os parlamentares desta Casa também sabem.

Eu tenho a convicção de que essa estrutura precisa ser repensada por este governo que a criticava anteriormente e hoje ocupa esses cargos. Mas ela precisa ser repensada. Ainda há tempo para isso. Há muitas secretarias de desenvolvimento regional. No momento em que se discute o endividamento do estado é fundamental rever essa estrutura. Fica aí o meu alerta para o secretário Gavazzoni que diz que está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As secretarias regionais devem ser reduzidas e ao mesmo tempo repensadas para atender de fato à população das suas regiões. Não existe um argumento, srs. parlamentares, factível para defesa de 37 secretarias de desenvolvimento regional. Elas não funcionam, não resolvem os problemas das regiões e não atuaram decisivamente para a diminuição das desigualdades sociais deste estado. As pessoas ainda vêm para a capital a fim de resolver os seus problemas. Os prefeitos, os vereadores. têm vindo aqui. A população, para ser atendida, vem para a capital do estado. Então, as regionais não funcionam.

Nós temos que reduzir o número de secretarias e as que permanecerem precisam ter recursos e autonomia para tocar o desenvolvimento regional. Foram criadas para isso.

Outro exemplo de inutilidade pública é o uso político das regionais, e vou citar aqui um exemplo que saiu na imprensa. O sr. Jurandir Agustini, do PSD, está deixando a secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, que vai receber um sucessor, Gabriel Ribeiro, também do PSD. O Sr. Agustini assumirá uma diretoria na secretaria da Saúde, enquanto Ribeiro, sobrinho do governador Colombo, assume a secretaria, já se preparando para concorrer a deputado estadual.

Então, é para isso que servem as secretarias regionais. É um cabide de emprego, como foi mencionado por diversos parlamentares. O sobrinho do governador vai assumir a SDR de Lages, para ser candidato a deputado. Essa secretaria foi criada para o desenvolvimento daquela região, para as pessoas serem atendidas lá, não para ser um cabide de emprego ou por oportunismo político. Para que serve uma SDR? É cada vez mais evidente a inutilidade das SDRs.

Por isso, sempre volto a falar que realmente Santa Catarina com 61 secretarias

não dá. O secretário Gavazzoni precisa ter pulso firme e resolver isso. E assim o governador vai ter recursos para fazer os investimentos na área da saúde, da educação e da infraestrutura, que a população catarinense quer e necessita, para o desenvolvimento deste estado. As secretarias regionais não funcionaram, não funcionam e precisam ser reduzidas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, hoje gostaria de abordar dois temas, muito embora o tempo seja muito pequeno.

Quero noticiar que o nosso mandato apresentou três projetos de lei que tratam de estender os benefícios do art. 170, do art. 171 e do Fundo Social, relativo às bolsas de estudo, para estudantes também da modalidade de ensino a distância. Para quem não sabe, hoje, os estudantes do ensino a distância estão excluídos desses benefícios que o governo do estado, através de lei aprovada neste plenário, já disponibiliza. É uma discriminação que não faz sentido. Compreendemos que a par de que é necessário um rigoroso tratamento para que não tenhamos instituições que visem apenas o lucro sem preocupação com a educação e que a questão da qualidade no ensino a distância é fundamental, ao mesmo tempo precisamos reconhecer que é uma ferramenta nova, inovadora, que através da tecnologia pode levar para milhares de pessoas a possibilidade de ter acesso finalmente ao ensino superior.

Quanto ao perfil dos estudantes de educação a distância, vemos que a imensa maioria são trabalhadores, um grande contingente de mulheres que durante o dia trabalham e que à noite precisam dar conta da casa, precisam dar conta dos filhos, acumulam uma série de atividades, mas que não perderam o sonho de fazer uma universidade.

Muitos filhos de pais e mães muito simples que também não tiveram o acesso à educação de nível superior têm na educação a distância uma ferramenta possível de inclusão social. Portanto, o estado de Santa Catarina agora reconhece a necessidade de também disponibilizar bolsa para esses estudantes, promove o sonho de milhares de pessoas, muitas delas inclusive maduras, que já viveram parte da sua vida profissional, mas que agora têm tempo para fazer uma universidade. E só tem no ensino a distancia essas pessoas têm essa possibilidade.

É uma modalidade de ensino nova, mas que certamente veio para ficar. Portanto, cuidar da qualidade, mas também permitir maior acesso à educação a distância é uma possibilidade que abrimos pela melhoria da qualidade de vida de muita gente.

Hoje ainda eu tratava do assunto, aqui, em Florianópolis e mencionava com outras pessoas que frequentando os lugares mais empobrecidos da nossa cidade percebe-se muito o impacto positivo, extraordinário, que uma mulher ou um homem tem quando tem acesso ao nível superior, à graduação, dentro da sua comunidade. Muitas vezes a referência é uma referência ruim em alguns lugares empobrecidos de quem se deu bem na vida, de quem andou para frente, são pessoas que estão à margem da lei. E homens e mulheres, em especial esses que têm uma vivência empobrecida, terem acesso à educação superior é também um referencial positivo, portanto, num desdobramento, inclusive, de combate à violência, em particular às mulheres. Repito: as mulheres são um grande contingente da educação a distância. E acredito que temos que apostar mais nisso, nessa modalidade de ensino, facultar mais o acesso às pessoas que desejam ter um nível superior.

O meu tempo é modesto e vou voltar ao assunto em outros momentos. Mas gostaria de concluir apenas com a notícia de que o governo do estado vai recorrer - os jornais dizem liminar - da ferramenta legal, patrocinada pelo Ministério Público de Santa Catarina, determinando normas, determinando procedimentos que o governo do estado precisa adotar, emergencialmente, para dar conta do Hospital Infantil aberto e com qualidade.

Eu quero fazer um apelo ao governo do estado no sentido de que não recorresse dessa decisão ou dessa medida liminar, enfim, da proposição que o Ministério Público tem encampado.

Nós precisamos ter um olhar diferenciado para o Hospital Infantil.

Eu, junto com a deputada Ana Paula Lima e com o deputado Volnei Morastoni, fui por três ocasiões diferentes ao hospital. E vimos a dedicação daqueles profissionais, o modo como se empenham para dar um atendimento de qualidade. Mas na UTI neonatal do Hospital Infantil existe goteira ao lado do respirador. Havia um bebê recém-nascido no respirador, e uma goteira ao lado, amparada com balde e água já verde de estragada.

Não nos podemos render à burocracia e tratar o Hospital Infantil como se fosse qualquer outra obra a mais. O governo do estado precisa de um regime especial para dar conta do Hospital Infantil, que é um hospital de referência no estado.

Nós precisamos que o governo do estado trate emergencialmente esse assunto. Que seja fazer obra 24 horas, que seja enfrentar sábado e domingo ou até mais tarde possível e contratar funcionários.

Nós não fazemos saúde, não fazemos educação, não fazemos segurança sem pessoas. Quem realiza as políticas públicas são os servidores públicos, que, aliás, hoje, estão da frente do Centro Administrativo pedindo ao governo que cumpra a lei, que é a defesa que fazemos no plenário também, e de fato reajuste seu salário anualmente como cabe aos servidores públicos - é bom lembrar, por lei. Portanto, pedimos ao governador menos tempo recorrendo da decisão e mais tempo construindo a solução para o Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar esse espaço para conversarmos um pouquinho sobre a questão indígena. Aqui na Casa foi criado pela comissão de Constituição e Justiça, na manhã da terça-feira próxima passada, um grupo de trabalho liderado pelo deputado Mauro de Nadal, que criou a subcomissão voltada ao acompanhamento de questões indígenas no estado. O grupo foi composto pelo deputado Dirceu Dresch, deputado Aldo Schneider e pelo próprio deputado Mauro de Nadal. Eles pretendem trazer para o Parlamento estadual os debates relacionados às áreas atualmente em litígio em território catarinense, como o Morro dos Cavalos, Cunha Porã, Saudades, Araquari, Barra do Sul etc.

E tendo em vista que tenho muito haver com esse problema, porque há algum tempo, diria até uma questão de dois anos atrás, criamos aqui o fórum permanente para tratar da questão da demarcação de terras indígenas. E como trouxemos o problema para a Casa, também trouxemos aqui as lideranças para tratar do assunto de demarcação das terras indígenas, elementos do governo estadual e federal, deputados federais, para tratarmos desse assunto lá na nossa região, no município de Araquari, várias vezes. Realizamos reuniões com a bancada catarinense em Brasília por duas vezes. Os encaminhamentos tinham sido feitos e depois pararam pelo meio do caminho. Não se chega nunca a um acordo, a um denominador comum em relação a essas coisas.

É tão impressionante que agora estou vendo que se está puxando novamente para a Casa isso aqui. É um problema sério, crescente e cada dia mais perto de todos nós.

O que estou fazendo, neste momento, é desfazendo o fórum permanente para tratar da questão de demarcação das terras indígenas em Santa Catarina nesta Casa, pois quem exercia a Presidência era este deputado. Estou neste momento, quero que fique registrado, desfazendo o fórum permanente para tratar da demarcação de terras indígenas desta Casa. E, portanto, passando essa responsabilidade, esse assunto, para a comissão de Constituição e Justiça, através dos três deputados que irão doravante percorrer provavelmente o mesmo caminho que eu percorri. O mesmo caminho que este deputado e os membros daquele fórum permanente percorreram. Vão chamar as autoridades pertinentes, ou seja, aqueles que têm a ver com o problema, deputados federais, vão fazer reuniões, debater o assunto e, queira Deus, que encontrem uma solução.

Eu, sinceramente, tenho poucas esperanças de ver, a curto prazo, uma solução para o problema. Acho e entendo que deveria para esse problema, antes de ele entrar em discussão, haver um entendimento político.

Até o deputado Padre Pedro Baldissera me dizia assim: “Nilson, a questão é política”. E é verdade. Concordo

com o deputado Padre Pedro Baldissera, porque a questão envolve questões políticas também. E nesse primeiro momento acho que deveria haver um entendimento político para depois se sentarem os srs. deputados, representantes, enfim, todo o segmento interessado, para se chegar a um denominador comum. Vejo com muita esperança também essa iniciativa do governo do estado que está adquirindo cerca de 900ha de terras na região de Bandeirantes para acomodar lá um grupo bastante grande de índios, para aquela questão de Cunha Porã, Saudades e toda a questão de lá.

O governo, parece-me, está tomando a iniciativa, já que não chegam a um acordo com a Funai e os segmentos. O governo está comprando uma gleba de terra enorme, para acomodar e dar aos índios, para terem um meio rural para viverem, enfim, terem o tratamento digno que todos eles merecem.

Eu acho que essa alternativa, sr. presidente Padre Pedro Baldissera, talvez seja essa a melhor alternativa que tenhamos daqui para frente, se vingar. O pior é que se o governo vai lá e compra a terra, acomoda os índios e depois a Funai vem e demarca a terra onde estava querendo demarcar. Aí não vamos ter um problema, vamos ter dois problemas.

Esperamos o bom senso e que isso seja resolvido.

No Congresso Nacional tramitam inúmeros projetos de lei que tratam do mesmo problema. Quando tivemos reunião com a bancada catarinense em Brasília, por duas vezes, essa questão foi tratada. E ficou-e de fazer outra reunião com as bancadas federais de estados onde existem o problema: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, com deputados desses outros estados, para chegarem a um denominador comum e colocarem no mesmo projeto todas as ideias e todas as intenções que estavam tramitando no Congresso Nacional.

Infelizmente, não que eu não tivesse vontade, não prosperou. Fala com um, fala com outro, e dizem que não dá; vai na semana que vem, e vai para cá, vai para lá, e isso acabou não chegando a lugar nenhum. Torço, sinceramente, de coração, que essa subcomissão para esse acompanhamento que foi criado agora na comissão de Constituição e Justiça possa efetivamente chegar a algum lugar, a um denominador comum, com relação a essa causa que é difícil, triste, porque olhamos para um lado e vemos colonos angustiados e apavorados inclusive com a possibilidade de perder parte de suas terras. E por outro lado vemos também índios que na verdade estão precisando mais de um atendimento, de um acompanhamento do governo federal.

Local para colocar esses índios existe. Mas o que é preciso é boa vontade. O que eles precisam é de atendimento, acompanhamento. Muitos sabem, e não precisamos tapar o sol com a peneira, que em muitas tribos os indígenas, em grande parte delas, os índios têm problemas com álcool. O que eles precisam é de tratamento, precisam de atenção na saúde e tudo mais, coisa que não fazem hoje em dia com a devida necessidade que eles têm.

Dito isso, sr. presidente, já me resta apenas um minuto e meio e ainda tenho pelo menos dois ou três assuntos para tratar aqui. Então, quero aproveitar esse um minuto e meio para me congratular com os municípios de Garuva e Araquari.

Os srs. deputados que representam as mais diversas regiões de Santa Catarina vão colocar a barba de molho porque os municípios de Garuva e Araquari, deputado, nos próximos anos vão ser os dois municípios que mais vão se desenvolver nesse estado, por conta dos investimentos que estão vindo para essa região. Temos em Garuva a Tractebel com um grande projeto milionário.

Vou fazer uma fofoca aqui e vai ficar só entre nós. Estão conversando também com a Mercedes-Benz para ela vir para cá. E já existe alguma conversa nesse sentido. Não posso adiantar muito para os senhores, mas já está adiantada essa conversa, também. Nós vamos ter em nossa região, nos próximos anos, um grande desenvolvimento. E se Deus quiser ele haverá de trazer melhores condições de vida para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Consulto se o sr. deputado Edison Andrino deseja fazer uso no horário do seu partido.

(Pausa)

(O deputado Edison Andrino declina.)

Livre a palavra aos deputados do PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, quero dizer que, além de um colega parlamentar, tenho um amigo na pessoa de v.exa. Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas, a imprensa, todos os presentes.

Dividir o tempo do nosso partido, mas é com orgulho que faço uso do horário do PMDB. Eu não tinha essa pretensão no dia de hoje, mas ouvi desta tribuna alguns pronunciamentos, deputado Edison Andrino, de que é necessário resgatar alguns esclarecimentos, deputado Nilson Gonçalves. E v.exa. falava da questão indígena. Por isso, quero também cumprimentá-lo, porque v.exa. está coberto de razão quando diz que temos que ter respeito aos nossos índios. Mas nós vemos aqui no Morro dos Cavalos, por exemplo, 1.800 mil e poucos hectares sendo considerados como área indígena, deputado Edison Andrino, desalojando mais de 100 famílias de moradores, de produtores e pescadores que estão nessa região.

Então, que se dê espaço para os índios, mas que também se respeite os que adquiriram, aqueles que compraram, os que pagaram, aqueles que construíram as suas propriedades ao longo desses anos.

Hoje, pela manhã, deputado Padre Pedro Baldissera, o sr. governador Raimundo Colombo recebeu as bancadas de situação. E quero cumprimentar o governador, o vice-governador, pelo anúncio de muitas obras. Que eu me lembre, nunca tinha visto em Santa Catarina, deputado Nilson Gonçalves, obras em todos os setores, deputado Padre Pedro Baldissera, na saúde, na segurança, na educação, de infraestrutura.

Ouvi o deputado Nilson Gonçalves falar das indústrias que se estão instalando na BR-101, nos municípios lindeiros do grande município de Joinville. E temos que nos preocupar também com o nosso oeste de Santa Catarina.

As indústrias vão realmente se instalar onde se oferece condições, onde tem infraestrutura, onde tem possibilidade de desenvolvimento. E esse pacote de obras que o governo anunciou no dia de hoje veio ao encontro do desenvolvimento, muitas vezes esquecido, do nosso grande oeste de Santa Catarina.

Aqui ouvi pronunciamentos que o governo federal é o responsável por esses recursos, deputado Edison Andrino, mas o governo federal não está fazendo nenhum favor para Santa Catarina. O governo federal está emprestando o dinheiro para o nosso estado construir obras.

O governo federal, através do banco, através da boa vontade da presidente, faz um financiamento para o estado de Santa Catarina, mas futuramente alguém terá de pagar.

Então, não podemos vir aqui e deixar transparecer que estamos recebendo favores do governo federal, que esses recursos estariam vindo a fundo perdido. Não é a fundo perdido, é um financiamento que o governo federal faz para o nosso estado.

Quando falamos das questões dos endividamentos dos estados, também sabemos que faz algo em torno de dez anos que Santa Catarina não contrai mais nenhum financiamento, mas continua pagando os financiamentos anteriores e a conta, ao invés de diminuir, deputado Nilson Gonçalves, aumenta. E o governador citou hoje um exemplo de que durante um ano pagaram um juro de R$ 1 bilhão para uma determinada dívida de R$ 100 milhões, diminuindo a dívida em R$ 3 milhões. Quer dizer, pagamos R$ 97 milhões de juros para a união. E isso não ocorre somente com o estado de Santa Catarina, ocorre com os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, enfim, com todos os estados brasileiros.

Mas também temos que dizer que não é de agora, deste governo federal, não é do governo da presidente Dilma Rousseff, do ex-governo de Lula, mas desses anos todos até agora, que os recursos foram se concentrando em Brasília.

Eu, deputado Nilson Gonçalves, dentro da minha modéstia, estou enxergando que estamos vivendo - e muitos aqui foram prefeitos e chamo o testemunho do meu colega deputado Neodi Saretta, que foi prefeito em Concórdia - uma ditadura financeira, em que os recursos estão se concentrando cada vez mais em apenas um poder, e esse poder fica fortíssimo e consegue, deputado Kennedy Nunes, administrar da forma que entende melhor, levando os prefeitos para Brasília para comprar uma motoniveladora e os governadores fazer os seus financiamentos. Ainda bem que temos uma presidente que pensa em dividir esses recursos, mas precisamos de um congresso e de alguém na presidência da República que reconheça que

precisamos distribuir esses recursos não com o pedido do pires na mão, com o pleito do prefeito, do governador em Brasília, mas através de uma reforma tributária, que são nos municípios, no estado que vivem as pessoas, e é aqui que precisamos dos recursos.

Eu vi aqui também o questionamento das secretarias Regionais, deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Em relação a esse assunto que v.exa. está tratando, os problemas, deputado, são as questões doutrinárias que, por conta desse dinheiro todo que fica em Brasília, acabam ficando em segundo plano. Os prefeitos, governadores, por conta da necessidade de terem verbas para os seus municípios, para os seus estados, esquecem a doutrina, esquecem a filosofia do seu partido e se abraçam com o governo federal para somente assim conseguir as verbas necessárias para o desenvolvimento de sua cidade ou de seu estado.

Isso é perverso, isso não é correto, seria necessário que ocorresse uma mudança substancial para que tivéssemos uma vida política mais salutar neste país.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Por isso, deputado Nilson Gonçalves, que eu disse que estamos vivendo uma ditadura financeira, que os recursos estão concentrados cada vez mais em um só poder ou no máximo em dois poderes. Enquanto que vemos os nossos municípios e todos os prefeitos municipais, os 295, de Santa Catarina - não é diferente, se o município é maior ou menor -, ressentirem-se em fazer investimentos.

E, além de tudo, os municípios têm uma carga maior do que os governos estaduais e federais, com a Educação, com a Saúde, que é difícil administrar quando o SUS fica 12 anos, 15 anos sem reajustar a tabela de profissionais, de hospitais, e os prefeitos sabem disso, porque nenhuma prefeitura possui menos de 15%, 18%, 20% de investimento nesta área.

Assisti aqui a alguns questionamentos sobre as secretarias de Desenvolvimento Regionais e acho que devemos repensar esse assunto, porque quando elas foram criadas tinham o objetivo de desenvolver as regiões, os municípios as quais pertencem, inclusive, tivemos muita dificuldade de fazer com que isso fosse compreendido da melhor maneira possível, e fico triste quando se tenta tirar ainda mais o poder daquilo que está mais perto da população. Penso que temos que discutir a forma de atuação dessas secretarias, mas em momento algum temos que pensar em fechar uma secretaria regional, em tirar de uma região o poder de descentralização que era o objetivo desde a criação.

Podemos analisar que, quando o governo federal cria mais um ministério é porque entende que isso é necessário. Então, se temos, dentro das secretarias regionais, excesso de pessoas ou alguém fora da área que precisa trabalhar, isso deve ser administrado e ajustado. Da mesma forma, se Santa Catarina tem excesso de secretarias, temos que lembrar que o governo federal tem 39 ministérios.

Devemos entender que, se a presidente da República caminha nessa direção, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que é do partido da presidente, eu faço parte do partido do vice-presidente, é por que ela pensa em atender melhor a sua população. Por isso, essas questões precisam ser discutidas sem paixão política ou partidária. Precisamos discutir as nossas questões de desenvolvimento colocando, acima de tudo, o interesse das pessoas, da comunidade. E quando vejo a agricultura de Santa Catarina, que é modelo para o Brasil, perdendo a criatividade e as pessoas que tem o conhecimento, a tradição da produção agrícola, se não fosse isso, não seríamos um estado com um pouquinho mais de 1% do território brasileiro, o quinto produtor, penso que temos que fazer alguma coisa para manter essa estrutura, essa tradição no campo, senão, vamos perder essa oportunidade que temos e que nenhum outro estado tem. Santa Catarina tem um exemplo de agricultura, mas precisa de estrada, de investimento, de comunicação, de infraestrutura, de segurança e de educação no campo. O filho do produtor não tem as mesmas condições daquele que mora na cidade, então temos que dar essa possibilidade a ele.

Por isso, é bom deixar claro que os investimentos que o governo do estado está propondo aqui em Santa Catarina, com o apoio do governo federal, e isso ninguém pode deixar de reconhecer, são financiamentos que o nosso estado está contraindo e que, senão este, mas outros governos vão pagar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero corroborar com as palavras do deputado Moacir Sopelsa na tribuna. Concordo praticamente com quase tudo que ele falou, mas devo dizer que temos pontos bastante divergentes em relação às secretarias Regionais. Eu gostaria de deixar registrado isso porque tenho outra visão em relação a essas secretarias. Eu acho que se cortarmos a metade delas, ao invés de piorar, o estado ficará melhor. O estado andará melhor se tirarmos a metade dessas secretarias. Se tivermos uma secretaria por Regional, teremos um serviço mais eficiente.

Respeito a posição do meu amigo deputado Moacir Sopelsa e entendo que essa é uma posição dele. Só quero deixar registrada a minha posição: eu acho secretaria demais tanto no governo do estado como também nos ministérios deste governo federal, que são uma loucura. É uma loucura em todo lado, diga-se de passagem! Precisa-se dar uma enxugada em todo lado! Isso é muito necessário!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como o deputado Nilson Gonçalves está inscrito, depois terá a oportunidade de discorrer sobre a temática levantada.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, depois dos pronunciamentos, eu também gostaria de fazer um comentário sobre o que cada deputado disse da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, srs. deputados, amigos da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero corroborar com as palavras do deputado Moacir Sopelsa no primeiro tempo da sua fala, quando ele disse que realmente esses investimentos que estão vindo a Santa Catarina não estão vindo de graça. São investimentos por conta de um financiamento e de um governo que se credenciou para poder receber esses investimentos. Ou seja, fez o dever de casa para poder ser compensado nessa questão de financiamento, porque grande parte o estado vai contrair, pagar, mas vai destinar, respectivamente, aos 295 municípios, a grande maioria desses a fundo perdido, como forma de investimento, dentro de uma ação prática, objetiva e eficaz para mobilizar a economia catarinense.

Na segunda parte do seu pronunciamento, deputado Moacir Sopelsa, eu tenho que discordar de v.exa., mesmo porque tenho feito vários pronunciamentos na comissão de Finanças e aqui nesta tribuna. E aí eu me associo às palavras do deputado Nilson Gonçalves. Estamos falando em contenção e em gestão, e ela precisa ser empreendida. Entendo que a população aquiesceu a ideia das Regionais nas urnas. Realmente foi um projeto idealizado pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira. Mas, nesse montante que aí está, resolutividade mesmo houve muito pouco de prática e eficiência. Não existe órgão para distribuição e aplicação do recurso mais eficaz que o município, através da prefeitura municipal, porque é ela que está lá na base. E por que criar mais um mecanismo intermediário nessa situação, nesse quesito?

Por isso, não posso concordar com v.exa. e penso que também é vontade do governador reduzir esse número. Mas, por consequência de uma séria de condicionantes e de engessamento político, de repente não tem a condição e a musculatura para poder desenvolver aquilo que é o seu desejo.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Valmir Comin, v.exa. estava aqui na Assembléia quando foram criadas as secretarias Regionais. E governo do estado, num primeiro momento, mandou um projeto de lei para esta Casa para uma secretaria Regional em cada microrregião. Foi deste Parlamento que nasceram as emendas para

criar mais aqui, mais ali e mais acolá. Por isso, deputado Valmir Comin, as 36. Não foi da ideia do primeiro projeto.

Também quero deixar claro, deputado Comin, que em nenhum momento eu disse que as secretarias Regionais estão contribuindo com o papel que foi proposto. Muito pelo contrário, não estão fazendo o papel que deveriam fazer.

Por isso, no meu pronunciamento eu disse que precisam ser repensadas a forma como elas estão, porque não estão cumprindo nem o trabalho que se propuseram a fazer nem atendendo àquilo que a sociedade quer.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito bem, deputado Moacir Sopelsa, isso se chama gestão. Mas precisa ser aplicada realmente na prática. Acho que é um modelo interessante, mas precisa ter um cofre com um bando de bruacas, de recursos realmente para poder atender a toda essa demanda.

Mas gostaria, sr. presidente, só fazer aqui uma menção que me foi trazida através do prefeito Euzébio Vieceli, de Pinheiro Preto, com relação ao "O Assalto ao Trem Pagador".

(Passa a ler.)

"No ano de 1887, o governo imperial solicita um projeto de uma estrada de ferro com a interação de ligar Itararé (SP) a Santa Maria (RS) e assim interligar as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também facilitar a ligação do interior destas províncias com a cidade do Rio de Janeiro.

O americano responsável pela obra dividiu os trechos e empreitou. A responsabilidade de pagamento desses trabalhadores, a partir deste momento, passou a ser dos empreiteiros. Um destes empreiteiros é José Antônio de Oliveira, conhecido como Zeca Vacariano, que possuía um armazém no município de Pinheiro Preto. Segundo relatos históricos, por falta de pagamento, Zeca, juntamente com seus homens de confiança e por conhecer todos os trâmites da empresa e também o local, planejou o assalto ao pagador. Pagador era a locomotiva que transportava o dinheiro até onde já havia ferrovia. Daí em diante o dinheiro seguia num comboio de mulas cavalos e homens.

Na manhã do dia 24 de outubro de 1909, ocorreu o assalto, no valor de trezentos e setenta e cinco contos de réis, aproximadamente, deixando dois mortos no local.

Zeca e seu bando se embrenharam na espessa mata que cobria a região. Foram perseguidos por alguns dias pela força policial, formada por tropas federais e estaduais, porém, só houve uma prisão, enquanto o restante do bando e Zeca Vaticano nunca mais foram vistos na região.

A história virou documentário e está sendo difundida por todo o Brasil. No local do roubo, atualmente, existe uma cruz confeccionada em trilhos, levantada para homenagear os mortos no assalto. Essa cruz é chamada de Cruz do Vacariano e faz parte das atrações turísticas do município de Pinheiro Preto."

Eu só fiz essa referência para resgatar um pouco da história, sr. presidente, desse glorioso município que antes pertencia a Campos Novos e agora com a emancipação tem a sua autonomia. Mas já em 1887, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que é um grande defensor das questões das rodovias no estado, já se implantava as rodovias.

Srs. deputados, só um comparativo, tínhamos 32 mil quilômetros de ferrovia, lá em 1950, 1960, que veio para 22 mil, enquanto deveria estar 80 mil, 100 mil. Quer dizer, um equívoco total no setor modal e intermodal deste Brasil. Isso engessa e que aumenta com certeza o custo Brasil, aumentando cada vez mais o risco Brasil na questão de poder competir com os países neste mercado globalizado.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Gostaria de cumprimentar o meu líder, deputado Valmir Comin, pelos dois pronunciamentos.

Primeiro, gostaria de dizer a v.exa. que a sua tese não é só uma tese, é uma prática na realidade. A melhor municipalização são as prefeituras de verdade, a experiência própria como prefeito de oito anos. Segundo, a sua manifestação com relação a esse resgate histórico do assalto ao trem nos remete a refletir sobre o sistema ferroviário no Brasil, que também é um assunto pertinente e relevante para o dia de hoje.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, Sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0129/2012, do deputado Altair Guidi.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0123/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a estadualização do trecho da rodovia SC-447, divisa entre os municípios de Balneário Gaivota e Sombrio, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Transportes e Desenvolvimento Urbano; de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0254/2012, do deputado Gelson Merisio, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias que administram rodovias no Estado de Santa Catarina a divulgarem valores arrecadados e investidos com a cobrança de pedágios.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos, Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da proposta de emenda à Constituição, PEC 0001/2013, de autoria de vários deputados, que modifica o inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina. (Concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0024/2013, do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação São-bentense de Voleibol, com sede no município de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0304/2012, do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Fraternidade Acadêmica Ciência e Artes, de Jaraguá do Sul.

Ao projeto foi acrescentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0368/2012, da deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Moradoras da Rua São Sebastião, do Bairro Sul do Rio, de Santo Amaro da Imperatriz.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição de Justiça e da de trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0373/2012, da comissão de Educação, Cultura e Desporto, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da G.E.M. Ney Pacheco de Miranda Lima, de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0037/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui o Dia Estadual de Luta pela educação infantil no estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0324/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de espaço para exposição e comercialização de artesanato catarinense em eventos que recebam apoio financeiro do governo do estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, da de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as seguintes Indicações n.s: 0205, 0206 e 0210/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0207, 0208 e 0209/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0211/2013 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0212 e 0213/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0214/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes;

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli_ - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de falar, sr. presidente, sobre essa Indicação n. 0214/2013 que trata de um assunto extremamente pertinente: o curso público que foi feito para a formação de soldados do Corpo de Bombeiros Militar do estado. Sobraram vagas, deputado Moacir Sopelsa, para o sexo masculino, num total de 60. E, deputada Ana Paula Lima, tem cinco mulheres que passaram em todos os testes e, por conta de uma lei que esta Casa aprovou dos 6%, elas agora não podem entrar no curso. Isso é um absurdo! Se está sobrando vagas para homens, por que as mulheres que passaram nos testes psicotécnico, físico, portanto aptas, não as preenchem?

Estive conversando com o coronel. E essa minha indicação é para refletirmos sobre esse percentual. E dará o mesmo problema para as vagas de policial militar, em Santa Catarina, pois não vamos conseguir preencher o quadro por conta desses 6% que esta Casa aprovou; dessa forma chamo a atenção de todos os deputados sobre esse assunto.

No Paraná, são 50% de vagas para homens e 50% para mulheres, nós aqui colocamos em 6%. E agora sobram 60 vagas para homens, quando tem cinco mulheres que foram aprovadas e não podem fazer o curso. Se conseguirem, serão chamadas como NQ, não qualificada.

Precisamos rever isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Indicações n.s: 0215 e 0216/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0217/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0218/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0219 e 0220/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0221/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os seguintes Requerimentos n.s: 0325, 0326, 0327, 0328 e 0329/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0331/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0332, 0333, 0334, 0335, 0336, 0337, 0338, 0339, 0340, 0341, 0342, 0343, 0344 e 0346/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0347/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0348, 0349, 0350, 0351 e 0352/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0353/2013 de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o seguinte requerimento:

Requerimento n. 0345/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita ao gerente da empresa Tim a melhoria do sinal de telefonia no bairro Loteamento Parizzoto, no município de Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a torcida de que seja atendido, e se atender, que atenda ao estado inteiro, porque o problema, com toda certeza, não é só do Loteamento Parizzoto, deputada Ana Paula Lima.

A deputada Ana Paula Lima lembra bem, deputado Silvio Dreveck, da instalação da CPI em defesa do consumidor, do cidadão.

Moção n. 0024/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao ministro da Integração Nacional e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando preocupação e apelando pela liberação dos recursos financeiros no valor de R$ 1.200.000,00, retidos no ministério da Integração Nacional desde 2009, para o desassoreamento do canal do Linguado, no município de Barra do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0037/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o processo licitatório realizado para a compra de veículos automotores, de acordo com a “Operação Segurança Máxima”, em Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0038/2013, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações acerca do valor de isenção fiscal anual global previsto e executado dos orçamentos relativos aos exercícios de 2009 a 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0039/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Educação e de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, solicitando informações sobre a empresa contratada para executar as obras na Escola Básica Prefeito Lauro Zimmermann, no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0040/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda e da Infraestrutura, solicitando informações sobre o não cumprimento do estado perante os padrões nacionais de numeração de suas rodovias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0041/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários de estado da Fazenda e da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações sobre o valor repassado para o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, no ano de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Foi-nos apresentado pelo deputado Edison Andrino e subscrito por todos os senhores líderes um requerimento solicitando a suspensão da sessão, por até dez minutos, para recebermos neste plenário o vereador Mauro Cesar Martins, do município de Angelina, juntamente com a rainha e as princesas da 19ª Festa do Queijo e do Mel e 1ª Festa das Comunidades, que se realizará no município de Angelina, nos próximos dias 20 e 21 de abril.

Conforme entendimento e manifestação de todos os líderes, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos, concedendo o espaço aos proponentes.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, srs. deputadas, todos que nos acompanham, quero voltar ao tema já tratado nesta tarde. É um tema que me interessa muito, que é o debate econômico desse nosso país. O deputado Moacir Sopelsa mencionou aqui os juros altos que os governos pagam. É verdade, o nosso país há pouco tempo estava com um juro de 30% ou até 40% ao mês. Hoje estamos com a taxa de juros mais baixa da história do Brasil.

Claro, os estados precisam renegociar, como Santa Catarina já renegociou, uma parte da sua dívida.

Há poucos dias aprovamos aqui um empréstimo justamente para o governo renegociar, pagar uma dívida antiga, porque o juro ainda era de 30%, 40% ao ano, para os novos patamares de juros que a presidente Dilma Rousseff trouxe, e foi uma das grandes novidades da economia brasileira.

As pessoas se acostumaram com os juros baixos. Eu acompanho nessa estratégia de que precisamos renegociar os juros dos estados. Está sendo feito aos poucos essa perspectiva nova dos juros do nosso país. Agora, precisamos ressaltar uma questão importante. Vivemos um novo momento neste país. Mesmo os partidos e os governos que estão na Oposição estão recebendo recursos e investimentos federais. Não há mais essa de que o cidadão que mora no estado de Santa Catarina, por ser um governo de Oposição ao governo federal, não recebe recursos para investimentos. Todos os estados estão tendo parcerias importantes, porque a União assume um novo papel no desenvolvimento deste país, ou seja, um estado propulsor do desenvolvimento brasileiro. Aí a União, se não consegue fazer todos os investimentos necessários, faz parcerias com estados e municípios.

Agora, Santa Catarina não pode se queixar, pois está recebendo altos investimentos. Mas o que estamos cobrando é o que o governo do estado de Santa Catarina está fazendo com os seus recursos. O que está acontecendo com este estado com os poucos investimentos que tem? Dizem: “Mas os recursos são concentrados na União.” É verdade que boa parte dos recursos ficam na União, mas 23% dos impostos voltam para os estados. E sobre isso queremos conversar.

Onde estão sendo aplicados os recursos em Santa Catarina? É o alto índice de renúncia e isenções fiscais que chega a 30%, é o custo da máquina pública - e aí citamos a questão das secretarias regionais. O nosso partido tem posição clara e definida de que 36 secretarias regionais é demais. É muito cabide de emprego.

Conversei, neste final de semana, com vários prefeitos. Os prefeitos não estão nem mais apresentando projetos nas secretarias, nos Conselhos de Desenvolvimento Regional, porque tudo se aprova, mas nada acontece, não têm mais poder.

Os prefeitos estão vindo para cá, à secretaria central, para resolverem os seus problemas, porque lá não se conseguem resolver nada. Então, por que existir essas secretarias?

Poderia ter um só secretário lá, para atender e representar o governo, fazer política na região, e não toda aquela gente gastando dinheiro público. Isso para nós é claro que precisa ser repensado.

Não somos contra. E quero registrar isso. Mas poderíamos ter uma secretaria em cada grande região apenas. Poderíamos ter no mínimo ou no máximo uma secretaria em cada associação de município. Isso precisa ser resolvido, porque a sociedade catarinense, com certeza, não aceita mais esse alto custo, esse empreguismo que está colocado sem resolver os grandes gargalos que a sociedade precisa. E quero deixar isso registrado.

Quero dizer que quando se fala que é preciso se ajoelhar, deputado Nilson Gonçalves, para ter um recurso, filiar-se ao partido do governo, aqui, no estado, a coisa está sendo muito pior, deputado Neodi Saretta, por exemplo: o Fundo Social, das subvenções sociais, somente quem é amigo do rei é que recebe recurso. Quem não é amigo do rei passa longe.

Quero fazer esse registro do que acontece no estado de Santa Catarina, porque nacionalmente não é assim. Todos os estados, todos os prefeitos, estão recebendo recursos.

Eu quero terminar a minha fala, porque o meu assunto prioritário, hoje, são as ferrovias. Quero retomar esse tema.

Nós, da Frente Parlamentar, estamos realizando esta semana mais dois seminários: um amanhã, no município de Pinhalzinho, às 9h, na Câmara de Vereadores, e à tarde, no município de São Miguel d’Oeste, junto com a Frente Parlamentar Federal, coordenada pelo deputado federal Pedro Uczai, junto com as associações de empresas dos municípios, associações comerciais e industriais, com vereadores, com prefeitos, enfim, com as organizações da sociedade, para discutir os nossos traçados, as nossas ferrovias e a luta que temos pela frente para agilizar esses processos do transporte ferroviário.

Infelizmente, a sociedade brasileira não reagiu na época certa, quando as grandes empresas de transporte, de produção pneus, de equipamentos, os postos de combustíveis, as fábricas de caminhões, não se mobilizaram para o país não abandonar a estratégia ferroviária. O povo não reagiu suficientemente, e perdemos isso.

O deputado Valmir Comin citou, aqui, que são mais de 10 mil quilômetros de rodovias paradas, sem estarem em operação, no nosso país.

Queremos retomar o Brasil do futuro, o Brasil dos próximos 40, 50, 100 anos. E tem que ser um país que tenha no transporte ferroviário uma das estratégias de transporte para baratear custo de produção para o transporte, custo Brasil, melhorar a questão ambiental e melhorar a questão de segurança nas rodovias federais e estaduais.

Então, por isso estamos convencidos e estamos lutando há muito tempo. Felizmente, o estado de Santa Catarina vai ter grandes benefícios no transporte ferroviário.

Tivemos há poucos dias uma importante notícia de que o Exército, o batalhão de Lages, vai construir a ferrovia da integração, que liga o oeste ao litoral. E queremos no dia de amanhã fazer um grande debate no oeste, no extremo oeste, do traçado da ferrovia e da ligação ferroviária até a divisa da Argentina, porque a nossa grande luta que queremos transformar em realidade é levar a nossa ferrovia a ser uma ferrovia bioceânica.

Também, estivemos fazendo esse debate na Argentina, no Parlasul; estivemos no senado argentino, discutindo isso, no ano passado, para que a Argentina se envolva nesse processo e contribua nessa perspectiva da nossa ferrovia bioceânica. É claro que tem uma disputa de São Paulo, Paraná, de o trajeto bioceânico passar por aquela região, mas nós de Santa Catarina também precisamos fazer isso.

Então, estaremos debatendo esse tema muito nesses próximos dias e meses; vamos fazer seminários, debates, chamando as organizações, as representações da sociedade catarinense, para fazer essa discussão do transporte modal ferroviário no estado de Santa Catarina.

Essa é a luta, o desafio de Santa Catarina, de no seu futuro ter o transporte ferroviário como uma das grandes estratégias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero pegar uma carona nas palavras do deputado Dirceu Dresch e dizer que é interessante o que s.exa. disse, no sentido de que muito pior é o governo do estado, e não me lembro bem a palavra v.exa. falou, tem que ir com a caneca na mão... É o pires na mão.

Deputado Dirceu Dresch, não sei, mas de manhã estava numa reunião com o governador e os demais deputados, um grande número de deputados aqui da Casa, e o governador falou em alto e bom som que terá dentro dos próximos dias verba para os 40 deputados distribuir nas suas regiões, no bom sentido, fazerem convênios com prefeituras nas suas regiões. Mas não são apenas os deputados da base, a verba é para todos os 40 deputados. E não sei se o deputado Moacir Sopelsa me permite, mas falarei o valor aqui, são R$ 3 milhões para cada um dos deputados poderem fazer convênio com municípios de sua região. Assim, deputado Dirceu Dresch, se está indo com o pires, voltará com ele cheio, pode ter certeza.

Agora, quero me reportar a outro assunto que diz respeito à minha região, que é o Canal do Linguado. E v.exas. que conhecem o referido canal e que são de Joinville devem passar por lá toda semana. Ele é um estrangulamento feito naquela ilha de São Francisco do Sul há dezenas de anos. Um estrangulamento que tornou na verdade a ilha de São Francisco do Sul num continente, porque até então era uma ilha. E a partir daquele estrangulamento deixou de ser ilha; é chamada, mas não o é, porque ela está umbilicalmente ligada ao nosso continente, na nossa região.

Quando vim morar em Santa Catarina, lá pelos idos de 79, fui morar em São Francisco do Sul, até porque a minha mãe é de lá. Morei seis anos no referido município. E não tinha envolvimento político com ninguém, tocava a minha vida, tinha uma lavanderiazinha de navio lá. E na época de eleição, como cidadão comum, acompanhei muitas e muitas vezes candidatos a deputado estadual. Até me lembro bem do falecido Geovah Amarante que era deputado e sempre se reelegia com uma boa votação em São Francisco do Sul. E eles iam àquele Canal do Linguado e faziam eloquentes discursos em prol da abertura do canal.

Naquela época, e lá se vão mais de 30 anos, já se falava do problema desse canal, que causava assoreamento nessa região prejudicando a fauna, a flora, enfim, prejudicava tudo. Era uma questão ambiental, porque a corrente marítima ficou estrangulada com aquele aterro que foi feito.

E não só o deputado falecido, que Deus o tenha, pois era um grande amigo nosso, mas outros candidatos também tiveram a oportunidade de ir ao Linguado e fazer grandes discursos em prol da liberação do canal. Mas nunca foi aberto o Canal do Linguado, por uma razão ou por outra, ou porque faziam um estudo e faziam outro, e não dava certo, ou muitas vezes porque a própria Barra do Sul também não concordava, porque se abrisse o canal o mar avançaria em muitas propriedades nessa região. Enfim, ficou, foi-se protelando, e chegamos a uma situação de emergência, a ponto de o município de Barra do Sul, através de seu prefeito, ter decretado estado de emergência em cerca de 4.100 metros do Canal do Linguado, em razão do problema do assoreamento.

Por que está acontecendo isso? Agora, além da natureza, está prejudicando a navegabilidade, está tendo reflexo na pesca e está tendo reflexo no turismo. E para quem não sabe 85% disso é a economia do município da Barra do Sul.

Por essa razão, demos entra a uma moção nesta Casa, pedindo ao governo federal, através do ministério da Integração Nacional, que desentrave, que destranque esses R$ 1.200 bilhões do governo federal para essa região, pois que agora se faz extremamente necessária a solução desse problema, sob pena de vermos pescadores sem o seu próprio sustento, o turismo diminuindo e uma série de outros problemas, por causa do tal Canal do Linguado, aonde, desde que vim para Santa Catarina, escutei discursos eloquentes.

Está lá e vai provavelmente continuar por longos e longos anos, porque cada vez que se fala em abri-lo, e seria a solução, pelo menos uma pequena parte, para a água ter vazão, o mar ter o seu curso normal para efeito da poluição da baía da Babitonga, bate-se em problemas maiores, que são os proprietários que hoje já têm as suas propriedades à beira da lagoa, na Barra do Sul e tudo mais. Se abrirem o Canal do Linguado, a água vai invadir muitas propriedades. Então é uma discussão que certamente não vai acabar tão cedo.

O que precisamos neste momento, e fizemos este pedido ao governo federal, é a liberação em nível de emergência da verba para que a Barra do Sul continue tendo os seus pescadores, os seus turistas de maneira normal.

Sr. presidente, apenas para efeito de citação, quero dizer que aprovamos nesta Casa a Semana do Aleitamento Materno. E nessa semana tivemos a oportunidade de entregar na Maternidade Darci Vargas, à médica responsável pelo aleitamento materno, a lei já devidamente sancionada pelo governador do estado.

Teremos a Semana Mundial de Aleitamento Materno e a oportunidade de fazer aqui algumas colocações importantes sobre esse evento.

Quero também falar sobre o nosso projeto de lei obrigando que estabelecimentos de hospedagem, hotéis, motéis, pousadas e pensões, onde se hospedarem criança, lógico que a criança tem que estar com um adulto, com os responsáveis, mas esses lugares devem fazer um cadastro em separado dessas crianças, tudo muito bem feito, para que possamos ter um melhor discernimento e uma melhor proteção com relação às crianças que adentram aos estabelecimentos de pouso, de hospedagem em todo o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o sr. deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Edison Andrino, com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso da tribuna neste momento para que possamos aumentar um pouquinho a discussão sobre o tema que fiz com relação à indicação que esta Casa aprovou e que está sendo encaminhada ao governador e ao comando dos Bombeiros Militares de Santa Catarina, que diz respeito ao concurso n. 002/2012, que foi feito para preenchimento de vagas do curso de formação de soldados tanto do sexo masculino como do sexo feminino.

Eu estava conversando com o deputado Sargento Amauri Soares, uma autoridade no assunto, e ele me falava da Lei Complementar n. 587, que foi promulgada no dia 14 de janeiro deste ano.

(Passa a ler.)

"Esta lei dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências".

Na época que estava sendo discutida esta lei complementar, o deputado Sargento Amauri Soares teria feito uma emenda, porque no art. 6º fala o seguinte:

(Continua lendo.)

"O ingresso no estado efetivo para o sexo feminino será, no máximo, de 6% (seis por cento) para os Quadros de Oficiais e de 6% (seis por cento) para os Quadros de Praças das respectivas instituições militares".[sic]

Então, o art. 6% desta lei complementar fala que é no máximo 6%. Eu estive há pouco conversando com o coronel Gladimir Murer, um dos comandantes dos Bombeiros Militares e presidente da comissão-geral do concurso, e ele esteve explicando que estão sendo feitas algumas ações. Então, esta indicação aprovada nesta Casa, hoje à tarde, de minha autoria, vai ajudar a fazer com que a secretaria da Segurança Pública, órgão superior ao Bombeiro Militar, possa reavaliar essa questão.

Porque sobraram cinco mulheres que passaram em todos os testes e estão aptas, deputado Sargento Amauri Soares, a começar a escola. Dessas cinco mulheres foram chamadas 17, porque era o número de vagas dos 6%. Essas cinco mulheres estão aptas a começar a escola que iniciou dez dias atrás. Só que as vagas das mulheres foram preenchidas e agora as vagas dos homens, que faltaram homens porque foram sendo eliminados nos testes, não puderam ser preenchidas. Mas no concurso anterior, deputado Nilson Gonçalves, a vaga das mulheres que sobrou, porque não havia mulher, foi preenchida por homem. Mas neste concurso a vaga dos homens não pôde ser preenchida pelas mulheres! O que é isso? É discriminação!

E mais ainda: o cômputo geral da corporação dos Bombeiros Militares, tanto no

quadro de oficiais como de praças, não chega a 6%. Eu até aceitaria que estivesse no quadro, conforme está na lei de 6%. Aí não haveria problema. Mas elas não querem tirar a vaga de ninguém, elas não estão furando a fila de ninguém! É simples: elas fizeram todos os testes físicos e tudo o que estava previsto e agora não estão conseguindo entrar porque há mais de 40 vagas sobrando e o Corpo de Bombeiros Militar está com essa questão.

Olhando com mais atenção, deputado Sargento Amauri Soares, o § 2º da Lei Complementar que trata do ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina, observei que boa parte das pessoas que prestaram concurso e aquelas que passaram está *sub judice*. E neste artigo o requisito é não possuir tatuagem ou pintura em extensas áreas do corpo ou em parte expostas ao público quando do uso de uniformes militares de qualquer modalidade.

Entendo que o § 2º da Lei Complementar é louvável, porque nele está que são vedadas tatuagens, pinturas ou marcas que representem símbolos ou inscrições alusivas ideológicas contrárias às instituições democráticas ou que incitem a violência ou qualquer forma de preconceito ou discriminação.

Com isso eu concordo, deputado Dirceu Dresch, ou seja, com tatuagem polêmica que incite a violência. Mas não são todas as tatuagens que incitam a violência!

Conheço uma pessoa, uma dessas que vieram falar com a gente, que tem uma tatuagem no punho, deputado Nilson Gonçalves, que acho que é um origami, que fala de felicidade, com aquela letrinha de japonês. Por conta disso, ela teve que gastar com advogado para entrar com mandado para conseguir fazer a prova; por causa de um negocinho de 2cm² no pulso que incitava a violência.

Precisamos repensar essas coisas rapidamente, porque isso é discriminação. Como é que pode colocar um percentual máximo na participação de mulheres? Então por que não 50%? Por que 6%? Alguns dizem: porque estivemos conversando lá no comando e nas Forças Armadas Nacionais, que utilizam esse índice. Mas então por que no Paraná é até 50% mulheres, enquanto para nós é no máximo 6%? Por que não pode ser usada uma faixa, como sugeriu o deputado Sargento Amauri Soares através de uma emenda, que foi rejeitada aqui, entre 6% e 15%, e não colocar as palavras: máximo e mínimo? Esse mundo será comandado pelas mulheres! Queiram alguns ou não. O nosso país já é comandado por uma mulher. Já existem as cotas, que determinam uma quantidade de vagas a serem ocupadas por homens e mulheres, e agora, quando é para participar, para fazer prova e demonstrar competência física e psíquica, fecham as portam e dizem: aqui não. É preciso rever esses conceitos, esses índices, porque a minha preocupação é com as vagas que serão abertas para inclusão na Polícia Militar, que vão dar os mesmos problemas, ou seja, vão sobrar vagas para homens e faltar vagas para as mulheres. E as mulheres têm hoje toda a capacidade, senão mais, de exercer toda a função que existe, tanto no Corpo de Bombeiros Militares como na Polícia Militar.

Precisamos levantar essa discussão para que possamos reavaliar essa situação. E eu peço aqui a atenção para esse assunto, tanto da secretaria estadual de Segurança Pública quanto do comando do Corpo de Bombeiros Militar, que se mostrou muito favorável ao aproveitamento dessas mulheres que passaram nos testes e que, portanto, precisam ser chamadas para ajudar o nosso corpo de bombeiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o último orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, aproveitando a presença do deputado Kennedy Nunes, gostaria de debater um pouco mais esse assunto anteriormente abordado.

Na verdade, até para fazer justiça, deputado Kennedy Nunes, na minha emenda não constava esse limite entre 6% e 15%, que é uma sugestão, talvez, mais eficiente e que v.exa. apresenta. O texto da lei, que era o texto do projeto e que acabou ficando como veio do palácio, definia no máximo 6% para mulheres nos concursos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Ora, no máximo 6% pode ser, inclusive, nenhuma vaga. Quer dizer, pode abrir mil vagas na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros e nenhuma ser preenchida por mulheres, porque a lei fala em no máximo 6%. Então, em nossa proposta, nós invertemos isso e sugerimos no mínimo 6%, que era para garantir o preenchimento de algumas vagas por mulheres, senão todas. Eu também não sei de onde saiu os 6%, acho bastante arbitrário e talvez no futuro algum juiz determine que seja universal, quer dizer, passou no concurso pode ingressar, independentemente de sexo.

Mas quanto às minhas emendas, essa que v.exa. se refere e outras, nenhuma foi aprovada. E v.exa. aqui puxando a lei trouxe outros elementos sobre os quais nós também apresentamos emendas, inclusive sobre essa questão das tatuagens.

Evidentemente, que todos nós, policiais e bombeiros, ou pelo menos a maioria, tem alguma ressalva com relação a isso, talvez fruto de preconceito. Eu, particularmente, não tenho nenhuma tatuagem e não pretendo ter e aconselharia a qualquer pessoa que me perguntasse a não fazer. E concordo também que as tatuagens que incitem a violência e atentem contra os princípios democráticos devem ser de fato combatidas.

Mas escrever que não podem tatuagens que apareçam quando esse profissional estiver usando uniforme de qualquer modalidade é abusivo. Inclusive, a nossa emenda diz o seguinte: quando estiver usando a farda, porque a farda é o uniforme com o qual ele vai trabalhar, se expor ao público. E talvez não fique elegante ou até provoque piada, inclusive das pessoas ou dos jornalistas mais criativos - o que também é bom que exista na sociedade -, se de repente aparecer um policial com uma tatuagem de alguma figura inusitada que possa provocar piada.

Mas o uniforme de educação física, ou seja, um calção, ou para a mulher um short, uma camisa regata, é uma modalidade de uniforme na instituição militar para educação física, para defesa pessoal.

Então, se alguém tiver uma tatuagem em qualquer parte do corpo que não seja - e perdoem-me a expressão - nas partes íntimas, vai aparecer em alguma modalidade de uniforme policial ou bombeiro militar. Inclusive, pelo tamanho do uniforme do salva-vidas.

Eu concordo com v.exa. que é abusivo. Então, trocamos qualquer modalidade por quando estiver fardado. E a farda é o uniforme mais comum com que se aparece em público. E também não foi aceita.

Outra questão é a altura do candidato ou da candidata. Estabeleceu-se 1,65m na lei, inclusive para mulheres. Então, a altura que até o ano passado era 1,60m para todos, a partir da aprovação daquela lei completar passou a ser 1,65m para homens e para mulheres. Evidentemente que somente isso automaticamente tira a maioria das mulheres da possibilidade de fazer o concurso para a polícia e para o bombeiro, porque a maioria das mulheres de Santa Catarina - e mesmo no estado de Santa Catarina, um estado que tem uma incidência de colonização europeia do norte da Europa, ou seja, com pessoas que tem uma estatura mais alta do que muitos estados da federação - não tem 1,65m de altura, o que já tira a maioria delas do páreo, do sonho e da vontade de ser policial ou bombeiro militar.

Nenhuma das nossas emendas foi aceita e por fim eu votei favorável ao projeto, porque acho necessário ter uma lei que discipline, mas fiz ressalva dessas e outras questões.

Na questão específica a qual se referiu v.exa. e fez a indicação que todos nós aprovamos aqui na tarde de hoje, eu não sei se a minha emenda de trocar o máximo pelo mínimo resolveria porque está no edital. Mas é curioso que no edital anterior alguém lembrou de fazer uma ressalva permitindo que as vagas não preenchidas por mulheres fossem preenchidas por homens, e agora não se fez o inverso. Lembrando que no edital anterior não houve mulheres suficientes para preencher as vagas previstas porque o teste de aptidão física era o mesmo.

Então, agora se fez justiça e é diferenciado, porque do ponto de vista da composição física homens e mulheres são diferentes, têm forças diferentes. O que não quer dizer que se tem que subestimar a mulher. Eu acredito que menos de 10% das mulheres conseguem fazer um exercício físico que é exigido no teste de aptidão física chamada barra, que é levantar o peso do próprio corpo oito vezes até que o queixo passe a altura do tórax. Eu acredito que 90% das mulheres, ou mais, não conseguem fazer esse exercício físico. Elas têm que estar treinadas na academia para conseguir fazê-lo. E muitos homens também não conseguem fazer esse teste, principalmente os da nova geração, porque para aqueles que são minha geração, e principalmente da geração do deputado Dirceu Dresch, que é agricultor, esse teste seria brincadeira para nós, pelo menos quando tínhamos 18 ou 25 anos.

Mas os jovens urbanos de hoje não têm habilidade e muitos rodam no teste.

Então, eles só desenvolvem - e fazendo uma brincadeira - a orelha e os dedos, pois vivem utilizando computador, *internet* e jogos eletrônicos. Então, desenvolvem o cérebro, o dedo e as mãos. Os músculos das pernas, do tórax e dos braços não são muito utilizados. É claro que também há muitos que fazem atividade física e desenvolvem a musculatura, mas muitos não praticam nenhum esporte.

Pode ser que haja a intenção por parte de algumas autoridades de restringir o acesso de mulheres na instituição, que é um erro. Porque eu posso testemunhar em qualquer lugar que uma guarnição mista, formada por homens ou mulheres de alta estatura, homens ou mulheres de baixa estatura, é importante, fundamental, inclusive para a eficiência do serviço.

"Ah, não vamos colocar baixinho ou baixinha de 1,60 metros, porque não tem equipamento individual, não tem fardas, botas, curtume para essas estaturas." Mas não tem também para a altura máxima. Por acaso tem para 2,10m, 2,20m? Não tem! Então, além de tudo também é um preconceito.

Numa determinada atividade de instrução da Polícia Militar, em 1990, fazendo um curso de tiro, na época de tiro de combate, eu, Amauri Soares, à época com menos de 30 anos de idade, fiz em plenas condições físicas, tive que passar por cima de uma árvore em cima de um penhasco - era um tronco de árvore que balançava sobre o penhasco. Eu passei, e admito o preconceito, e faço essa autocrítica, porque tinha uma mulher à minha frente e passou. Mas antes de mim e antes dela, vários marmanjos tinham contornado o penhasco, passando por dentro do mato, uma distância enorme, subindo quase uma montanha para não precisar passar por cima daquele tronco, naquele local, naquele penhasco. E como eu era dos mais modernos, ou o mais moderno daquela turma, o sargento mais novo era o último da chamada. Ela era a segunda, ela passou na minha frente. Foi a minha sorte, porque se eu tivesse na frente dela, na linha de chamada, como os outros antigos, possivelmente teria contornado o penhasco para não passar. E ela passou!

Então, essa é uma prova de que a mulher pode inclusive fazer atividades que o próprio homem muitas vezes recua.

Então, devemos refletir sobre essas questões da natureza da profissão da atividade policial e do bombeiro militar. Seria importante que em cada grupo, em cada guarnição de três, quatro, cinco profissionais, houvesse uma mulher, pelo menos. Inclusive porque muitas atividades são constrangedoras para o homem realizar. A abordagem numa feminina é constrangedora, pode gerar até um processo. Dependendo da abordagem necessária a uma mulher, seria melhor se pudesse ser feita por outra mulher. Até mesmo o atendimento médico seria mais produtivo se for feito por uma mulher. Terá mais êxito a ocorrência, se for feita por uma mulher.

Então, acho que 6% são muito pouco, ainda mais se não se consegue preencher os 6% por conta de mecanismos burocráticos, administrativos, ou talvez de outra natureza, até restritivos, que possa haver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, tenho certeza que esse vai ser um belo tema para estarmos discutindo nas próximas sessões.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 014-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Ciro Roza para ausentar-se do País, no período de 25 de abril a 4 de maio do corrente ano, a fim de viajar à República do Suriname, com o objetivo de estreitar as relações de cooperação e conferir *in loco* as oportunidades de negócios e intercâmbio de ideias e programas entre o Estado de Santa Catarina e aquele País.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 25 de abril de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário
Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1133/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 006/2013, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Aquisição de Medalhas, Troféus, Estojos e Placas comemorativas para homenagens.

LOTE ÚNICO -

Vencedora: TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA
Valor do Último Lance: R$ 129.500,00
Florianópolis, 25 de abril de 2013

ANTÔNIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA
PREGOEIRO

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AS DROGAS DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Ás quinze horas do dia vinte e quatro do mês de abril do ano de dois e treze, reuniram-se os Senhores Deputados: Ismael dos Santos, Ana Paula de Lima, Reno Caramori, Antônio Aguiar, Sargento Amauri Soares, Dado Cherem e Gelson Merísio, e registrou ainda a presença do Ilustríssimo Presidente da Casa, Deputado Joares Ponticelli Para Instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate as Drogas. Os Trabalhos foram abertos pelo Deputado Reno Caramori, em obediência ao Regimento Interno da Casa, solicitou aos membros candidatos à Presidente e Vice-Presidente da Comissão, que fizeram suas inscrições, visando concorrer aos cargos. Foi Apresentado o nome do Senhor Deputado Ismael dos Santos para Presidente e da Deputada Ana Paula de Lima para Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto de todos os membros presentes, tendo sido os mesmos, eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição, e fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Ismael dos Santos, agradeceu aos Senhores Deputados Membros da Comissão, pela sua eleição, em seguida o Presidente da Comissão Distribuiu um encarte sobre "Álcool e Direção" e falou das suas intenções no combate a todo tipo de droga e pediu o apoio dos membros, e principalmente o apoio da Deputada Ana Paula de Lima, a Vice-Presidente da Comissão. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, principalmente as Senhoras Kátia Rebello e Denise Valério da Silva, ambas da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e a Senhora Gladis Helena da Silva, da Secretaria Estadual da Saúde. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, eu Alexandre Luís Soares, Chefe de Secretaria da Comissão, digitei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e Membros presentes. Florianópolis, em vinte e quatro de abril de dois mil e treze.

Deputado Ismael dos Santos - Presidente
Deputada Ana Paula de Lima - Vice-Presidente
Deputado Gelson Merísio
Deputado Dado Cherem
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Reno Caramori

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL DA 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia nove de abril do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, reuniu-se a Comissão de Proteção Civil, com a presença dos Senhores Deputados membros da comissão Aldo Schneider e Silvio Dreveck e demais deputados convidados, Dirce Heiderscheidt e Sargento Amauri Soares. Os deputados apreciaram um guia orientativo a respeito da Gestão de Riscos e Desastres a ser distribuído nos órgãos de defesa civil nos municípios catarinenses. O material servirá de base para treinamentos a serem realizados em todas as regiões de Santa Catarina. Jean Kuhlmann relatou que seu objetivo é preparar agentes comunitários para atuarem junto à defesa civil em seus municípios em situações de risco e calamidades naturais e para veículos de comunicação. Os cursos serão ministrados em parceria com a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. Após aprovação da proposta pela Mesa, será definida a agenda e as cidades onde serão realizados os treinamentos. Os deputados aprovaram também a sugestão de Kuhlmann para um convite ao secretário estadual da Defesa Civil, Milton Hobus, para que compareça à Assembleia Legislativa e apresente os planos que o órgão detém para Santa Catarina.

Sala de imprensa, 09 de abril de 2013.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e treze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura, na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Reno Caramori, com a presença dos Senhores Deputados: Reno Caramori, Carlos Chiodini, Darci de Matos, Aldo Schneider e Sargento Amauri Soares. Em seguida passou à discussão e votação do PL nº 0341.8/2011, com Emenda Modificativa, avocado pelo presidente e com parecer pela aprovação do mesmo e sua Emenda. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Clarice Rosa Kuhl, Chefe de Comissão, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2013.

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 069/13

Brusque - SC, 25 de janeiro de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **REDE FEMININA DE COMBATE AO CÃNCER DE BRUSQUE**, deBrusquereferente ao exercício de 2012.

Sirley Terezinha Belotto Santos

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 070/13

Ofício nº 072/2013 Lages - SC, 19 de Abril de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PLANALTO SERRANO**, de Lages referente ao exercício de 2012.

Adilson Mendes França

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 071/13

Ofício nº 015/2013 Lages - SC, 19 de Abril de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS - APAE**, de Florianópolis referente ao exercício de 2012.

Sandra Aparecida Plaide

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1170, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MEIBEL PARMEGGIANI**, matrícula nº 7181, na DL/CC - Comissão de Constituição e Justiça, a contar de 24 de abril de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1171, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ARGILIO MELLO ALVES**, matrícula nº 1962, na DL/CC - Comissão de Constituição e Justiça, a contar de 24 de abril de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1172, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva, a contar de 23 de abril de 2013.

Matrícula	Nome	Nível
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	PL/GAB-74
3461	FABRICIO DE SOUZA FARIAS	PL/GAB-71
3503	ALBANES BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	PL/GAB-72
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	PL/GAB-74
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	PL/GAB-68
4028	ALACIR CARDOSO	PL/GAB-47
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	PL/GAB-68
5715	LUIZ CARLOS MENDES	PL/GAB-74
5792	GLADIS ZANETTE BOAROLI	PL/GAB-64
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	PL/GAB-42
6090	MARILÚ BERETA CARDOSO	PL/GAB-41
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	PL/GAB-50
6553	SILVIA MENDES	PL/GAB-49
6557	MARIA JOSEFINA GAVA	PL/GAB-65
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	PL/GAB-45
6744	SERGIO SACHET	PL/GAB-64
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	PL/GAB-22
7140	PABLO AMARAL ANTUNES	PL/GAB-34
7149	GILBERTO FERREIRA	PL/GAB-35
7188	ALBINO REZENDE DE SOUZA	PL/GAB-33
7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	PL/GAB-45
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	PL/GAB-45

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1173, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva, a contar de 23 de abril de 2013.

Matrícula	Nome do Servidor
1095	NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES
1386	LIANA VALESCA FURTADO TOURNIER BIANCHI
1585	VANEO NIEHUES
2159	VILSON JOSE FLORIANO
9069	LAURO SONCINI JUNIOR

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1174, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **VANEO NIEHUES**, matrícula nº 1585, do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva, a contar de 23 de abril de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1175, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa,** a contar de 23 de abril de 2013.

Gab. Dep. Sandro Daumiro da Silva

Matrícula	Nome	Cidade
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	IÇARA
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	CRICIÚMA
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	CRICIÚMA
4028	ALACIR CARDOSO	CRICIÚMA
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	CRICIÚMA
5715	LUIZ CARLOS MENDES	CRICIÚMA
5792	GLADIS ZANETTE BOAROLI	IÇARA
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	BLUMENAU
6090	MARILÚ BERETA CARDOSO	CRICIÚMA
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	FLORIANÓPOLIS
6553	SILVIA MENDES	IÇARA
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	LAGUNA
6744	SERGIO SACHET	FLORIANÓPOLIS
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	LAGUNA
7140	PABLO AMARAL ANTUNES	SÃO JOAQUIM
7149	GILBERTO FERREIRA	CRICIÚMA
7188	ALBINO REZENDE DE SOUZA	ARARANGUÁ
7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	TUBARÃO
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	ROMELÂNDIA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1176, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MANUELLA GREGORIO WENSING para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1177, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ÂNGELO VICENTE CIPRIANI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PSDB - Cocal do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1178, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JEAN CARLOS ROSA**, matrícula nº 7301, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1179, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EMERSON LUCIANO STEIN**, matrícula nº 5462, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1180, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **KLEYDE CAMARGO**, matrícula nº 7251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1181, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR KLEYDE CAMARGO, matrícula nº 7251, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2013 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1182, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RICARDO ANDREI MALLMANN para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1183, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MAGDA BIANCHINI MATTOS**, matrícula nº 1477, na DL/CC - Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, a contar de 25 de abril de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1184, de 25 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Coordenadoria de Informações **LEONIR BERNARDI**, servidor do Prefeitura Municipal de Chapecó, colocado à disposição na Assembléia Legislativa, sob a égide do Convênio e seu Primeiro Aditivo de Cooperação Técnico-Institucional, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Chapecó e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Carlos Alberto de Lima e Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 116.1/13

Dispõe sobre a criação do Selo Verde +, para os municípios que tenham na área urbana, no mínimo, uma árvore a cada 5 (cinco) habitantes.

Art. 1º Fica instituído o Selo Verde +, a ser conferido pelo Governo do Estado de Santa Catarina aos municípios que tenham, em área urbana, no mínimo, uma árvore a cada 5 (cinco) habitantes.

§ 1º Os municípios contemplados com o selo proposto no *caput* terão prioridade na obtenção de recursos do Estado destinados a programas especiais nas áreas de saneamento, infra-estrutura básica, habitação, saúde, educação e transporte, observada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º As árvores a que se refere o *caput* abrangem apenas aquelas, preferencialmente de espécies nativas, situadas nas vias, praças e demais logradouros públicos, excluindo-se as localizadas em áreas privadas, nos parques e nas demais unidades de conservação situadas na área urbana.

§ 3º A definição de árvore, para os fins a que se destina esta lei, se dará na forma do regulamento.

§ 4º A população municipal considerada para fins do previsto no *caput* será aquela constante na mais recente Contagem da População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível.

§ 5º A contabilização das árvores para fins do previsto no *caput* deverá ser feita anualmente pela própria Prefeitura Municipal, a partir de planilhas de quantitativos e localização, que deverá estar disponível para eventual fiscalização e controle.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/13

JUSTIFICATIVA

Submeto aos presentes pares a presente matéria que tem por escopo fomentar a adoção de práticas sustentáveis nas áreas urbanas de forma a garantir no mínimo, a existência, de uma árvore a cada cinco pessoas dentro das zonas urbanas, e contribuir, dessa maneira, para um avanço considerável na melhoria direta da qualidade de vida da população.

Com efeito, o fato de cada município contemplado com o Selo Verde + vier a ter prioridade na obtenção de recursos do Governo Estadual, destinados a programas especiais nas áreas de saneamento, infra-estrutura básica, habitação, saúde, educação e transporte, faz com que, também do ponto de vista ambiental a melhoria da qualidade de vida tornar-se-á especialmente no Estado de Santa Catarina..

Diversos estudos científicos denunciam a ilha de calor que se forma sobre os centros urbanos e o papel desempenhado pela arborização na mitigação desse efeito, ainda mais em tempos de aquecimento global. Além disso, as árvores são também essenciais na dispersão da poluição atmosférica produzida por fontes móveis e fixas e na manutenção de diversificada fauna nas áreas urbanas, entre inúmeros outros efeitos benéficos à qualidade de vida da população.

Preliminarmente convém lembrar que em nada estamos ferindo competência constitucional com este nosso projeto de lei, uma vez que a própria Carta Magna determina a obrigação do Estado de cuidar e preservar o meio ambiente natural e artificial bem como a qualidade de vida e a saúde da população.

Ademais a redação do art. 24 da Lei Maior é clara ao estabelecer a competência legiferante concorrente aos Estados da Federação:

> Art. 24 Compete à União, aos **Estados,** e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
>
> (...)
>
> VI - florestas, caça, pesca, fauna, **conservação da natureza**, **defesa do solo e dos recursos naturais**, **proteção do meio ambiente e controle da poluição** . (grifou-se)

Além disso, ressalta-se e é importante ressaltar, que a presente proposição não impõe obrigações aos municípios, apenas e tão somente concede incentivos àqueles que quiserem aderir ao projeto.

Assim sendo, apresentamos à avaliação dos Nobres Pares a proposição em apreço, na certeza de que esta representará um importante passo no desenvolvimento social-ambiental não só do ponto de vista local, como também estadual.

Deputada Angela Albino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 117.2/13

Cria o Programa CONSCIÊNCIA AMBIENTAL.

Art. 1º Fica criado o Programa CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, com a finalidade de conscientizar a sociedade sobre a importância e a necessidade da preservação ambiental, mediante a promoção de campanhas educativas, de arborização e de preservação de mananciais.

Art. 2º O programa de que trata esta Lei consiste, entre outras medidas pertinentes, na promoção de campanhas educativas de conscientização ambiental junto aos alunos da rede pública e privada de ensino, no plantio e na preservação de espécies nativas às margens de mananciais e no plantio de árvores em espaços e vias públicas, com o consentimento dos órgãos afins da Municipalidade, quando for o caso.

§ 1º Com intuito de viabilizar as ações e objetivos previstos nesta Lei, o Estado poderá realizar parcerias com outras entidades e órgãos públicos, com organizações da sociedade civil, autarquias, fundações de direito público ou privado e instituições de ensino.

§ 2º O programa poderá ser patrocinado por empresas, de acordo com critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 3º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/13

JUSTIFICATIVA

Prescreve expressamente a Constituição Federal que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (Art. 225 CF)

Como não poderia ser diferente, por sua vez, e na mesma sintonia é ponto pacífico na Constituição do Estado, a determinação de que todos os cidadãos têm direito a meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do estado e da coletividade, sua defesa e conservação para esta e as gerações futuras.

A referida Carta Estadual garante, ainda, como objetivos prioritários do Estado, a participação do cidadão na discussão de temas de seu interesse, promovendo a regionalização da ação administrativa e a criação de condições para a segurança e a ordem publica.

Para assegurar a efetividade dos direitos consagrados pela Constituição, o Estado deve promover a educação ambiental, devendo, também, incentivar a discussão entre os cidadãos de temas relevantes à sua segurança pessoal e bem estar.

A melhor forma de se obter o comprometimento de uma comunidade para com a melhoria de suas condições de vida é sensibilizando e fomentando sua participação na discussão de temas e aspectos que influam no seu dia a dia.

Para tanto, se faz necessária a integração entre comunidade escolar e autoridades locais, e dos diferentes segmentos da sociedade civil organizada, portanto a proposta pela presente propositura, poderá contribuir para o debate e a persecução da melhoria da qualidade de vida.

Deputada Angela Albino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 118.3/13

Dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal, que liga os municípios de 13 de Maio e Morro da Fumaça, e dá outras providências

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a estadualizar a estrada que liga os municípios de 13 de Maio e Morro da Fumaça.

Art. 2º A estrada de que trata o artigo anterior terá uma extensão de 15 (quinze) quilômetros.

Parágrafo único. A referida rodovia será incorporada à malha rodoviária estadual do Programa Rodoviário Estadual - PRE após a respectiva publicação do Decreto de estadualização.

Art. 3º Fica ainda autorizado o Governo do Estado a realizar todas as obras necessárias para a sua restauração, pavimentação e conclusão.

Art. 4º A estrada de que trata o art. 1º terá a classificação de "Rodovia SC".

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/13

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A referida estrada liga os municípios de 13 de Maio e Morro da Fumaça, tem uma extensão de 15 quilômetros, diminuindo sem dúvida a distância entre estes Municípios.

Por aquele local escoa toda a produção da região, tem grande movimentação de veículos e em dias de estiagem o pó trás muitos transtornos e em dias de chuva o barro dificulta o descolamento dos moradores.

Os Municípios por si só não dispõem de recursos próprios para a manutenção e conservação da estrada o que ressalta a reivindicação da população para a sua estadualização o que contribuirá para o progresso dos municípios, além de facilitar o traslado da população agrícola dentre outras atividades realizadas.

A referida Rodovia dá acesso a centenas de propriedades rurais, todo movimento agropecuário, escoamento da produção de leite, suinocultura, avicultura e agricultura, o que por si só justifica qualquer investimento em virtude do seu alto índice de produção.

Em 2012, não suportando a situação precária, os moradores como forma de protesto fecharam essa rodovia.

Essa é uma justa reivindicação da comunidade regional, das lideranças e dos vereadores Giovani Rocha (PT), João Luiz Nandi (PMDB), Manoel Ricardo Rodrigues (PMDB) e Zilberto Redivo (PMDB).

Portanto, entendemos que a estadualização da estrada proporcionará um fluxo mais ativo de cargas e passageiros naquela localidade, barateando o frete e aumentando a competitividade dos produtos ali produzidos, gerando mais riquezas para o nosso Estado, bem como, implicará em ganho de qualidade de vida para a população das comunidades que por ali trafegam.

Tendo em vista o alcance benéfico deste Projeto de Lei e do relevante caráter social, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 119.4/13

Obriga aos órgãos estaduais e as concessionárias de serviços públicos estaduais a disponibilizarem seus cadastros de consumidores às Autoridades Policiais, para fins de investigação policial.

Art. 1º Ficam obrigados os órgãos públicos prestadores de serviços e as concessionárias de serviços públicos a disponibilizarem seus cadastros de consumidores às autoridades policiais, com a exclusiva finalidade de investigação policial.

Parágrafo único. Para fins desse artigo são considerados consumidores os cidadãos atendidos pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e pela Rede Pública Estadual de Saúde.

Art. 2º Os cadastros serão disponibilizados ao Sistema Integrado de Segurança Pública- SISP, somente para consulta.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauricio Eskudlark

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/13

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei em epígrafe tem por objetivo minorar as dificuldades encontradas na investigação, tornando-a mais célere e, com isso, aumentando a probabilidade de sucesso do procedimento policial.

Através do compartilhamento de informações, tendo acesso ao banco de dados destes órgãos públicos, a investigação torna-se mais ágil e eficaz para encontrar endereços e informações de pessoas envolvidas em atos criminosos.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

Deputado Maurício Eskudlark

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 120.8/13

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica e Toxicologistas Clínicos - Abracit, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica e Toxicologistas Clínicos - Abracit, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/13

JUSTIFICATIVA

Tem a presente proposição o escopo de declarar de utilidade pública estadual a Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica e Toxicologistas Clínicos - Abracit, com sede em Florianópolis.

No que tange às exigências da Lei nº 15.125/2010, a matéria encontra-se instruída com os seguintes documentos: inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, declaração de efetivo funcionamento firmada por Membro do Poder Legislativo Municipal, ata de fundação, estatuto, ata da eleição e posse da diretoria em exercício, relatório circunstanciado com as atividades realizadas, cópia da lei de utilidade pública municipal. Ademais, a entidade cumpre os requisitos de encontrar-se constituída no Estado de Santa Catarina, bem como não remunera os cargos de diretoria e não distribui lucros e/ou vantagens aos dirigentes, mantenedores ou associados.

Quanto ao mérito, a Entidade faz jus ao reconhecimento de utilidade pública estadual, pois se trata de uma Associação sem fins econômicos, que desenvolve atividades de interesse coletivo, promovendo o desenvolvimento científico, a pesquisa e o conhecimento na área de toxicologia clínica, a fim de contribuir para a prevenção de intoxicações e maior qualificação do atendimento a pacientes intoxicados.

Suas atividades se distinguem por beneficiar largo espectro da população, dedicando recursos e energias ao atendimento direto de necessidades de segmentos, servindo como um “braço” do Estado, disseminando informações sobre Toxicologia aos serviços de saúde e à comunidade.

Deputada Angela Albino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0121.9/2013

Proíbe o comércio de produtos que contenham em sua composição o princípio ativo aldicarbe, conhecido como chumbinho.

Art. 1º Fica vedada a comercialização, no Estado de Santa Catarina, de produtos que contenham em sua composição o princípio ativo aldicarbe, do grupo químico metilcarbamato de oxima, conhecido como “chumbinho”.

Art. 2º O descumpnmento do disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

- advertência por escrito da auto ridade competente;

II - multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-MIFGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

III - suspensão do alvará de funcionamento a partir da terceira reincidência, até a devida regularização.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/13

JUSTIFICATIVA

A proteção e a defesa do consumidor foram consagradas pelo texto constitucional e igualmente na Constitução Estadual (art. 150 - CE/89), como direitos fundamentais do indivíduo, elevados à categoria de princípio geral da atividade econômica (art. 170, inciso V, da CF/88) e garantia individual (art. 5º, inciso XXXII, da CF/88), revestindo-se de relevante interesse coletivo.

Neste sentido, não há impedimento à edição de lei, no âmbito do Estado de Santa Catarina, para dar cumprimento às prescrições do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que é concorrente a competência dos Estados e da União para legislar sobre consumo, conforme previsão do art. 24, inciso V, da Constituição Federal.

Ademais, o carbamato aldicarbe, popularmente apresentado como “chumbinho” em razão da sua forma de apresentação, em pequenos grãos de cor cinza-chumbo, é uma substância agrotóxica, extremamente letal e proibida no Brasil, mas, mesmo assim, e encontrado em estabelecimentos especializados em produtos agricolas.

Em algumas cidades, o “chumbinho” é encontrado até mesmo em feiras livres e nos camelôs, sendo usado popularmente como raticida, além de que possui histórico como causador de intoxicações acidentais, principal mente de crianças.

Atualmente os maiores problemas causados pela substância estão relacionados ao uso criminoso contra animais, havendo, inclusive inúmeros registros da morte de cães e gatos por "chumbinho".

Desta forma, conto com meus nobres Pares a fim de aprovar o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 122.0/13

Institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina, denominado Observatório da Violência contra a Mulher-SC.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina -Observatório da Violência Contra a Mulher-SC, que tem por finalidade ordenar e analisar dados sobre atos de violência praticados contra a mulher no âmbito do Estado, bem como promover a integração entre os órgãos que atendem a mulher vítima de violência.

Parágrafo único. Considera-se violência contra a mulher, para os efeitos desta Lei, os delitos estabelecidos na legislação penal praticados contra a mulher e, em especial, os previstos nos arts. 5º e 7º da Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

Art. 2º São diretrizes da Política de que trata esta Lei:

I - a promoção do diálogo e da integração entre as ações dos órgãos públicos, da sociedade civil e dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo que atendam a mulher em situação de violência, especialmente os órgãos de segurança pública, justiça, saúde, assistência social e educação;

II - a criação de meios de acesso rápido às informações sobre as situações de violência, sobretudo a órgãos do Poder Judiciário que possam agilizar processos judiciais sobre esses casos;

III - a produção de conhecimento e a publicização de dados, estatísticas e mapas que revelem a situação e a evolução ou não da violência contra a mulher em Santa Catarina; e

IV - o estímulo à participação social e a colaboração nas etapas de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas efetivas e adequadas à realidade da mulher em situação de violência, seja na saúde, assistência social, segurança pública ou educação.

Art. 3º São objetivos da Política de que trata esta Lei:

I - promover a convergência de ações nos casos de violência contra a mulher, entre órgãos públicos que atendem mulheres vítimas em situação de violência, nas áreas de segurança pública, saúde, assistência social e justiça, incluindo a Defensoria Pública e Ministério Público;

II - padronizar, sistematizar, harmonizar e integrar o sistema de registro e de armazenamento das informações de violência contra as mulheres, que são atendidas por órgãos públicos ou entidades conveniadas com o Estado, especialmente nas áreas de segurança pública, justiça, saúde, assistência social e educação ;

III - constituir e manter cadastro eletrônico contendo, dentre outras, as seguintes informações:

a) dados do ato de violência: data, horário, local, meio de agressão arma, tipo de delito;

b) dados da vítima: idade, etnia, raça, profissão e atividade econômica da empresa, escolaridade, relação com o agressor, filhos com o agressor, renda;

c) dados do agressor: idade, etnia, raça, profissão, escolaridade, se no momento do fato estava sob efeito de substâncias psicoativas, se há antecedentes criminais;

d) dados do histórico de agressão entre vítima e agressor: se há registro de agressões anteriores, se a vítima estava sob medida protetiva, se a vítima já tinha sido agredida por este e/ou outro agressor, se o agressor já tinha agredido esta e/ou outra mulher;

e) número de ocorrências registradas pelas Polícias Militar e Civil, número de medidas protetivas solicitadas e emitidas pelo Ministério Público, número de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil, número de inquéritos encaminhados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, número de processos julgados e suas respectivas sentenças; e

f) serviços prestados às vítimas por diferentes órgãos públicos: hospitais, postos de saúde, delegacias especializadas de atendimento à mulher, centros especializados de referência à mulher em situação de violência, ou da assistência social, organizações não governamentais;

IV - acompanhar e analisar a evolução da violência contra a mulher, ampliando o nível de conhecimento e produzindo materiais para divulgação de informações sobre esse fenômeno, subsidiando desta forma, a formulação de políticas públicas para as mulheres em Santa Catarina; e

V - disponibilizar informações para que órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada, que atuam na redução e erradicação da violência contra a mulher, possam formular programas e planejar suas ações em consonância com as situações de violência vivenciadas pela mulher.

Art. 4º O Poder Executivo poderá elaborar Política e Plano Estadual do Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina, a partir de diagnóstico, traçando metas, ações e instrumentos de formulação, execução, monitoramento e avaliação que consubstanciem e organizem a Política prevista nesta Lei.

Art. 5º Para a organização, implantação e manutenção da Política de que trata esta Lei, o Poder Executivo Estadual poderá dispor de recursos ordinários e vinculados, programados em seu orçamento anual, além de recursos de outras fontes.

Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a firmar convênios com Municípios e União, bem como com organismos financiadores de políticas públicas, para fins dos objetivos da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/13

JUSTIFICATIVA

A Organização Mundial da Saúde faz o seguinte alerta: de cada dez mulheres no mundo sete serão vítima de violência, no decorrer de sua vida...o Brasil é um dos países que embora tenha a legislação mais avançada nesta área, possui um dos maiores índices de violência do mundo.

Esta situação, que é vergonhosa, tem sua gênese nas relações de poder históricas em nossa sociedade, na qual aprendemos que os homens tem poder sobre as mulheres.

Segundo Ana Amélia, fundadora da União de Mulheres de São Paulo: “A violência contra a mulher deriva de uma ideologia patriarcal.” A violência contra a mulher perpassa todas as fronteiras de classe, raça, etnia, escolarização, profissão e atinge a todos os países independente do grau de desenvol vimento.

O Brasil, como já dissemos, é um dos países com maior índice de violência doméstica do mundo, e, em Santa Catarina, esta expressão da questão social se faz presente em nosso cotidiano nas diferentes formas de manifestação como: a violência física, sexual, patrimonial, moral e psicológica. Segundo pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo denominada: A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados, comprovou que o marido ou companheiro é o principal agressor, utilizando-se da força física, e, em segundo, está o namorado ou ex-namorado.

Infere-se desta feita, que o maior índice de violência ocorre dentro dos lares, melhor dizendo na esfera privada.

Nesta perspectiva, a violência contra a mulher é uma realidade cruel e perversa, que para a formulação de políticas públicas nos exige o conhecimento da mesma a partir de dados que qualifiquem a violência, o agressor, a vítima, a sua condição social, econômica entre outros que desvelem a violência nas suas diferentes formas de manifestação e para tanto se faz necessária a criação do OBSERVATÓRIO DA MULHER.

Este OBSERVATÓRIO tem como objetivo implantar um Sistema Integrado de Informações, criando uma sintonia, uma integração entre as organizações públicas estatais que enfrentam esta questão, concretizado uma padronização na coleta e sistematização de dados, fato que hoje não ocorre em nosso Estado.

Em 2011, segundo o Tribunal de Justiça, foram registrados 18 mil Boletins de Ocorrência de Violência Doméstica, 20 Medidas Protetivas, diariamente, enquanto a Secretaria Estadual de Segurança Pública registrou 11.579 Boletins de Ocorrência, e o Ministério Público 2.711 denúncias.

O fato explicitado justifica o Projeto em tela, que garante a sistematização de dados em relação à mulher em situação de violência, afiançando a formulação de políticas públicas para as mulheres em consonância com a realidade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016/13

MINISTÉRIO PÚBLICO

SANTA CATARINA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 23 de abril de 2013 Oficio n. 251/PGJ/2013

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

CEP: 88.020-900 FLORIANÓPOLIS - SC

Assunto: Encaminha projeto de lei complementar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho anexo, no uso da prerrogativa constante no art. 98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto de lei complementar que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Ministério Público, acompanhado da respectiva exposição de motivos e, no cumprimento do disposto no art. 16, incisos I e II, da Lei Complementar federal n. 101, de 4 de maio de 2000, dos estudos de impacto e adequação orçamentário-financeira, solicitando a Vossa Excelência que determine sua tramitação para apreciação dos senhores Deputados Estaduais, colocando-me, desde logo, à disposição dessa Augusta Casa para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LIO MARCOS MARIN

Procurador-Geral de Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/13

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa, no uso da prerrogativa prevista no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, o anexo Projeto de Lei Complementar que trata de alterações na Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Ministério Público de Santa Catarina.

O projeto ora apresentado tem origem em pedido formulado pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina - SIMPE-SC, e visa a aperfeiçoar a carreira dos servidores, tornar mais equitativa a tabela salarial e corrigir algumas distorções.

A Procuradoria-Geral de Justiça constituiu Comissão para elaborar os estudos, da qual participaram três servidores representantes do respectivo Sindicato, tendo resultado, após várias reuniões com a Administração Superior para as discussões pertinentes, a proposta consolidada no presente projeto, que já foi apresentada em Assembléia Geral da entidade de classe a todos os servidores e pela Procuradoria-Geral de Justiça ao Colégio de Procuradores de Justiça.

O presente projeto de lei complementar contempla as seguintes alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público de Santa Catarina:

a) o aprimoramento da progressão funcional por aperfeiçoamento, passando a possibilitar: (i) a ascenção funcional pela conclusão de cursos de pós-graduação *latu sensu*, em nível de

especialização, e *strictu sensu*, em nível de mestrado e doutorado, disciplinando as respectivas regras; (ii) que uma progressão seja obtida com a realização de cursos à distância, beneficiando, em especial, os servidores lotados no interior do Estado; (iii) o aproveitamento do saldo de horas de cursos realizados cuja carga horária não tenha sido integralmente aproveitada para uma promoção. Essas alterações estão previstas no art. 2º do projeto, que dá nova redação aos parágrafos do art. 11 da Lei Complementar n. 223, de 2002, e acrescenta outros ao mesmo artigo, bem como no art. 13. No campo da progressão funcional, também é proposta a revogação do art. 13 da Lei Complementar n. 223, de 2002, conforme consta no art. 5º do projeto, que impede, hoje, a promoção, mesmo por antiguidade, dos servidores que se encontravam em estágio probatório;

b) a unificação das carreiras em 45 níveis/referência; há no quadro de cargos do Ministério Público três carreiras: a dos cargos dos grupos ocupacionais de Atividades de Nível Básico - ANB, de Nível Médio - ANM e de Nível Superior - ANS. A carreira dos servidores de Nível Superior - ANS já é formada por 45 níveis/referência (de 7F a 11J), contudo, as de Nível Básico (de 5A a 9J) e de Nível Médio (de 6A a 10J) são formadas por 50 níveis/referências. Essa distinção faz com que um servidor de Nível Básico ou de Nível Médio precise de mais promoções e, por consequência, de mais tempo, para percorrer toda a carreira, do que um servidor de Nível Superior, criando distinção entre os servidores sem que para tanto haja qualquer razão. Essa distorção, então, se pretende corrigir com este projeto, fazendo com que todas as carreiras tenham 45 níveis/referências. Para tanto, os níveis/referências iniciais das carreiras dos grupos ocupacionais de Atividades de Nível Básico - ANB e de Nível Médio - ANM se pretende sejam elevados para os níveis/referências '5F' e' 6F', respectivamente. Em face da diminuição em cinco níveis/referências dessas duas carreiras, os servidores ocupantes de seus cargos terão o reenquadramento de até igual número de níveis/referências. Essas alterações estão propostas nos artigos 7º, 8º, 10 e 11 do projeto.

c) a adequação da tabela salarial dos servidores, constante no Anexo XIV da Lei Complementar n. 223, de 2002, para torná-la mais equitativa; o reclame dos servidores, por intermédio de seu Sindicato, é de que o incremento salarial obtido é em uma promoção no inicio da carreira, por exemplo, de Técnico do Ministério-Público (em torno de R$ 53,00), é muito baixo se comparado com o incremento proporcionado pela mesma promoção de um servidor que se encontra no último nível da carreira (em torno de R$ 214,00), chegando a diferença desse incremento a representar, entre o início e o final da carreira, 435,85%. Após inúmeros estudos, sem alterar o valor do vencimento no nível/referência inicial - piso salarial - nem do último nível/referência da carreira (11J), que se mantêm absolutamente iguais aos da atual tabela salarial, chegou-se a uma nova graduação dos coeficientes que compõe cada nível/referência da tabela salarial, permitindo que a mesma promoção, no nível inicial da carreira de Técnico do Ministério Público, passe a representar um incremento salarial de R$ 107,56 e, no final dela, de R$ 181,81, fazendo com que a diferença desse incremento no início e no final da tabela caia para 110,19%. Dessa forma, a distribuição dos valores na tabela salarial se tornou mais equitativa, sem prejudicar a necessária graduação salarial que deve existir nas carreiras, de modo a estimular o constante aperfeiçoamento para as respectivas promoções. Essa alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores está consubstanciada no art. 6º do projeto, Em face da alteração dos valores dos níveis/referências da tabela salarial, e com a concordância do Sindicato dos Servidores, se propõe que não seja alterado o valor nominal dos adicionais de pós-graduação já pagados aos servidores, o que exige o ajuste na sua base de cálculo, que se deseja passe a ser o nível "7" referência "C" da tabela salarial, objeto da nova redação do art. 11-B da Lei Complementar n. 223, de 2002, proposta no art. 1º do projeto;

d) a instituição de Adicional de Graduação, em valor já definido que, com a aprovação do projeto, representará R$ 236,10 (duzentos e trinta e seis reais e dez centavos), que visa a estimular o estudo e a qualificação dos servidores, com a justa retribuição pelo melhor desempenho nas atribuições de seus cargos. Importa registrar que igual adicional já foi instituído, há algum tempo, no Poder Judiciário (art. 14 da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993), sendo fator que dificulta a retenção de talentos no Ministério Público, pois as pessoas vislumbram, com o referido adicional, remuneração mais vantajosa naquele órgão, transferindo-se para ele tão logo obtenham êxito em concurso público. Esse é o objeto dos artigos 11-b, 11-D e 11-E, que se propoe, no art. 3º do projeto, sejam inseridos na Lei Complementar n. 223, de 2002;

e) a instituição de "auxílio-saúde" aos servidores, antiga reivindicação do Sindicato dos Servidores e constante preocupação da Administração Superior do Ministério Público, no sentido de propiciar aos servidores melhores condições para a preservação do bom estado de saúde e seu rápido restabelecimento, quando ela acometida por doenças. O estudo dos afastamentos de servidores do serviço por razões de saúde demonstraram que o estilo de vida contemporâneo e o estresse provocado pelo trabalho tem feito aumentar os afastamentos para tratamento de males da saúde, com reiteradas queixas dos servidores pela demora e pelo custo do tratamento para pronto restabelecimento, o que também acarreta deficiência no serviço prestado pelo Ministério Público. Mesmo reconhecendo o esforço do Governo do Estado para propiciar aos servidores condições para o tratamento de sua saúde a baixos custos, há uma série de procedimentos que não possuem cobertura, em especial no interior do Estado, e o custo de grande número de medicamentos que ainda não são contemplados pelos programas oficiais, tem onerado frequentemente os servidores. Reconhecendo que o trabalho tem grande parcela de contribuição para os males da saúde, se entende como justa a contribuição do Ministério Público para que o servidor possa, com maior rapidez e eficiência, restabelecer sua saúde e retornar ao convívio social e ao trabalho. Nesse sentido, então, a proposta de instituição do "auxílio-saúde", cujos critérios de concessão e valor serão fixados por ato regulamentador do Procurador-Geral de Justiça, não podendo este ultrapassar a 70% do valor do piso salarial dos servidores do Ministério Público. Esse benefício é objeto do art. 21-A que, pelo art. 2º do projeto, se pretende inserir na Lei Complementar n. 223, de 2002.

f) a concessão, aos servidores ocupantes do cargo de "Motorista Oficial I", em extinção, e que exercem as atribuições do cargo de "Motorista Oficial II", de "Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável", no valor equivalente à diferença entre o vencimento do nível/referência das duas carreiras. Essa proposta visa a corrigir uma distorção antiga, oriunda da própria Lei Complementar n. 223, de 2002, e para a qual até recentemente não se vislumbrava uma solução. É que servidores ocupantes dos cargos de "Motorista Oficial I", do grupo ocupacional de, Atividades de Nível Básico - ANB, oriundos do antigo quadro de "Motorista Oficial", e em extinção, exercem exatamente as mesmas funções dos servidores ocupantes do cargo de "Motorista Oficial II", do grupo ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM, criado pela Lei Complementar n. 223, de 2002, para o qual passou a ser exigido maior nível de escolaridade - ensino médio completo, mas percebem remuneração inferior a esses. Recentemente, contudo, esta augusta Assembleia Legislativa deu luzes ao Ministério Público para a solução dessa questão, com edição da Lei Complementar n. 500, de 25 de março de 2010, que ao extinguir o cargo de Oficial de Justiça, de nível médio, e criar idêntico cargo de Oficial de Justiça e Avaliador, mas de nível superior, no quadro de cargos do Poder Judiciário, concedeu aos servidores ocupantes do primeiro que exercessem as funções do segundo, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável. Essa mesma solução, aplicada ao Ministério Público, corrige a distorção de haver em seus quadros servidores ocupantes de dois cargos mas exercendo exatamente as mesmas funções, percebendo, contudo, remunerações distintas. Essa matéria está tratada no novel art. 25-A que se propõe, no art. 3º do projeto, seja inserido na Lei Complementar n. 223, de 2002.

g) a melhor especificação das Funções Gratificadas, especialmente no que diz respeito às atribuições delas em cada um de seus três níveis, visando cumprir expressamente, e por dispositivo legal, o preceito constitucional do art. 37, inciso V, da Constituição Federal. As Funções Gratificadas já estão criadas na Lei Complementar n. 223, de 2002, com seu número máximo e valor nela expressamente fixados. Contudo, as atribuições de cada um de seus três níveis é matéria hoje disciplinada em ato do Procurador-Geral de Justiça. Por entender-se, entretanto, que essa disciplina também deve ser tratada em lei, para perfeito cumprimento do dispositivo constitucional citado, é que se propõe nova redação ao inciso VI do art. 5º e ao caput do art. 17, ambos da Lei Complementar n. 223, de 2002, e a inserção, neste último, de sete parágrafos, tudo para aperfeiçoar o tratamento legal da Função Gratificada no âmbito do Ministério Público. Essas alterações estão propostas nos arts. 1º e 4º do projeto,

h) a alteração do nome do cargo de “Oficial de Diligência” para “Oficial do Ministério Público”, atendendo reivindicação dos servidores ocupantes desse cargo que alegam ser constantemente confundidos, no exercício de suas atribuições, com os Oficiais de Justiça do Poder Judiciário, o que lhes vem causando dificuldades no cumprimento de suas funções; esse o objeto do art. 9º do projeto;

i) por fim, pequenos ajustes para a adequação de contradições e de inconsistências verificadas na Lei Complementar n. 223, de 2002, como: (i) a correta especificação, no art. 20 da citada Lei, dos níveis da tabela salarial, constante no seu Anexo XIV, que desde a edição da Lei Complementar n. 312, de 20 de dezembro de 2005, é composta de onze níveis e não nove, como ainda consta em sua redação; (ii) a adequação dos Anexos I, II e III da Lei Complementar n. 223, de 2002, tanto aos novos níveis/referências iniciais das carreiras dos grupos ocupacionais de Atividades de Nível Básico - ANB e de Nível Médio - ANM, cuja alteração se propõe neste projeto, como da habilitação dos cargos de Analista em Serviço Social, Analista em Psicologia, Motorista Oficial II e Oficial do Ministério Público, aquelas já constantes no Anexo XVII da mesma Lei, vigente desde. a Lei Complementar n. 483, de 4 de janeiro de 2010; (iii) a vedação da concessão de gratificação pelo exercício de `disfunção’, que tem como fundamento o art. 85, inciso VIII, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, instituída no Ministério Público pela Portaria n. 440, de 1992, e que teve importante função na época em que a Instituição tinha um exíguo número de cargos e não possuía quadro de cargos e as carreiras instituídos; essa situação se alterou após a edição da Lei Complementar n. 223, de 2002, não mais se justificando na época atual; (iv) a exclusão da exigência de possuir Carteira Nacional de Habilitação para os candidatos ao cargo de Analista do Ministério Público e de Técnico do Ministério Público, por não ser condição essencial para o exercício das atribuições dos respectivos cargos, acarretando indevida restrição ao acesso a eles; (v) a adequação do Anexo XVII - Atribuições dos Cargos Efetivos, da Lei Complementar n. 223, de 2002, em face das altercações das condições de habilitação antes indicadas e da nomenclatura do cargo de Oficial de Diligência; (vi) a adequação, no mesmo Anexo XVII - Atribuições dos Cargos Efetivos, da Lei Complementar n. 223, de 2002, das atribuições dos cargos de “Auxiliar Técnico do Ministério Público I” e de “Auxiliar Técnico do Ministério Público II”, visto que aquelas descritas, por não estarem relacionadas às atividades fim da instituição, há muito foram absorvidas pelos serviços terceirizados, na forma do Decreto federal n. 2.271. de 7 de julho de 1997, e, por isso, não são mais as exercidas pelos ocupantes desses cargos, de modo que se pretende, com a alteração proposta, adequar a descrição legal às efetivas atribuições hoje desempenhadas pelos servidores, respeitadas as condições de acesso aos cargos.

Anota-se, por fim, que as despesas decorrentes da execução da nova previsão legal, uma vez aprovada, correrão à conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com todos os efeitos patrimoniais a partir de 10 de maio de 2013. Ao texto do projeto de lei seguem a estimativa de impacto financeiro e a declaração de adequação orçamentária e financeira, em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei Complementar federal n. 101, de 4 de maio de 2000.

Assim, ao submeter o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa do Estado, a Instituição, espera a devida atenção dos senhores parlamentares, e conta com sua aprovação.

Florianópolis, 23 de abril de 2013.

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

REPERCUSSÃO FINANCEIRA (6)

Descrição	**2013 (*4)**	**2014 (*5)**	**2015 (*5)**	**2016 (*5)**
Alteração Tabela Salarial	4.792.295,38	7.460.909,88	7.833.951,44	8.225.648,73
Enquadramentos	445.784,59	1.713.762,20	3.378.349,79	3.547.267,28
Adicional de Graduação (*1)	75.770,29	117.963,32	123.861,47	130.054,56
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (Motorista Oficial I)	339.756,28	528.951,11	555.398,66	583.168,59
Auxílio-Saúde (*2)	2.710.835,20	4.066.252,80	4.066.252,80	4.066.252,80
Promoções por Aperfeiçoamento (*3)	224.784,37	472.047,18	861.684,36	1.164.984,58
TOTAL	**8.589.226,11**	**14.359.886,49**	**16.819.498,52**	**17.717.376,54**

*1 - previsão de concessão a 30 servidores

*2 - previsão de fixação no valor de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais)

*3 - previsão de que, com as alterações, os servidores possam obter, em média, uma promoção por aperfeiçoamento/ano

*4 - cálculos considerando reposição salarial de 7,22% a partir de 1º de junho de 2013

*5 - cálculo considerando estimativa de reposição salarial de 5% em cada ano, a partir de 1º de junho

*6 - cálculo já considerando os encargos sociais

RENATO KRAUS

Coordenador de Pagamento de Pessoal, e.e.

LIO MARCOS MARIN

Procurador-Geral de Justiça

COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE - COFIN

INFORMAÇÃO N. 014/2013 Florianópolis, 22 de abril de 2013.

Informa impacto orçamentário e financeiro oriundo da alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Procedimento n. 101215. 1/SGMP).

Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Com vistas ao cumprimento do art. 16, inciso I e II da Lei Complementar Federal n. 101/2000, bem como para fins de informação no Procedimento n. 101215.1/SGMP, que trata do Projeto de Lei Complementar da alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, informamos:

I - ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

De acordo com a memória de cálculo elaborada pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, em anexo, realizamos uma análise da repercussão financeIra do gasto, bem como de sua compatibilidade com o comprometimento da despesa de Pessoal do Ministério Público.

1. Detalhamento da Ação

DESCRIÇÃO DA AÇÃO		0413 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	
VIGÊNCIA		**INÍCIO**	**FIM**
		01/06/13	INDETERMINADO
EVENTO		DESCRIÇÃO DO EVENTO:	
X	CRIAÇÃO	*Projeto de Lei Complementar que trata da alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério do Estado de Santa Catarina (Procedimento n. 2013/005362*	
	EXPANSÃO		
X	APERFEIÇOAMENTO		

2. Estimativa das Despesas (em R$)

NATUREZA	**EXERCÍCIO**		
	2013	**2014**	**2015**
PESSOAL E ENCARGOS	5.878.390.91	10.293.633,69	12.753.245,72
MATERIAL DE CONSUMO	x	x	x
SERVIÇO DE TERCEIROS	2.710.835,20	4.066.252,80	4.066.252,80
OBRAS E INSTALAÇÕES	x	x	x
EQUIPAMENTOS	x	x	x
TOTAL GERAL	8.589.226,11	14.359.886,49	16.819.498,52

3. Impacto Orçamentário no Exercício (em R$)

EXERCÍCIO	**ITENS**			
	PROJETADO	**ORÇADO**	**(%) IMPACTO PREVISTO LRF**	**(%) PROJETADO LRF**
2013	5.878.390,91	12.000.000,00	0,03	1,64

4. Impacto Orcamentário nos três Exercicios Seguintes (em R$) ITENS

EXERCÍCIO	**ITENS**				
	PROJETADO	**ORÇADO - PPA**	**RCL de 04/2012 a 03/2013**	**(%) IMPACTO NA LRF**	**(%) PROJETADO LRF**
2013	8.589.226,11	472.097.440,00	14.676.922.282,30	0,03	1,64
2014	14.359.886,49	472.097.440,00	**(%) DESP. PESSOAL**	0,05	1,66
2015	16.819.498,52	472.097.440,00	1,61	0,06	1,67

Nota 1: Foram excluídos do computo das despesas com pessoal de que trata o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores correspondentes a implantação do auxílio saúde.

II - DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins do disposto no Art. 16, I e II, da Lei Complementar n. 101/2000, que o aumento da despesa, de que trata Projeto de Lei Complementar de alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Procedimento n. 101215.1/SGMP), tem previsão orçamentária e financeira, em consonância com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) vigente e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO).

Era o que tinhamos a informar.

MÁRCIO ABELARDO ROSA
Coordenador de Finanças e Contabi lidade
NELCY VOLPATO
Gerente de Contabi lidade

COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

REPERCUSSÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - GASTOS COM PESSOAL

PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PERÍODO DE APURAÇÃO: ABRIL/2012 A MARÇO/2013		**EXERCÍCIO**		
MINISTÉRIO PÚBLICO		**2013**	**2014**	**2015**
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	**301.830.400,93**	**4.644.761,68**	**8.190.293,44**	**9.768.474,83**
Pessoal Ativo	232.325.870,12	4.644.761,68	8.190.293,44	9.768.474,83
Pessoal Inativo e Pensionistas	69.504.530,81	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização	-	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	**64.842.631,66**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	**10.758,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Decorrentes da Decisão Judicial	-	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas de Exercícios Anteriores	10.760.145,21	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	54.071.728,07	0,00	0,00	0,00
Despesas Líquida com Pessoal - MINISTÉRIO PÚBLICO 1	**236.987.769,27**	**4.644.761,68**	**8.190.293,44**	**9.768.474,83**
Receita Corrente Líquida	**14.676.922.282,30**	**14.676.922.282,30**	**15.410.768.396,42**	**16.181.306.816,24**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL sobre a RCL	1,61%	0,0316%	0,0531%	0,0604%
Limite Máximo Legal	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Limite Prudencial (95% do Limite Máximo Legal)	1,90%	1,90%	1,90%	1,90%
Limite de Alerta (90% do Limite Máximo Legal)	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%
IMPACTO ANUAL NA LRF	**1,61%**	**1,646%**	**1,668%**	**1,675%**

Nota 1: Considerando que o crescimento do Receita Corrente Liquida no atual exercício até o momento obteve uma média de 4% de crescimento, projetamos para os exercícios de 2014 e 2015, um Incremento de 5% no crescimento do Receita Corrente Líquida.

Nota 2: Nas despesas de Pessoal do Exercício corrente, não foi considerado outros incrementos decorrentes de criação de cargos, reposições salariais, preenchimento de cargos vagos, etc, por terem sido definidos até o momento pela Administração Superior.

Florianópolis, 22 de abril de 2013.

MÁRCIO ABELARDO ROSA
Coordenador
Coordenadoria de Finanças e Contabi lidade
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
48-3330-255 - Fax 48-3330-2509
cofin@mp.sc.gov.br I www.mp.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N. 16.4/2013

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 223, de 2002.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso VI do art. 5º, o *caput* do art. 11-B e o *caput* do art. 20, todos da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5º ....

....

VI - Função Gratificada - conjunto de atribuições, classificadas segundo a natureza e o grau das responsabilidades, atribuídas por critério de confiança exclusivamente a servidor ocupante de cargo efetivo da estrutura organizacional do Ministério Público, ou colocados à sua disposição, e desempenhadas na unidade a qual estiver vinculada a função; (NR)"

....

"Art. 11-B. O Adicional de Pós-Graduação incidirá sobre o vencimento relativo ao nível "7", referência "C", do Quadro de Vencimento dos Cargos de Provimento Efetivo - Anexo XIV, observado o seguinte: (NR)"

....

"Art. 20. O quadro de vencimento estabelecido no Anexo XIV desta Lei Complementar é constituído de coeficientes, dispostos em onze níveis verticais e dez referências horizontais por nível. (NR)"

Art. 2º O artigo 11 da Lei Complementar n. 223, de 2002, passa a vigorar com o acréscimo de parágrafos, renumeração dos §§ 2º a 6º, e com a seguinte redação:

"Art. 11 ....

I - uma referência por conclusão de curso de curta duração, observada carga horária mínima de cento e vinte horas/aula; (NR)

II - duas referências por conclusão de curso de graduação; e (NR)

III - até quatro referências por conclusão de curso de pós-graduação, segundo os seguintes parâmetros: (NR)

a) duas referências por conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu*, com a obtenção do título de especialista;

b) três referências por conclusão de curso de pós-graduação *strictu sensu*, com a obtenção do título de mestre;

c) quatro referências por conclusão de curso de pós-graduação *strictu sensu*, com a obtenção do título de doutor.

§ 1º A promoção por conclusão de curso de curta duração fica limitada a duas referências por ano civil. (NR)

§ 2º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, será permitido o aproveitamento de, no máximo, duzentas e quarenta horas/aula para cada curso de curta duração.

§ 3º A promoção por conclusão de curso de graduação ou de pós-graduação fica limitada, consideradas as duas hipóteses, a uma por ano civil, com interstício de três anos para nova promoção tendo por fundamento o disposto nos incisos II e III do *caput* deste artigo, independentemente da data de sua conclusão.

§ 4º Os cursos referidos no inciso I do *caput* deste artigo deverão relacionar-se com as atribuições do cargo efetivo do servidor, ou do órgão do Ministério Público onde exerça as suas funções, ou afins, cabendo à Administração Superior, mediante requerimento do interessado, reconhecê-los ou não para efeito de imediata promoção por aperfeiçoamento no seu cargo efetivo. (NR)

§ 5º Os cursos referidos nos incisos II e III do *caput* deste artigo deverão relacionar-se com as áreas de conhecimento do Ministério Público, cabendo à Administração Superior, a requerimento do interessado, reconhecê-los ou não para efeito de promoção por aperfeiçoamento no seu cargo efetivo, vedado seu aproveitamento para nova promoção.

§ 6º Os servidores efetivos do quadro de pessoal do Ministério Público de Santa Catarina do Grupo de Atividades de Nível Superior - ANS somente poderão obter a progressão por aperfeiçoamento de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, valendo-se de curso diverso daquele apresentado para comprovar a condição exigida para o ingresso no seu cargo.

§ 7º Para a promoção por aperfeiçoamento, os cursos referidos no inciso I do *caput* deste artigo deverão:

a) para os servidores já ocupantes de cargos efetivos em 15 de janeiro de 2002, ter sido concluídos após essa data;

b) para os servidores que ingressaram no Ministério Público após 15 de janeiro de 2002, ter sido concluídos após a data de sua posse. (NR)

§ 8º Para a promoção por aperfeiçoamento de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo, não poderão ser aproveitados os cursos de graduação e de pós-graduação utilizados para o enquadramento dos servidores levado a efeito pelo art. 23 desta Lei Complementar.

§ 9º A repercussão financeira da promoção por aperfeiçoamento se dará a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso para esse fim, devidamente instruído.

§ 10. É permitida a cumulação de cursos para a contagem da carga horária a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, desde que cada um deles alcance, no mínimo, vinte horas/aula, vedado seu aproveitamento para nova promoção. (NR)

§ 11. Para os efeitos do parágrafo anterior, o aproveitamento de cursos promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e de acordo com a política de aperfeiçoamento funcional, deverão contar com carga horária mínima de doze horas/aula. (NR)

§ 12. É permitido, para a obtenção da promoção por aperfeiçoamento prevista no inciso I do *caput* deste artigo, o aproveitamento de cursos à distância, respeitado o limite máximo de cento e vinte horas/aula por ano civil.

§ 13. A carga horária de cursos de curta duração que exceder ao número de horas previsto no inciso I do *caput* deste artigo para uma promoção por aperfeiçoamento, poderá ser utilizada para outra promoção, ainda que noutro ano civil, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 14. É vedado, para fins de promoção por aperfeiçoamento, o aproveitamento de treinamentos promovidos ou custeados pelo Ministério Público, assim entendidos aqueles que visem à execução de atividades para as quais sejam exigidas habilidades técnicas específicas.

§ 15. Ao servidor ocupante de cargo comissionado é vedado o aproveitamento, para fins da promoção por aperfeiçoamento de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, de curso de curta duração realizado integralmente durante o exercício do referido cargo. (NR)"

Art. 3º A Lei Complementar n. 223, de 2002, passa a vigorar acrescida dos arts. 11-C, 11-D, 11-E, 21-A e 25-A, com as seguintes redações:

"Art. 11-C. Fica instituído o Adicional de Graduação, destinado aos servidores efetivos do quadro de pessoal do Ministério Público de Santa Catarina, portadores de diploma de conclusão de curso de graduação em nível superior que, na forma da legislação específica, for reconhecido e ministrado por instituição de ensino credenciada ou reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC - ou pelo Conselho Estadual de Educação, observado o disposto no § 5º do art. 11.

§ 1º Os servidores efetivos do quadro de pessoal do Ministério Público de Santa Catarina do Grupo de Atividades de Nível Superior - ANS somente terão direito ao Adicional de Graduação para curso diverso daquele apresentado para comprovar a condição exigida para o ingresso no seu cargo.

§ 2º Não será admitido, para a concessão de Adicional de Graduação, o aproveitamento de curso de graduação em nível superior já utilizado pelo servidor para a progressão funcional por aperfeiçoamento de que trata o inciso II do art. 11 desta Lei Complementar.

Art. 11-D. O valor do Adicional de Graduação é de cinco por cento do vencimento do nível "7", referência "C", do Quadro de Vencimento dos Cargos de Provimento Efetivo - Anexo XIV.

§ 1º A repercussão financeira se dará a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso, que deverá estar acompanhado de fotocópia do diploma ou certificado de conclusão, ou ainda, de declaração de conclusão de curso emitida pela instituição de ensino.

§ 2º Sobre o Adicional de Graduação incide o Adicional por Tempo de Serviço.

Art. 11-E. É vedada a cumulação do Adicional de Graduação com o de Pós-Graduação e com a gratificação de que trata o art. 85, inciso VIII, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985."

....

"Art. 21-A. Fica instituído aos servidores o 'auxílio-saúde', na forma de prestação pecuniária mensal, cujos requisitos para concessão serão disciplinados pelo Procurador-Geral de Justiça, observado o valor máximo de setenta por cento do vencimento equivalente ao nível "1", referência "A", do Quadro de Vencimento dos Cargos de Provimento Efetivo - Anexo XIV, desta Lei Complementar."

....

"Art. 25-A. Aos servidores ocupantes do cargo efetivo de "Motorista Oficial I", do Grupo de Atividades de Nível Básico - ANB, será concedida, pelo exercício das atribuições do cargo efetivo de "Motorista Oficial II", do Grupo de Atividades de Nível Médio - ANM, Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável, no valor correspondente à diferença entre o vencimento do seu nível/referência e o daquele correspondente da carreira do Grupo de Atividades de Nível Médio - ANM.

§ 1º A vantagem de que trata este artigo, devida a partir de 1º de maio de 2013, integrará os vencimentos do servidor para fins de aposentadoria e disponibilidade, e se estende aos servidores aposentados no cargo de "Motorista Oficial I".

§ 2º O valor da vantagem pessoal prevista no art. 25 desta Lei Complementar será reduzido no valor equivalente ao incremento remuneratório auferido em face do recebimento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável de que trata este artigo."

Art. 4º O art. 17 da Lei Complementar n. 223, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos §§ 1º a 7º:

"Art. 17. As Funções Gratificadas são de nível 1 (um), 2 (dois) e 3 (três), limitadas a 30% (trinta por cento) dos cargos de provimento efetivo do Ministério Público, possuem caráter temporário e serão concedidas pelo Procurador-Geral de Justiça. (NR)

§ 1º A Função Gratificada não exime o servidor do exercício das atribuições do cargo de que é titular, e será concedida em função da atribuição de maiores responsabilidades ou de responsabilidades distintas daquelas inerentes ao seu cargo efetivo.

§ 2º São Funções Gratificadas de nível 1 (FG1) as desempenhadas:

I - pelos membros de Comissões Permanentes, assim designadas em ato do Procurador-Geral de Justiça;

II - pelos Motoristas Oficiais do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral do Ministério Público e dos Subprocuradores-Gerais; e

III - pelos Pregoeiros Oficiais.

§ 3º São Funções Gratificadas de nível 2 (FG2) as desempenhadas:

I - pelos membros de Comissões Especiais de Trabalho constituídas pelo Procurador-Geral de Justiça, desde que, pela complexidade, duração ou importância das tarefas que lhes forem cometidas, lhes sejam expressamente atribuídas; e

II - pelos servidores aos quais sejam atribuídas funções de assessoramento técnico.

§ 4º São Funções Gratificadas de nível 3 (FG3) as desempenhadas pelos Chefes de Setores.

§ 5º A remuneração das Funções Gratificadas é a constante no Anexo XVI desta Lei.

§ 6º Ato do Procurador-Geral de Justiça estabelecerá, respeitado o limite constante no *caput* deste artigo, a quantidade de Funções Gratificadas em cada um de seus níveis.

§ 7º É vedada a cumulação de Funções Gratificadas."

Art. 5º Fica revogado o art. 13 da Lei Complementar nº 223, de 2002.

Art. 6º Ficam alterados os coeficientes do quadro de vencimento da Lei Complementar n. 223, de 2002, passando o seu Anexo XIV a vigorar conforme previsto nesta Lei Complementar.

Art. 7º A carreira dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério Público do grupo ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM passa a ter início no nível "6" e referência "F".

Art. 8º A carreira dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério Público do grupo ocupacional de Atividades de Nível Básico - ANB passa a ter início no nível "5" e referência "F".

Art. 9º O cargo de provimento efetivo de "Oficial de Diligência", integrante do Quadro de Pessoal do Ministério Público, constante nos Anexos II e XVII da Lei Complementar n. 223, de 2002, passa a denominar-se "Oficial do Ministério Público".

Art. 10. Ficam alterados os Anexos I, II e III, da Lei Complementar n. 223, de 2002, na forma prevista nesta Lei Complementar.

Art. 11. Os servidores efetivos do quadro de pessoal do Ministério Público de Santa Catarina do Grupo de Atividades de Nível Médio - ANM - e do Grupo de Atividades de Nível Básico - ANB serão reenquadrados com o acréscimo de até cinco referências, obedecidos os limites das respectivas carreiras, da seguinte forma:

a) uma referência em 1º de maio de 2013;

b) duas referências em 1º de maio de 2014;e

c) duas referências em 1º de novembro de 2014.

Parágrafo único. Efetuados os novos enquadramentos decorrentes desta Lei Complementar, o valor da vantagem pessoal prevista no art. 25 da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, será reduzido no montante do incremento remuneratório recebido.

Art. 12. É vedada, a partir da publicação desta Lei Complementar, a concessão de gratificação pelo exercício de "disfunção" tendo como fundamento o disposto no art. 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

Art. 13. O aproveitamento do saldo de horas em cursos de curta duração, conforme previsto no § 13 do artigo 11 da Lei Complementar n. 223, de 2002, somente será possível para os cursos concluídos após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 14. Os servidores efetivos ocupantes de cargos de provimento em comissão poderão requerer, após a exoneração deste, a progressão de que trata o inciso I do art. 11 da Lei Complementar n. 223, de 2002, aproveitando cursos de curta duração concluídos até a publicação desta Lei Complementar, ainda que efetuados durante o exercício do referido cargo.

Art. 15. Fica excluída a condição de 'possuir carteira nacional de habilitação categoria B' da habilitação profissional exigida para os cargos efetivos de "Analista do Ministério Público" e de "Técnico do Ministério Público", do Quadro de Pessoal do Ministério Público, constante no Anexo XVII - Atribuições dos Cargos Efetivos, da Lei Complementar n. 223, de 2002.

Art. 16. O Anexo XVII - Atribuições dos Cargos Efetivos, da Lei Complementar n. 223, de 2002, fica alterado em relação aos cargos de "Analista do Ministério Público", "Analista em Serviço Social", "Analista em Psicologia", "Oficial do Ministério Público", "Técnico em Informática", "Técnico do Ministério Público", "Auxiliar Técnico do Ministério Público I" e "Auxiliar Técnico do Ministério Público II", conforme previsto nesta Lei Complementar.

Art. 17. Os candidatos aprovados em concursos para cargos do Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM realizados antes da publicação desta Lei Complementar e que forem convocados para admissão após essa data, serão nomeados no nível "6" e referência "A", para o qual realizaram o concurso público, sendo-lhes aplicado, com efeitos a partir da posse, o reenquadramento de que trata o art. 11 desta Lei Complementar.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos patrimoniais a partir de 1º de maio de 2013.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

ANEXO I

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

CARGOS (*1)	NÍVEL REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL REFERÊNCIA FINAL	N. DE CARGOS
Analista em Administração	7F	11J	05
Analista de Geoprocessamento	7F	11J	02
Analista em Tecnologia da Informação	7F	11J	28
Analista do Ministério Público	7F	11J	34
Analista em Arquitetura	7F	11J	04
Analista em Serviço Social (*2)	7F	11J	16
Analista em Auditoria	7F	11J	05
Analista em Biblioteconomia	7F	11J	05
Analista em Biologia	7F	11J	03
Analista em Contabilidade	7F	11J	13
Analista em *Design* Gráfico	7F	11J	01
Analista em Economia	7F	11J	01
Analista em Engenharia Agronômica	7F	11J	02
Analista em Engenharia Civil	7F	11J	04
Analista em Engenharia Sanitária	7F	11J	01
Analista de Dados e Pesquisas	7F	11J	01
Analista em Geologia	7F	11J	01
Analista em Psicologia (*2)	7F	11J	04
Analista em Pedagogia	7F	11J	01
Analista em Letras	7F	11J	02
Analista em Arquivologia	7F	11J	02
TOTAL			135

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, se houver.

(*2) - HABILITAÇÃO: Portador de curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional e Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

Nível/Ref.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
7						6,4322	6,5768	6,7213	6,8658	7,0103
8	7,1548	7,2993	7,4453	7,5942	7,7461	7,9011	8,0591	8,2203	8,3847	8,5524
9	8,7234	8,8979	9,0758	9,2573	9,4425	9,6313	9,824	10,0205	10,2209	10,4253
10	10,6338	10,8465	11,0634	11,2846	11,5103	11,7405	11,9754	12,2149	12,4592	12,7084
11	12,9625	13,2218	13,4862	13,7559	14,0311	14,3117	14,5979	14,8899	15,1877	15,4914

ANEXO II

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM

CARGOS	NÍVEL REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL REFERÊNCIA FINAL	N. DE CARGOS
Motorista Oficial II (*3)	6F	10J	21
Oficial do Ministério Público (*4)	6F	10J	28
Programador de Computador (*2)	6F	10J	14
Técnico Contábil (*2)	6F	10J	10
Técnico em Editoração Gráfica (*2)	6F	10J	01
Técnico em Informática (*2)	6F	10J	58
Técnico do Ministério Público (*1)	6F	10J	210
TOTAL			342

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do ensino médio.

(*2) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do ensino médio, com curso técnico na área de atuação.

(*3) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do ensino médio e Carteira Nacional de Habilitação da categoria D.

(*4) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do ensino médio e Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

Nível/Ref	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
6						4,9871	5,1316	5,2761	5,4206	5,5651
7	5,7097	5,8542	5,9987	6,1432	6,2877	6,4322	6,5768	6,7213	6,8658	7,0103
8	7,1548	7,2993	7,4453	7,5942	7,7461	7,9011	8,0591	8,2203	8,3847	8,5524
9	8,7234	8,8979	9,0758	9,2573	9,4425	9,6313	9,824	10,0205	10,2209	10,4253
10	10,6338	10,8465	11,0634	11,2846	11,5103	11,7405	11,9754	12,2149	12,4592	12,7084

ANEXO III

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO - ANB

CARGOS	NÍVEL REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL REFERÊNCIA FINAL	N. DE CARGOS
Auxiliar Técnico do Ministério Público I (*1)	5F	9J	24
Auxiliar Técnico do Ministério Público II (*2)	5F	9J	65
Motorista Oficial I (*1)	5F	9J	9
Telefonista (*2)	5F	9J	3
TOTAL			101

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão da 4 ª série do ensino fundamental.

(*2) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do ensino fundamental.

Nível/Ref	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
5						3,5419	3,6864	3,8309	3,9754	4,1200
6	4,2645	4,4090	4,5535	4,6980	4,8425	4,9871	5,1316	5,2761	5,4206	5,5651
7	5,7097	5,8542	5,9987	6,1432	6,2877	6,4322	6,5768	6,7213	6,8658	7,0103
8	7,1548	7,2993	7,4453	7,5942	7,7461	7,9011	8,0591	8,2203	8,3847	8,5524
9	8,7234	8,8979	9,0758	9,2573	9,4425	9,6313	9,8240	10,0205	10,2209	10,4253

ANEXO XIV

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)

QUADRO DE VENCIMENTO

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Nível/Ref	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	1,0000	1,0763	1,1032	1,1307	1,159	1,188	1,2177	1,2481	1,2793	1,3113
2	1,3441	1,3777	1,4121	1,4474	1,4836	1,5207	1,5587	1,5977	1,6376	1,6786
3	1,7205	1,7636	1,8076	1,8528	1,8992	1,9466	1,9953	2,0452	2,0963	2,1487
4	2,2024	2,2575	2,3139	2,3718	2,4311	2,4919	2,5542	2,618	2,6835	2,7506
5	2,8193	2,9638	3,1083	3,2528	3,3974	3,5419	3,6864	3,8309	3,9754	4,1200
6	4,2645	4,4090	4,5535	4,6980	4,8425	4,9871	5,1316	5,2761	5,4206	5,5651
7	5,7097	5,8542	5,9987	6,1432	6,2877	6,4322	6,5768	6,7213	6,8658	7,0103
8	7,1548	7,2993	7,4453	7,5942	7,7461	7,9011	8,0591	8,2203	8,3847	8,5524
9	8,7234	8,8979	9,0758	9,2573	9,4425	9,6313	9,8240	10,0205	10,2209	10,4253
10	10,6338	10,8465	11,0634	11,2846	11,5103	11,7405	11,9754	12,2149	12,4592	12,7084
11	12,9625	13,2218	13,4862	13,7559	14,0311	14,3117	14,5979	14,8899	15,1877	15,4914

ANEXO XVII

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de nível superior, de grande complexidade, envolvendo trabalhos de pesquisa e assessoramento técnico relativos às atribuições específicas, no âmbito de sua competência.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. participar na elaboração, na supervisão, na orientação, na coordenação, no planejamento, na criação, no controle, na execução e na análise ou avaliação de qualquer atividade que implique aplicação dos conhecimentos de sua área;

2. auxiliar os estudos e acompanhar o desenvolvimento de projetos de estruturação e reorganização de serviços;

3. apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;

4. executar ações inerentes a sua área de formação básica;

5. assessorar, na sua área de competência, a capacitação de recursos humanos;

6. articular-se com as chefias, visando ao bom desempenho de suas funções e ao bom desempenho entre o pessoal do setor em que estiver lotado;

7. fornecer dados estatísticos das atividades da unidade onde atua;

8. preparar relatórios e manter atualizado material informativo de natureza técnico-científica diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas funções e de sua área de formação básica;

9. prestar assessoria e/ou consultoria em assuntos relacionados a sua área de atuação;

10. elaborar, individualmente ou integrando equipes multiprofissionais, documentos básicos para fixação de normas técnicas para a melhoria da qualidade dos serviços;

11. emitir laudos e/ou pareceres sobre matéria de sua área de atuação básica; e

12. receber, conferir e armazenar adequadamente os equipamentos, materiais e insumos fornecidos para realização das atividades do órgão do Ministério Público, executando procedimentos como troca de cartucho, alimentação da bandeja de papel e correlatos;

13. coletar orçamentos, coordenar e planejar com fornecedores a execução de serviços de manutenção, reparo, instalações, reformas, obras e serviços de engenharia, destinados às instalações do órgão de sua lotação, sob a orientação técnica da chefia da unidade administrativa responsável pela área de engenharia e arquitetura do Ministério Público;

14. assessorar o Ministério Público na definição de políticas institucionais;

15. desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades da Instituição.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM SERVIÇO SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de nível superior, de grande complexidade, envolvendo planejamento, coordenação, orientação e supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. participar na elaboração, na supervisão, na orientação, na coordenação, no planejamento, na criação, no controle, na execução e na análise ou avaliação de qualquer atividade que implique aplicação dos conhecimentos de sua área;

2. realizar estudo social quando instado por órgão do Ministério Público;

3. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso desses no atendimento e na defesa de seus direitos;

4. propor, elaborar e/ou participar de projetos que atendam a necessidade do indivíduo que procura os serviços prestados pela instituição;

5. planejar, executar e avaliar as pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais em consonância com os objetivos da instituição;

6. encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos e grupos enviados pelo órgão do Ministério Público, elaborando relatório circunstanciado do atendimento;

7. Elaborar, quando instado por órgão do Ministério Público, pareceres técnicos para instruir procedimentos em trâmite na Instituição.

8. buscar otimizar os recursos aplicados na área social por meio de parcerias com os demais órgãos da Administração Pública;

9. buscar parcerias com entidades não-governamentais no sentido de viabilizar o atendimento de crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais e idosos;

10. auxiliar o órgão do Ministério Público com atribuições sociais, na supervisão das entidades de atendimento;

11. participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações pertinentes à instituição;

12. assessorar o Ministério Público na definição de políticas institucionais;

13. supervisionar, treinar e avaliar estagiários da sua área de formação superior;

14. realizar visitas domiciliares e a entidades, quando instado por órgão do Ministério Público e/ou necessário ao desempenho de suas atribuições;

15. dirigir veículo oficial e, se for o caso, conduzir pessoas nas atividades externas; e

16. desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades da Instituição.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior de Serviço Social, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), registro no respectivo Conselho Regional e possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM PSICOLOGIA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a assessoria e a execução de programas e atividades em que os conhecimentos da ciência psicológica estejam envolvidos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. participar na elaboração, na supervisão, na orientação, na coordenação, no planejamento, na criação, no controle, na execução e na análise ou avaliação de qualquer atividade que implique aplicação dos conhecimentos de sua área;

2. participar do recrutamento e da seleção de pessoal, utilizando métodos e técnicas de avaliação (entrevistas, testes, provas situacionais, dinâmica de grupo etc.) com o objetivo de assessorar a Comissão de Concurso nos processos seletivos e cursos de formação;

3. participar do processo de desligamento funcional, visando à orientação de novos projetos de vida;

4. assessorar órgão do Ministério Público, avaliando as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos administrativos e/ou judiciais;

5. planejar, coordenar, executar e avaliar, individualmente ou em equipe multiprofissional, programas de treinamento, de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos;

6. realizar avaliação psicológica, individual ou em grupo, por meio de consultas, entrevistas, observações, aplicação de testes, dinâmica de grupo e de outros instrumentos científicos de avaliação, com vistas também à prevenção de tratamento de problemas psíquicos;

7. organizar e participar de programas de atenção primária na Instituição, coordenando grupos específicos, visando à prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico;

8. encaminhar e orientar integrantes da Instituição quanto ao atendimento adequado, no âmbito da saúde mental, nos níveis de prevenção, tratamento e reabilitação;

9. prestar assessoria e consultoria técnica em assunto de natureza psicológica;

10. prestar, quando instado por determinação superior, avaliação psicológica social/familiar de membro ou servidor, apresentando laudo à Procurador-Geral de Justiça ou à chefia imediata, respectivamente;

11. participar do processo de movimentação de pessoal, analisando o contexto atual, os antecedentes e as perspectivas em seus aspectos psicológicos e motivacionais, assessorando na indicação da locução e integração funcional;

12. coordenar e supervisionar as atividades de psicologia ou os setores em que elas se inserem;

13. firmar ou ratificar declaração, atestado, relatório, parecer, laudo psicológico ou pericial;

14. atender e dar a devida orientação pessoal nos casos apresentados por órgão do Ministério Público, elaborando relatório circunstanciado do atendimento;

15. auxiliar na promoção da integração dos serviços do Ministério Público com obras, serviços, entidades e instituições;

16. supervisionar, treinar e avaliar estagiários da sua área de formação superior;

17. assessorar o Ministério Público na definição de políticas institucionais;

18. realizar visitas domiciliares e a entidades, quando instado por órgão do Ministério Público e/ou necessário ao desempenho de suas atribuições;

19. dirigir veículo oficial e, se for o caso, conduzir pessoas nas atividades externas; e

20. desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades da Instituição.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Psicologia, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), registro no respectivo Conselho Regional e possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de nível médio, de complexidade mediana, relacionada com a execução de serviços de apoio a processos judiciais e extrajudiciais no âmbito do Ministério Público, na comarca sede ou naquelas definidas por Ato do Procurador-Geral de Justiça.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar intimações, notificações e diligências, nos procedimentos administrativos de atribuição do Ministério Público, lavrando as certidões correspondentes;

2. acompanhar o órgão do Ministério Público na execução de qualquer diligência ou inspeção;

3. efetuar diligências em veículo oficial da instituição conduzido por ele ou por motorista oficial;

4. manter sob a sua guarda e responsabilidade os autos que lhe forem confiados;

5. preparar salas para as audiências;

6. executar a condução coercitiva de pessoas, quando determinado por órgão competente do Ministério Público, com o apoio da polícia militar ou civil, quando for o caso;

7. assistir as audiências, executando serviços que lhe forem determinados;

8. realizar a distribuição dos processos judiciais e administrativos;

9. dirigir veículo oficial e, se for o caso, conduzir pessoas nas atividades externas; e

10. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do ensino médio e possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de nível médio, de complexidade mediana, relacionadas com

suporte, serviços de instalação e manutenção de equipamentos de informática nos órgãos do Ministério Público.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. projetar, instalar e manter rede de comunicação de dados;

2. realizar manutenção em equipamentos de informática;

3. providenciar a imediata assistência técnica, mediante qualquer falha em equipamentos, solicitando assistência de terceiros, quando for o caso;

4. planejar cronograma de manutenção preventiva nos equipamentos, informando dados com a devida antecedência;

5. operar equipamentos eletrônicos de processamento de dados, segundo normas estabelecidas pelo fabricante;

6. auxiliar no planejamento e acompanhamento de novos métodos e operações de sistemas, bem como na capacitação de novos operadores;

7. manter-se atualizado quanto à operação de computadores e padrões de operação;

8. analisar possíveis problemas nos equipamentos, tomando todas as medidas para corrigi-los ou buscando suporte do fabricante do equipamento;

9. zelar pelos equipamentos para o seu perfeito funciona mento;

10. analisar as possíveis opções para configuração dos equipamentos, visando a determinar a configuração que melhor atenda à demanda dos sistemas;

11. analisar as mudanças e melhorias realizadas nos equipamentos, determinando seus impactos nos sistemas;

12. preparar os manuais de instruções de operação de aplicativos e equipamentos e guias de ajuda *online*;

13. efetuar estimativas de tempo e custos de elaboração de suas atividades;

14. aperfeiçoar conhecimentos técnicos, por meio de pesquisas, estudo de manuais e participação em cursos, visando à otimização da utilização dos recursos disponíveis na instituição, além de participar de treinamentos diversos de interesse da instituição;

15. executar atividades relativas a auxiliar o planejamento operacional e execução, acompanhamento e avaliação de projetos, planos, programas, campanhas, estudos, encontros, cursos e eventos em geral;

16. orientar os usuários nos procedimentos de operação de equipamentos e sistemas informatizados e resolver problemas técnicos e operacionais junto aos usuários de informática na utilização dos recursos e programas de computador, promovendo atendimento aos clientes externos e internos;

17. participar de equipes multifuncionais e executar as suas atividades de forma integrada e cooperativa com as demais unidades da instituição, colaborando para o desenvolvimento dos grupos de trabalho;

18. operar os equipamentos, sistemas e recursos informatizados disponíveis, na execução de suas atividades;

19. efetuar atendimentos nas Promotorias de Justiça integrantes da sua área de abrangência;

20. dirigir veículo oficial e, se for o caso, conduzir pessoas nas atividades externas; e

21. desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades da instituição.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do ensino médio e 1 (um) ano de experiência na área ou frequência em cursos específicos de, no mínimo, 100 (cem) horas-aula e possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de nível médio, de complexidade mediana, de ordem auxiliar, de natureza repetitiva, referente à execução de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, financeiro, pessoal ou material.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e pastas;

2. redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;

3. coordenar e, supletivamente, executar trabalhos complexos ou especializados de digitação, observando as normas técnicas de redação oficial;

4. minutar contratos em geral;

5. auxiliar na aquisição e no suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas;

6. realizar a conferência de documentos para realização dos respectivos registros afetos à rotina administrativa da unidade;

7. colaborar com a redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão;

8. expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral;

9. preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;

10. realizar registros em geral;

11. secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando expedientes correspondentes;

12. zelar pela manutenção das instalações, dos mobiliários e equipamentos do órgão, apontando os consertos necessários à sua conservação;

13. proceder ao controle contínuo do material de consumo e à manutenção em geral, orientando os pedidos de material e solicitação de serviços;

14. receber correspondência e volumes, registrando-as e lhes dando o devido encaminhamento;

15. providenciar os serviços de reprografia;

16. sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis em geral;

17. receber, conferir e armazenar adequadamente os equipamentos, materiais e insumos fornecidos para realização das atividades do órgão do Ministério Público;

18. coletar orçamentos, coordenar e planejar com fornecedores a execução de serviços de manutenção, reparo, instalações, reformas, obras e serviços de engenharia, destinados às instalações do órgão de sua lotação, sob a orientação técnica da chefia da unidade administrativa responsável pela área de engenharia e arquitetura do Ministério Público;

19. desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades da Instituição.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do ensino médio.

DENOMINAÇÃO DO CARGO:
AUXILIAR TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO I

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de natureza operacional, de complexidade mediana, de ordem auxiliar, de natureza repetitiva, referente à execução de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, pessoal ou material.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e pastas;

2. zelar pela manutenção das instalações, dos mobiliários e equipamentos do órgão;

3. indicar os consertos necessários à conservação dos bens e das instalações,

4. auxiliar no controle de material permanente e de consumo;

5. realizar a conferência de documentos para realização dos respectivos registros afetos à rotina administrativa da unidade;

6. preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;

7. realizar registros em geral;

8. providenciar os serviços de reprografia;

9. colaborar para o aprimoramento dos métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis em geral;

10. receber, conferir e armazenar adequadamente os equipamentos, materiais e insumos fornecidos para realização das atividades do órgão do Ministério Público;

11. receber correspondência e volumes, registrando-as e lhes dando o devido encaminhamento; e

12. desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades da Instituição.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão das quatro primeiras séries do ensino fundamental.

DENOMINAÇÃO DO CARGO:
AUXILIAR TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO II

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de natureza operacional, de complexidade mediana, de ordem auxiliar, de natureza repetitiva, referente à execução de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, pessoal e material.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e pastas;

2. redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios e memorandos sobre assuntos do órgão;

3. executar trabalhos complexos ou especializados de digitação, observando as normas técnicas de redação oficial;

4. proceder ao controle contínuo do material de consumo e à manutenção em geral, orientando os pedidos de material e solicitação de serviços;

5. auxiliar na aquisição e no suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas;

6. realizar a conferência de documentos para realização dos respectivos registros afetos à rotina administrativa da unidade;

7. colaborar com a redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão;

8. preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;

9. realizar registros em geral;

10. secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando expedientes correspondentes;

11. providenciar os serviços de reprografia;

12. colaborar para o aprimoramento de métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis em geral;

13. receber, conferir e armazenar adequadamente os equipamentos, materiais e insumos fornecidos para realização das atividades do órgão do Ministério Público;

14. coletar orçamentos e auxiliar no planejamento com fornecedores a execução de serviços de manutenção, reparo, instalações, reformas, obras e serviços de engenharia, destinados às instalações do órgão de sua lotação, sob a orientação técnica da chefia da unidade administrativa responsável pela área de engenharia e arquitetura do Ministério Público;

15. receber correspondência e volumes, registrando-as e lhes dando o devido encaminhamento; e

16. desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades da Instituição.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do ensino fundamental.

*** X X X ***